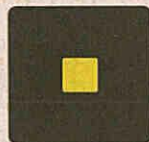


Olhares e Fazeres das Mulheres das Gerais



CONSELHO
REGIONAL DE
PSICOLOGIA
MINAS GERAIS

012

Conselho Regional de Psicologia - Minas Gerais (CRP-MG)
Comissão Mulheres e Questões de Gênero

Olhares e Fazeres das Mulheres das Gerais

Belo Horizonte



**CONSELHO
REGIONAL DE
PSICOLOGIA
MINAS GERAIS**

2016

© 2016, Conselho Regional de Psicologia – Minas Gerais

É permitida a reprodução desta publicação, desde que sem alterações e citada a fonte.

Revisão ortográfica e gramatical: Carolinã Rocha

Projeto e edição gráfica: Humponto Design e Comunicação

Tiragem: 1000 exemplares

Conselho Regional de Psicologia – Minas Gerais

Rua Timbiras, 1532, 6º andar, Lourdes

CEP: 30140-061 – Belo Horizonte, MG

Telefones: (31) 2138-6767 – Fax: (31) 2138-6763

crp04@crp04.org.br – www.crpmg.org.br

045 *Olhares e fazeres das mulheres das Gerais / Conselho Regional de Psicologia Minas Gerais (CRP-MG), Comissão Mulheres e Questões de Gênero -- Belo Horizonte : Conselho Regional de Psicologia Minas Gerais, 2016. 94p.*

ISBN: 978-85-98515-16-8.

1. Mulheres. 2. Relações de gênero. 3. Violência contra a mulher. I. Conselho Regional de Psicologia Minas Gerais. II. Título.

CDD: 305.42

Conselho Regional de Psicologia - Minas Gerais (CRP-MG)
Comissão Mulheres e Questões de Gênero



**CONSELHO
REGIONAL DE
PSICOLOGIA
MINAS GERAIS**

**Belo Horizonte
CRP-MG
2016**

Conselho Regional de Psicologia - Minas Gerais **XIV Plenário (Gestão 2013-2016)**

DIRETORIA

Roberto Chateaubriand Domingues

Conselheiro Presidente

Ricardo Figueiredo Moretzsohn

Conselheiro Vice-Presidente

Marília de Oliveira

Conselheira Tesoureira

Elaine Maria do Carmo Zanolla Dias de Souza

Conselheira Secretária

CONSELHEIRAS/OS

André Amorim Martins

Anna Christina da Cunha Martins Pinheiro

Aparecida Maria de Souza Borges Cruvinel

Celso Renato Silva

Cláudia Aline Carvalho Espósito

Cláudia Natividade

Dalcira Pereira Ferrão

Deborah Akerman

Délcio Fernando Guimarães Pereira

Eliane de Souza Pimenta

Elizabeth de Lacerda Barbosa

Eriane Sueley de Souza Pimenta

Érica Andrade Rocha

Felipe Viegas Tameirão

Helena Abreu Paiva

Leila Aparecida Silveira

Madalena Luiz Tolentino

Maria da Conceição Novaes Caldas

Maria Tereza de Almeida Granha Nogueira

Marisa Estela Sanábria Bourman

Odila Maria Fernandes Braga

Stela Maris Bretas Souza

Túlio Louchard Picinini Teixeira

COMISSÃO MULHERES E QUESTÕES DE GÊNERO

Aparecida Maria de Souza Borges Cruvinel

Cláudia Natividade

Marisa Estela Sanábria Bourman

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

Claudia Natividade 7

A PSICOLOGIA E SEUS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS: ESTUDAR CORPOS E SEXUALIDADES

Juliana Perucchi 13

MULHERES, VIOLÊNCIAS E INTERSECCIONALIDADE: AMPLIANDO DEBATES

Thalita Rodrigues 22

MULHERES EM MOVIMENTO: UM BREVE OLHAR SOBRE AS DESIGUALDADES DE GÊNERO E RAÇA

Tayane Lino 35

SAÚDE MENTAL E MULHER NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

Marisa Sanabria 49

AFINAL, QUEM SÃO ELAS E POR QUE SÃO ELAS AS PRESAS?

Daniela Tiffany Prado de Carvalho 58

TRABALHO E ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO: IMPLICAÇÕES PARA AS PSICÓLOGAS

Letícia Gonçalves 69

SUPORTAR O INSUPORTÁVEL: REFLEXÕES SOBRE PSICOLOGIA E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Carina Freitas Passos 76

A DES (CONHECIDA) VIOLÊNCIA NO PARTO

Cláudia Natividade, Letícia Gonçalves e Cássia Beatriz Batista 84

INTRODUÇÃO

A psicologia brasileira é, hoje, uma ciência e profissão engajada nas questões sociais. Graças a tantas/os que nos antecederam de forma crítica e responsável, podemos dizer que não nos furtamos dos debates e lutas para os quais nós somos chamadas/os. E são muitas lutas, pois tudo que afeta o humano é de nosso interesse máximo. Dizer que estamos (somos) engajadas/os nas questões sociais significa reconhecer a dimensão do humano com múltiplos atravessamentos, e essa publicação é uma resposta a essa perspectiva: ela fala de mulheres.

Falar (e escrever) sobre mulheres é um ato político, é recortar um tema polêmico, desenvolvido ainda de forma insuficiente – a despeito de toda a produção científica na área – e que corre o risco de ser tido e julgado como repetitivo por aquelas/es que nunca se debruçaram sobre a imensidão da questão em tela.

Ao tematizar as mulheres e suas experiências, é preciso lançar mão do conceito analítico de gênero, um importante aporte teórico que subsidia a prática profissional da psicologia e sua leitura sobre a construção das subjetividades. Enquanto um termo crítico, o conceito de gênero auxilia, por um lado, com análises sobre como as relações são permeadas por jogos de poder baseados em desigualdades, hierarquias, exclusões, preconceitos, violências e, por outro lado, com análises das operações ideológicas que se processam para naturalizar, apagar ou reificar as relações (quase sempre desiguais) estabelecidas. Gênero é um conceito que está sempre situado politicamente, pois organiza análises sobre as diversas posições de sujeito na cena social.

As teorias de gênero dialogam com grandes temas do pensamento político, social e psicológico. Não é um tema restrito às mulheres, com certeza, mas aqui o objetivo é tratar de assuntos que atravessam as mulheres pelas lentes críticas das teorias de gênero.

O debate sobre gênero no cenário político brasileiro, apesar do esforço e trabalho do movimento feminista, encontra-se sombreado, pois para além da dificuldade de entendimento de tal conceito há claramente estratégias políticas de desautorização e apagamento desta discussão. Assistimos hoje, no Brasil, um levante conservador na política que vai em direção contrária a muitas conquistas que pensávamos consolidadas. Grande parte desse movimento contrário aos direitos humanos e que tem desafiado a laicidade do estado, estão corporificados nos vários cargos políticos que têm proposto discussões e legislações que atingem diretamente a vida das mulheres, da população LGBT e de outras minorias.

Uma parte preocupante desse movimento brasileiro atinge de forma central a vida das mulheres como o projeto do Estatuto da Família que reconheceria apenas a união entre homem e mulher, desconsiderando, portanto, a união de pessoas com base no afeto; a aprovação em uma comissão da proibição do fornecimento, pelo SUS, da pílula do dia seguinte para mulheres que foram estupradas; a tentativa de ressuscitar o Estatuto do Nascituro, que não considera a possibilidade de aborto legal mesmo nos casos de estupro, garantindo, também que os estupradores passem da condição de “criminosos” a “pais” que seriam “responsabilizados” por meio do pagamento da pensão alimentícia e visitação às/aos filhas/os; e, mais recentemente, a retirada do termo gênero dos Planos Nacionais, Estaduais e Municipais de Educação, bem como das atribuições e programas do recém-criado Ministério das Mulheres da Igualdade Social e de Direitos Humanos.

Paradoxalmente, o Brasil e o mundo têm sinais claros da organização das mulheres, marcados hoje pelo que se convencionou chamar de Primavera Feminista, com manifestações de rua e campanhas na internet, como a amplamente veiculada #primeiroassédio. Temas como o direito ao corpo e sua expressão sem censura – incluindo o direito ao aborto, o rechaço contra o assédio e a liberdade sexual – e as denúncias de micro violências na cena cotidiana têm tomado a agenda das feministas. Assim, após tantas conquistas no passado, como o voto feminino, o acesso à educação, os direitos iguais no casamento e a capacidade de controle da reprodução por meio da pílula anticoncepcional, a retomada das discussões sobre as mulheres tende a aprofundar um pouco mais os jogos de poder de desigualdade que guardam essas (nossas) posições de sujeito.

Muitos pontos ainda estão com poucas modificações históricas. As dificuldades de acesso a espaços de poder na política, impecilhos encontrados para conciliar trabalho e vida doméstica, a exposição na mídia de massas do “corpo da mulher” e a persistência da violência doméstica contra as mulheres são alguns exemplos. No primeiro caso, não se trata só de ocupação de espaços de poder e na política, mas na transformação de espaços institucionais e suas práticas viciadas de crenças em hierarquias, mando e controle autoritários. O fato de termos uma presidenta da República não garante por si só que a ocupação em espaços políticos seja facilitada neste momento histórico. Pelo contrário, os amplos ataques sexistas que a presidenta vem sofrendo demonstram mais que tudo a necessidade de modificação profunda e integração dessas posições. Ademais, as decisões políticas e proposição de leis que afetam diretamente as mulheres são gerenciadas, no Brasil, ontem e hoje, majoritariamente, por homens.

No segundo caso, o fracasso das políticas públicas (e privadas) para garantirem crèches e propiciar o uso do tempo do cuidado com os filhos de forma equitativa entre homens e mulheres, obriga as mulheres a se dedicarem ao cuidado ora enquanto responsabilidade exclusiva, ora enquanto cuidadora principal da casa e dos filhos. Tal situação influencia o exercício do trabalho, impulsionando as mulheres para optarem por carreiras mais “soft” e também mais mal remuneradas, pois exigiriam menos tempo de dedicação. Não estamos reforçando aqui as imensas diferenças salariais entre homens e mulheres, justificando que se elas não se dedicam a tantas horas de trabalho isso justificaria a diferença de remuneração. Pelo contrário, as estatísticas mostram que as desigualdades salariais entre homens e mulheres partem do não reconhecimento delas enquanto uma categoria de trabalhadoras e, claro, as dimensões do gênero estariam aí reforçando esse “entendimento” perverso e injusto.

No terceiro caso, a exposição das mulheres na mídia reforça uma série de estereótipos tradicionais e, de forma também perversa, formula uma imagem idealizada das mulheres e seus corpos: o corpo nu, branco, magro, jovem, musculoso, siliconado, ou seja, um corpo artificializado que não condiz com a realidade da vida. Especialmente as publicidades reforçam um imaginário sobre as mulheres que desempenham sempre determinados papéis tradicionais (o de mãe, cuidadora, delicada, etc) e são utilizadas como objetos sexuais para vender determinados produtos. O cenário de produção midiático e comunicacional, seja ele qual for, no rádio, na televisão, no cinema, nos jornais, nas revistas, na internet e em tantos outros meios de comunicação e publicidade, ajuda a manter a discriminação e subordinação das mulheres.

E, por último, a persistência da violência doméstica contra as mulheres denuncia como o machismo ainda é uma forma total (ou quase total) da organização das relações sociais. Aqui também a fragilidade das políticas públicas e a pouca modificação das dinâmicas tradicionais intrafamiliares desemboca no acirramento de riscos para as mulheres.

Para além de essa publicação ser sobre mulheres, ela é escrita também por psicólogas mulheres. Este fato não é irrelevante (na verdade, foi uma escolha calculada) já que somos 89% da profissão. Em pesquisa realizada pelo Conselho Federal de Psicologia, em 2013, ficou claro que somos uma profissão de mulheres, apesar de este ponto não ter sido suficientemente debatido e integrado criticamente na categoria. A pesquisa revela, de forma geral, que mais da metade da categoria exerce exclusivamente a profissão sendo que 1/6 não exerce. Revela também que as principais áreas são a clínica, a organizacional e a educacional, e que as psicólogas não são as únicas responsáveis pela renda familiar. Muitas psicólogas se dedicam à família e filhos pequenos (46% dedicam 4 horas diárias no cuidado com os filhos, 32% dedicam 3 horas ou mais

de trabalho doméstico diário), e 38% declararam ter perdido oportunidades de trabalho para se dedicarem aos filhos. Este dado revela que as nossas profissionais ainda experienciam uma dicotomia entre espaço privado e espaço público; fato que prejudica a emancipação das psicólogas das amarras tradicionais da lógica de gênero e, ao mesmo tempo, aponta para a fragilidade de políticas públicas tais como as creches e as oportunidades de repartir o cuidado doméstico e dos filhos com companheiras/os.

A pesquisa aponta que somente 1% das psicólogas entrevistadas relata trabalhar com a temática de gênero, mas que 27% já sofreram violência doméstica. O fato de tão poucas/os psicólogas/os se vincularem aos estudos de gênero é preocupante, pois a partir da perspectiva das mulheres é importante que as/os profissionais da psicologia estejam atentas/os aos efeitos da socialização e dos estereótipos de gênero na construção das subjetividades. Ademais, estar atentas/os aos eventos exclusivos da vida de meninas e mulheres no círculo de desenvolvimento, entender o impacto da discriminação na saúde física e mental de quem se atende e considerar os problemas de meninas e mulheres no seu contexto sociopolítico é um imperativo ético mais do que atual. Para tal, é preciso que as/os profissionais de psicologia reconheçam e utilizem informações sobre opressão, privilégio e desenvolvimento da subjetividade com foco em como isso afeta a meninas e mulheres. Devem também prover avaliação e diagnóstico apropriado e livre de preconceitos e nutrir um relacionamento terapêutico e práticas que promovam a iniciativa, o empoderamento e a atitude positiva para que meninas e mulheres possam visualizar um amplo leque de escolhas.

Os textos reunidos nessa publicação lançam luz sobre esses desejos. O artigo de Juliana Perucchi fala sobre a sexualidade das mulheres, tema recorrente na escuta psicológica estando ela alocada em qual modalidade, serviço ou equipamento em que psicólogas/os estejam. A autora chama a atenção para como a sexualidade vem sendo tradicionalmente tratada, ora como um fenômeno biológico atravessado por questões culturais, ora como um "problema de saúde", sendo pinçado por teorias psicopatológicas. O fato é que se pesquisa e se conhece muito pouco sobre a sexualidade das mulheres e suas experiências hétero, homo e bissexuais. A partir de afiliações teóricas provenientes de estudos de gênero, *queer* e feministas, a autora clama por um projeto político-científico da psicologia que incorpore a discussão de "fantasmas" que permeiam o saber-poder de nossa prática profissional, tais como o heterossexismo, a heterossexualidade e a heteronormatividade.

O artigo de Thalita Rodrigues propõe discutir como a violência contra as mulheres precisa ser entendida e interpretada a partir dos estudos de gênero e em relação com outros sistemas de poder. Numa discussão baseada na perspectiva de interseccionalidade, a autora argumenta que no

campo de discussão teórico-prático sobre a violência contra as mulheres privilegiou-se o entendimento dessa ligada, especialmente, a conceitos tais como o patriarcado e o gênero em detrimento de outros assim como raça, sexualidade, classe e territorialidade. Argumenta que a partir dessa proposta teórico-metodológica seria mais adequado falar de violências (e não violência), pois as experiências de mulheres em sua diversidade – negras, brancas, indígenas, de classe alta, de classe baixa, homossexuais, heterossexuais, ou qualquer outra composição que se faça – é modificada de acordo com os sistemas de poder envolvidos.

A discussão sobre como os estudos feministas e, especialmente, as teóricas feministas negras avançam em complexidade nas análises sobre as questões das mulheres é focalizado por Tayane Lino, nesta publicação. O esforço de desnaturalização e desessencialização do ser mulher, impetrado de forma radical pelas teóricas feministas negras, lança luz a campos opacos e provê propostas interpretativas importantes para fenômenos, tais como as desigualdades no mundo do trabalho, no acesso à saúde e na ocupação de espaços de poder, incluindo a academia em que circula majoritariamente um saber produzido por brancos e homens.

Marisa Sanábria lança luz às dificuldades de ser mulher na terceira e quarta idades. Ela discute que sabemos pouco sobre os embates subjetivos nessas fases do desenvolvimento das mulheres e, em contrapartida, os imperativos sociais que ancoram a imagem das mulheres situadas nos projetos de corpo e afetividade dos 20 anos de vida, estão em curso ainda hoje numa sociedade que envelhece a cada dia. A autora discute temas tais como a menopausa, a negação e o medo do envelhecimento e as elaborações das mulheres nessa fase da vida, que são permeadas por uma enorme constelação de sentimentos e emoções sobre como elas (nós) conduziram (conduzimos) as primeiras etapas da vida. A autora ressalta também a beleza deste momento da vida e da necessidade de desprendimento das mulheres maduras de tantas amarras, agora conjugado com escolhas mais reflexivas e profundas.

Com o título "Afiml, quem são elas e por que são elas presas?" Daniela Tiffany chama a atenção para o encarceramento vertiginoso das mulheres. Presas em atacado e acusadas, na maioria das vezes, por causa do tráfico de drogas, os dados de sua pesquisa revelam mulheres que "endolavam e/ou vendiam drogas no varejo, sendo as frágeis pontas de um real esquema de tráfico que permanece estruturado e atuante, mesmo quando elas são capturadas pela polícia". Assim, a autora questiona a real periculosidade de tais mulheres e marca como os efeitos do encarceramento são brutais a elas que se veem diante de perdas irreparáveis, relacionadas com seus afetos e convivência. Ao final, chama nossa atenção sobre como,

enquanto sociedade, produzimos essa realidade e como “Elas são partes de Nós” numa alusão a como as mulheres vivem experiências singulares a sua (nossa) condição nas prisões.

Sobre as mulheres no mundo do trabalho, Letícia Gonçalves ressalta como as normas de gênero constroem lugares desiguais para homens e mulheres. Seja na perspectiva de ligação das mulheres a determinadas profissões (e a psicologia está aí incluída), seja por causa das amplas disparidades salariais entre homens e mulheres, o conceito de gênero é uma ferramenta analítica poderosa para desvendar tais situações. A autora analisa como o trabalho na vida das mulheres toma um duplo significado, ou seja, como impulsionador de emancipação e, ao mesmo tempo, como produtor de sobrecarga. Afirma que “o trabalho remunerado pode representar um avanço na produção de igualdade entre homens e mulheres, mas talvez ainda contribua pouco para a desconstrução de elementos simbólicos que continuam impactando a vida das mulheres”.

Carina Passos usa a metáfora de “suportar o insuportável” para se referir às dificuldades profissionais encontradas pelas/os psicólogas/os no trato com a violência contra as mulheres. Aponta a dupla articulação, por um lado, entre gestão do trabalho e de um caso em sua singularidade e, por outro lado, o cuidado de si e do outro, realçando os desafios da escuta.

Cássia Batista e Letícia Gonçalves, juntamente comigo, apresentam a necessidade de discutir a violência no parto enquanto uma categoria de violência de gênero, esclarecendo que os estudos não tematizaram suficientemente esta dimensão. Apontam a necessidade de os atendimentos às mulheres gestantes serem preenchidos com práticas de participação, controle e autorização de procedimentos pelas mulheres, enfim, de reconhecimento.

Por fim, com esta publicação desejamos sensibilizar aquelas/es que não foram ainda suficientemente fiçados com os temas das mulheres, do gênero e dos estudos feministas. Consideramos ser um imperativo ético que nós, profissionais da psicologia, nos pensemos enquanto atravessadas/os por socializações, atitudes e conhecimentos balizados pelas relações de gênero e que invisibilizados por nós mesmos e por nossas escolhas teóricas, podem afetar negativamente nossas práticas relacionadas a meninas e mulheres.

Cláudia Natividade
Comissão Mulheres e Questões de Gênero

A PSICOLOGIA E SEUS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS: ESTUDAR CORPOS E SEXUALIDADES

Juliana Perucchi¹

Na mesma universidade em que terminei meu doutoramento, no ano de 2008, Universidade Federal de Santa Catarina, realizou-se, um ano antes, uma pesquisa de doutorado na área de concentração em Estudos de Gênero, do Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas. Tese cuja leitura recomendo e cujas reflexões orientaram a escrita deste capítulo que compõe a coletânea que o Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais organiza neste livro. A pesquisa, de autoria da professora do departamento de Enfermagem da UFSC, Olga Regina Zigelli Garcia, teve por objetivo analisar os relatos sobre práticas sexuais de mulheres, obtidos através de consultas de enfermagem em sexualidade, realizadas entre março de 1993 e março 2003, em Florianópolis. Participaram da pesquisa mulheres com relato de práticas heterossexuais, mulheres com relato de práticas bissexuais e com relatos de práticas homossexuais. Importante atentar que já se passaram quase dez anos da realização da pesquisa de Garcia (2007) até a escrita deste capítulo, porém os resultados apresentados pela autora continuam bastante atuais no que se refere às sexualidades de mulheres com diferentes experiências e práticas. Talvez pelo fato de ser da enfermagem, uma área em que o corpo não se enuncia como objeto abstrato (como muitas vezes acontece na psicologia), a autora forneceu resultados importantes ao que se pretende problematizar aqui.

Destacam-se a seguir, então, alguns pontos importantes da pesquisa (GARCIA, 2007) que constatou que mulheres heterossexuais tendem a ser mais enquadradas pelas normas de gênero; assim como o reconhecimento da sexualidade como uma fonte de prazer e de satisfação tanto para homens quanto para mulheres é maior entre as mulheres com relato de práticas homoeróticas. No que se refere, por exemplo, às experiências de bissexualidades, a pesquisa apontou que a ausência de orgasmo na prática sexual com homens, a vontade de agradar incondicionalmente ao parceiro, o incremento na vida sexual associados à transgressão à norma, à rejeição aos papéis pré-determinados e à vivência de novas experiências, comuns na juventude, propiciam a experimentação dessas práticas por parte das mulheres. A pesquisa constatou ainda que entre as mulheres com relato

1 Professora doutora do Programa de Pós-graduação em Psicologia e do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), coordenadora do Núcleo de Pesquisas e Práticas em Psicologia Social, Políticas Públicas e Saúde (Núcleo PPS/UFJF).

de prática homossexual há uma resistência em repetir os padrões dos casais heterossexuais. Outra constatação importante da pesquisa foi a de que, por não encontrarem espaço para diversidade sexual nas doutrinas religiosas, as mulheres homossexuais acabam abandonando a religião. Ainda, em tempo, outros resultados: no que se refere aos exercícios da sexualidade, também se constatou que existe uma tendência por parte das mulheres com práticas heterossexuais de relatarem dificuldades; já nas práticas homoeróticas as mulheres sentem-se com maior abertura para verbalizar seus desejos sexuais. Neste sentido, as mulheres heterossexuais tomam menos a iniciativa sexual, e as preliminares são mais curtas, ou inexistentes neste grupo.

Outro ponto que a pesquisa constatou como diferença entre as mulheres foi que, diferentemente da conjugalidade homossexual, na conjugalidade heterossexual as mulheres abdicam da prática masturbatória. Por fim, mas não menos importante, ao que se refere à prática sexual especificamente, a pesquisa da colega de Santa Catarina constatou que: o orgasmo vaginal é percebido e perseguido como signo de normalidade pelas mulheres com relato de práticas heterossexuais e bissexuais; enquanto as mulheres com práticas homoeróticas não acreditam que devam ser sexualmente passivas, nem que precisem de algum homem para satisfação sexual, ou que o gozo erótico esteja restrito exclusivamente à penetração. Para as mulheres com práticas homossexuais, é valorizado o prazer e a vivência satisfatória da sua sexualidade; já nas práticas heterossexuais, a pesquisa constatou que a penetração vaginal é hegemônica (GARCIA, 2007). Para finalizar a exposição da pesquisa aqui citada, seus resultados constataram ainda características comuns aos três grupos de mulheres no âmbito dos exercícios das sexualidades: a ausência de orgasmo somente com a penetração vaginal e a constatação de que ainda são muitas e fortes as representações e práticas da sexualidade atravessadas por assimetrias de gênero e pela heteronormatividade (GARCIA, 2007).

A introdução deste capítulo – por meio deste breve relato de uma pesquisa realizada há quase dez anos, e cujos resultados são tão explicitamente presentes ainda hoje, nos cotidianos dos consultórios de psicologia e em outros espaços de intervenção da psicologia que permitam acesso à palavra pelas mulheres – exige uma indagação ao trabalho que psicólogos e psicólogas desenvolvem quando envolvem questões referentes às sexualidades. Se, de início, a inserção da psicologia nas instituições de saúde (mas não apenas nessas, também nas de educação, de assistência social e de segurança) se deu, de modo geral, associada ao modelo estritamente biomédico, hoje a noção de saúde integral exige de seus/suas profissionais uma postura mais sofisticada, de articulação permanente com outros saberes e outras profissões.

Entretanto a psicologia, pela forte influência do modelo biomédico sustentado no discurso da separabilidade e da redução da complexidade dos fenômenos tem se mostrado tradicionalmente uma área que, por muito tempo, tem contribuído com a manutenção e perpetuação do discurso simplista acerca das sexualidades; ora como fenômeno biológico destinado a determinantes pré-culturais, ora como *locus* de problemas de saúde no âmbito das psicopatologias e das epidemias.

Aqui é importante fazer um parêntese e questionar o lugar que a psicologia brasileira tem ocupado no atual debate acerca da despatologização das experiências de transexualidades. Mais recentemente, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) tem protagonizado iniciativas importantes para alterar este quadro. No dia 22 de maio de 2015, na semana internacional de luta contra a homofobia, o CFP lançou o site especial Despatologização das Identidades Trans, projeto integrante de uma campanha contra a patologização das transexualidades, uma importante iniciativa da Comissão de Direitos Humanos do conselho. Iniciativas como essa do CFP são fundamentais, pois a visão biomédica de caracterização de doenças para uma adequada intervenção permanece ainda presente na atuação de profissionais psi, no que concerne ao debate acerca das identidades transexuais e no que implica às sexualidades de modo geral, sobretudo, das mulheres.

Neste sentido, é fundamental que profissionais da psicologia compreendam que assim como existem múltiplas possibilidades de exercícios das sexualidades entre mulheres, entre homens, entre mulheres e homens, sejam estas pessoas transexuais ou cis², também no que concerne às masculinidades e às feminilidades e seus atributos socialmente construídos, não se pode mais tratá-los como polos de uma variável psicológica única, contínua e restritivamente binária, em que o nobre trabalho de psicólogos e psicólogas seria, então, o de adaptar estes indivíduos, em função de seus órgãos sexuais, aos parâmetros de uma destas duas extremidades. Isso não é mais aceitável em qualquer contexto contemporâneo crítico no qual a psicologia esteja inserida como ciência ou como profissão.

Como já destacado por Judith Butler, na entrevista com Gayle Rubin, em um diálogo fértil e bastante conhecido: “a maioria das pessoas que trabalham na questão da “diferença sexual”, na verdade, acredita que há algo que persiste no que tange à diferença sexual entendida em termos de masculino e feminino. Ao mesmo tempo, elas tendem a adotar a psicanálise ou alguma teoria do simbólico” (RUBIN; BUTLER, 2003, p. 164), não raramente em detrimento de qualquer perspectiva de mobilidade ou qualquer mescla de posições e de exercícios que se sabe serem possíveis no âmbito dos gêneros e das sexualidades.

2 Cisgênero é o termo utilizado para nomear a pessoa que “se identifica com o gênero que lhe foi atribuído quando ao nascimento” (JESUS, 2012, p.10).

Considerando tais pressupostos, não se trata apenas, portanto, de reformular e mudar a conformação dos sistemas de parentesco para que se reformule também, automaticamente, “a sexualidade e sua psique”; nem se trata de confiar em que a transformação psíquica decorreria, de fato, diretamente, da transformação social das configurações ou arranjos das relações de parentesco. Foi neste contexto que, como afirmam as autoras: “quando todos fizeram isso e descobriram que suas psiques ainda se encontravam nos mesmos velhos poços onde sempre tinham estado, a posição de Lacan se tornou bastante popular”. Entretanto o problema que se coloca agora é outro – ou talvez o mesmo, só que abordado em outros termos – trata-se, pelo que é defendido aqui, de se entender as constrictões e restrições às sexualidades e seus efeitos de poder, pois como já haviam conjecturado, lá atrás na história, Gayle Rubin e Judith Butler, tais restrições possuem elementos mais persistentes que aquilo que se pode mudar através da transformação das relações sociais e de parentesco. “Talvez exista algo intratável, talvez existá algo mais persistente” (2003, p.164). A preocupação concentra-se, então, naquilo que Butler definiu como “estrutura da linguagem”; nas palavras da autora: “o surgimento do sujeito falante por meio da diferenciação sexual e o modo como a linguagem cria subsequentemente a inteligibilidade” (2003, p. 165).

É com esta reflexão que a psicologia depara-se e é exigida a trabalhar na contemporaneidade. Tamanho desafio exige estudo e leituras de aportes teóricos que ajudem a pensar criticamente. Neste sentido, parece pertinente retomar também as proposições de Michel Foucault (1993), ao afirmar que o que se processa na contemporaneidade é a utilização de uma linguagem da sexualidade cada vez mais independente do aspecto reprodutivo, o que se traduz em uma vontade de saber. No contexto histórico estudado por ele, é fundamental considerar que a primeira ciência da sexualidade instaura um projeto de medicalização geral do comportamento.

Pedagogia, psiquiatria, psicologia, higiene, medicina e a primeira sexologia têm em comum o desejo de regular as condutas cotidianas e os comportamentos individuais a partir de enunciados que definem o normal e o anormal de estratégias que controlam os corpos, abandonando o antigo discurso moral sobre a carne. As novas disciplinas são criadoras, ao mesmo tempo, de corpos de conhecimentos, corpos de especialistas de novas atitudes entre os sujeitos. (BOZON, 2004, p.40)

Na esteira das produções de Foucault, mas não apenas dele, Judith Butler (1999) propõe que as sociedades constroem normas que constringem, regulam e materializam o sexo nos corpos e que tais normas regulatórias não se processam espontaneamente, mas sim que precisam ser constantemente repetidas e reiteradas na vida cotidiana para que tal materialização – a produção de vidas – se concretize. Contudo a autora também destaca que, neste mesmo

processo constrictivo, “os corpos não se conformam, nunca, completamente, às normas pelas quais sua materialização é imposta” (BUTLER, 1999, p. 154); afinal, onde há poder, há resistência. Eis então que tais normas regulatórias precisam ser constantemente (re) citadas, (re) conhecidas em sua autoridade, em seu estatuto de verdade para que possam exercer seus efeitos, no âmbito da vontade de saber, da vontade de verdade, característica da modernidade em sofisticados e eficientes processos de produção das vidas.

Assim, a psicologia não pode mais negligenciar o que tem sido constatado no âmbito das proposições dos chamados estudos das sexualidades, dos estudos de gênero, dos estudos *queer* ou dos estudos feministas, pois têm sido nestes campos, com ênfase nas reflexões pós-estruturalistas que as normas regulatórias do sexo têm sido problematizadas com a envergadura crítica necessária para que áreas, como a psicologia possam qualificar suas análises e para que seus/suas profissionais, ao estudarem com profundidade tais temas, deixem de intervir alienadamente, reproduzindo normativas de gênero já devidamente elucidadas.

Neste sentido, já há bastante tempo pesquisadoras têm se debruçado reflexivamente sobre este assunto; Gayle Rubin, por exemplo, na mesma entrevista citada anteriormente neste texto e, brilhantemente, antes dela, por Carole Vance, na obra *Social Construction Theory*, afirma que “a aquisição de nossa programação sexual e de gênero assemelha-se muito à aprendizagem de nosso sistema cultural ou nossa língua materna” (Rubin e Butler, 2003, p.167). Sabe-se também, com base nos estudos pós-estruturalistas dessas e de outras autoras, que a linguagem tem um caráter performativo ou, dito de outro modo, que exerce um poder repetido e continuado de produzir aquilo que nomeia (MISKOLCI; PELÚCIO, 2007). Tais estudos têm dialogado com a linguística, e este diálogo permitiu constatar que a linguagem que se refere aos corpos, de modo geral, ou ao sexo, de modo específico, não faz apenas uma representação ou uma constatação descritiva desses corpos e sexos; mas, fundamentalmente, no instante mesmo da nomeação, constrói, produz, fabrica: corpos, sexos, sexualidades e sujeitos.

Assim a psicologia é também chamada a problematizar-se como saber-poder nestes complexos processos discursivos das sexualidades. É imprescindível considerar os aspectos biológicos, sociais, culturais, psicológicos que as envolvem. Além disso, deve-se atentar para a expressão dos diferentes exercícios das sexualidades em diferentes momentos da vida das pessoas; a diversidade de suas práticas sexuais; seus usos dos prazeres; seus comportamentos sexuais de risco frente às doenças sexualmente transmissíveis; a vulnerabilidade social e a redução de danos no âmbito da prevenção e da promoção em saúde; e não concentrar-se apenas na interface – pontual e limitada – da sexualidade em determinadas situações fisiológicas,

como a gravidez e o puerpério, por exemplo. É preciso ir mais além do discurso sobre usos de métodos contraceptivos ou sobre planejamento familiar, ainda que temas, como aborto, sejam absolutamente importantes na pauta da psicologia. Vale lembrar que sobre esta pauta o CFP posiciona-se conforme os tratados internacionais assinados pelo estado brasileiro, nos quais o governo compromete-se a garantir o acesso irrestrito das mulheres brasileiras aos direitos sexuais e aos direitos reprodutivos, referendando a autonomia dessas em relação a seus corpos.

Voltando ao ponto, para se enveredar neste desafio ao qual a psicologia é chamada atualmente no campo das sexualidades, é preciso estudar muito e estudar a partir de pressupostos teóricos e metodológicos críticos. É importante também que profissionais da psicologia, uma vez de posse destes constructos, possam atuar nos espaços nos quais já trabalham: consultórios, hospitais, centros de referência, escolas, centros de formação, organizações governamentais e não governamentais, empresas, enfim, nos diferentes e variados espaços e instituições em que profissionais da psicologia atuam, cada vez mais, por meio de ações desenvolvidas no âmbito interprofissional. Portanto, é fundamental que a gestão destes equipamentos crie condições de possibilidades para estes trabalhos críticos.

Com inspiração nas reflexões de Richard Miskolci e Larissa Pelúcio (2007, p. 256), pretende-se, aqui, atentar para um perigo bastante recorrente na psicologia: de "atribuir aos sujeitos a capacidade heroica de se posicionarem fora das normas socialmente impostas como se fosse possível atribuir a si mesmo uma categorização diferente daquelas disponíveis no seu contexto sócio-histórico". Neste sentido, é pertinente considerar que uma psicologia que se propõe crítica não pode sucumbir à visão voluntarista do sujeito. A prática teórica crítica em psicologia cria condições para se saber o que pode ser modificado socialmente, mas no sentido de uma crítica do gênero como um crivo de regulação identitária. Como afirmam ainda Richard Miskolci e Larissa Pelúcio (2007, p. 256): "a análise não pode inferir dos sujeitos – além de seus desejos conflituosos com a ordem de gênero vigente – um plano ou mesmo a capacidade de romper com as normas socialmente impostas. Pode, isso sim, apontar formas de subjetivação que resistem de maneira a constituir sujeitos singulares, seres que produzem diferenças". Trabalhar na complexidade das diferenças nas múltiplas e variadas sexualidades é um grande desafio para profissionais da psicologia. Em que medida seu preparo e formação estão a contento desta empreitada, pesquisas futuras constatarão.

Com interpelações nos diferentes contextos de seus trabalhos, psicólogos(as) e atuam nas políticas públicas, nas organizações e instituições públicas e privadas, por meio desta atuação, participam de certa ordem de existência e organização social, ainda que reafirmando seu poder de sujeitar corpos, sexualidades e sujeitos

às normas de gênero, fabricando-os conforme a ordem do discurso do desvio e da inadequação, e em certos casos, da psicopatologia. É assim que a psicologia tem exercido seu poder sobre a vida sexual de algumas pessoas, exercendo biopoder, transferindo corpos, sexualidades e sujeitos “de uma região exterior de seres indiferentes, questionáveis ou impossíveis, ao terreno discursivo do sujeito” (BUTLER, 2002, p.180); mesmo que, muitas vezes, em uma repetição das normas de alguma determinada normalidade compulsória de gênero, abdicando da complexidade dos processos de construção dos corpos, dos exercícios das sexualidades e das produções dos sujeitos. Em última instância, o desafio ao qual a psicologia é interpelada, contemporaneamente, no âmbito das sexualidades passa, necessariamente, pela problematização do humano e das normas, que restringem a vida. Judith Butler ajuda a pensar neste assunto quando afirma que:

Há certo caminho novo do humano que se dá com o fim de iniciar o processo de refazer o humano. Posso sentir que sem certos traços reconhecíveis não posso viver, mas também posso sentir que os termos pelos quais sou reconhecida convertem minha vida em inabitável. Esta é a conjuntura da qual emerge a crítica como um questionamento dos termos que restringem a vida com objetivo de abrir a possibilidade de modos diferentes de vida (BUTLER, 2006, p. 16-17).

Neste sentido, a tese de Michel Foucault continua valendo: a sexualidade é, efetivamente, o dispositivo histórico que possibilita ao biopoder agir, ao mesmo tempo, sobre a vida dos corpos e das populações. Para fechar, então, este diálogo com estas três importantes figuras do pensamento contemporâneo, Michel Foucault, Judith Butler e Gayle Rubin, concorda-se, aqui, com a ideia dessa última pensadora, de que o feminismo não deve ser o campo privilegiado para uma teoria da sexualidade, já que o feminismo tem como objeto a opressão de gênero e não se deriva uma teoria da sexualidade de uma teoria de gênero. A sexualidade não deriva do gênero. A leitura que aqui se apresenta do texto de Rubin (2003) destaca que a prática sexual está na lista de estratificações sociais, uma vez que a sexualidade opera como um “vetor de perseguição e opressão que atravessa outros modos de desigualdade social e que não pode ser reduzido, ou incorporado em outros, como classe, raça, etnia ou gênero” (Rubin, 2003, p. 49), mas a eles articulados pelas relações entre sexo e política. Isso importa à psicologia, e deve importar para estudantes, professores(as), profissionais, pesquisadores(as) das diferentes áreas científicas e de exercício profissional da psicologia.

Por fim, mas não menos importante, neste novo projeto político-científico da psicologia no âmbito das sexualidades, ela própria terá, enquanto instituição de saber-poder, de enfrentar três de seus maiores fantasmas: 1) o heterossexismo, que se baseia na pressuposição de muitas/os psicólogas/os de que todas as pessoas com as quais trabalham ou interagem são, ou

deveriam ser, necessariamente, heterossexuais; 2) a heterossexualidade compulsória, que remeteria à imposição, como modelo de relações amorosas ou sexuais entre pessoas do sexo oposto, necessariamente; e, por fim, 3) a heteronormatividade, que seria a ordem sexual do presente, fundada no modelo heterossexual, familiar e reprodutivo. Três espectros de pensamento normativo produzidos para a manutenção de hierarquias que a psicologia tem reproduzido com sucesso em algumas de suas teorias e técnicas. Assim, a quem se interessar por psicologia e pelo debate das sexualidades, fica o convite para pensar o próprio gênero como “ficção política encarnada”, expressão usada por Paul Beatriz Preciado, na palestra que proferiu no *Hay Festival*, em Cartagena, na Bolívia, em fevereiro de 2014³.

A psicologia é provocada, então, a encarar aspectos corporais/encarnados/materiais das sexualidades. Neste sentido, é fundamental abdicar dos pressupostos ingênuos da construção social e cultural da diferença sexual que, como bem afirmou Preciado (2008), gerou efeitos catastróficos nas atuais políticas de gênero, de caráter estatal, seja colocando o feminino no crivo binário do ‘essencialismo versus construtivismo’, seja afirmando a feminilidade em oposição, desde sempre binária, com a masculinidade. Parece que, no que concerne aos estudos das sexualidades, o tempo da ingenuidade científica acabou para a psicologia, assim como, para as demais ciências. A questão é saber se sujeitos da psicologia podem resistir à lógica que incide na organização dos campos de estudo da própria psicologia e, o mais importante, quais as condições de possibilidade desta resistência acontecer, considerando desde a formação até a atuação profissional e científica na psicologia no Brasil, na contemporaneidade.

Há um texto da psicóloga da USP, Vera Paiva, cuja leitura é imprescindível a quem é da área e cujo título é uma pergunta ainda pertinente: a psicologia redescobrirá a sexualidade? Foi também no ano de 2008 que este texto veio a público e, a exemplo dos anteriores aqui citados, continua atual até hoje, pois o que o texto afirma acerca dos profissionais da área da saúde pode ser considerado de modo mais ampliado, ainda atualmente, para os contextos de trabalho também da psicologia. Ainda que as/os profissionais atuem com base em alguma autoridade técnico-científica, raramente foram formadas/os para lidar com as sexualidades na complexidade de suas dimensões.

Neste sentido, a autora afirma que: “o trabalho dos psicólogos será beneficiado se sua formação redescobrir a sexualidade, repensar a sexologia, superar abordagens baseadas em valores pessoais e em psicologias com preterições universalistas, ao menos no campo da sexualidade” (PAIVA, 2008, p.641). Percebe-se que não há mais tempo para qualquer acomodação intelectual.

3 - Beatriz Preciado en conversación con Mariàgne Ponsford, Hay Festival 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4o13sesqsj0>> Acesso em 10 de Dezembro de 2015.

Se a tarefa é, portanto, no âmbito da psicologia, fazer a crítica, ou seja, “é tornar difíceis os gestos fáceis demais” (FOUCAULT, 2004, p.180), então a formação em psicologia precisa, necessariamente, ser revisitada, e a formação continuada no exercício profissional, enquanto que cientistas das diferentes áreas da psicologia precisam se atualizar no diálogo com as/os pares, oxigenando seus estudos, uma vez que o gênero não pode ser (como vem sendo) utilizado como variável sexual nas pesquisas. Será necessário mais estudo e mais empenho crítico, se a psicologia se propuser efetivamente a reinventar-se em relação às sexualidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BOZON, Michel. Sociologia da Sexualidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In LOURO, Guacira Lopes. (org.). O corpo educado: Pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p. 151-174.
- BUTLER, Judith. Cuerpos que importan. Barcelona: Paidós, 2002.
- BUTLER, Judith. Deshacer el género. Barcelona: Paidós, 2006.
- FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I – a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1993.
- FOUCAULT, Michel. Verdade, poder e si mesmo. In FOUCAULT, M. Ditos e escritos: ética, sexualidade, política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p. 294-300.
- GARCIA, Olga Regina Zigelli. Sexualidades femininas e prazer sexual: uma abordagem de gênero. 2007. 232f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/90781/271860.pdf?sequence=1>.
- JESUS, Jaqueline Gomes de. Orientações sobre Identidade de Gênero: Conceitos e Termos. Guia Técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais pessoas transgêneros, para formadores de opinião. 2012. 2.ª Ed., Brasília. Disponível em: www.sertao.ufg.br/uploads/16/original_ORIENTA%C3%87%C3%95ES_SOBRE_IDENTIDADE_DE_G%C3%8ANERO__CONCEITOS_E_TERMOS_-_2%C2%AA_Edi%C3%A7%C3%A3o.pdf?1355331649
- MISKOLCI, Richard; PELÚCIO, Larissa. “Fora do sujeito e fora do lugar: reflexões sobre performatividade a partir de uma etnografia entre travestis”. Gênero, Niterói: Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero, UFF, p. 255-267, 2006.
- PAIVA, Vera. (2008). A psicologia redescobrirá a sexualidade? Psicologia em Estudo, 13(4), 641-651.
- PRECIADO, Paul Beatriz. Testo Yonqui. Madrid, Editora Espasa Calpe, 2008.
- RUBIN, Gayle. Pensando sobre sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade. Cadernos Pagu. v. 21, p. 219-260, 2003.
- RUBIN, Gayle; BUTLER, Judith. Tráfico sexual: entrevista. Cadernos Pagu. v. 21, p. 157-209, 2003.

MULHERES, VIOLÊNCIAS E INTERSECCIONALIDADE: AMPLIANDO DEBATES

Thalita Rodrigues⁴

Pretendemos com este trabalho debater o fenômeno das violências contra as mulheres, evidenciando a necessidade de incorporarmos a articulação entre eixos de poder e marcadores sociais para a compreensão e enfrentamento às violações dos direitos humanos das mulheres. Discutiremos como a concepção de violência contra as mulheres, pautada nas relações de gênero e focada na violência doméstica é importante, mas precisa ser debatida e ampliada para que abarque mais a complexidade das realidades sociais e a multiplicidade das experiências de “sermos” mulheres. A partir de um ponto de vista que dialogue com as compreensões de relações de gênero e outros eixos de poder, como raça e territorialidade, defenderemos a necessidade de ampliação da compreensão sobre as violências – no plural – contra as mulheres, a fim de que cada vez mais elas tenham suas experiências reconhecidas. Por fim, apresentaremos a perspectiva interseccional enquanto um posicionamento teórico e político que pode contribuir para o enfrentamento às violências contra as mulheres.

RELAÇÕES DE GÊNERO E VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES: UMA IMPORTANTE CONEXÃO

As violências contra as mulheres são uma das maneiras de violação de direitos que mais evidencia as desigualdades históricas às quais nós temos sido submetidas. Justamente em resposta a essas desigualdades, violências e violações que os movimentos feministas têm se articulado, produzindo perspectivas opostas ao determinismo biológico e propondo articulações contra a subordinação das mulheres.

Ao longo da história, muitas foram as estratégias feministas a fim de promover maior equidade na vida das mulheres, e a atuação dos feminismos tem sido um importante catalisador para mudanças sociais e culturais. O feminismo acadêmico é uma dessas atuações cujas ações objetivam produzir novas concepções sobre as realidades sociais e das vivências das mulheres a partir das ciências/ academia, espaços historicamente constituídos por e para homens. Um marco teórico para a desnaturalização das diferenças sexuais é a obra “O segundo sexo”, de Simone de Beauvoir (1949/2000), na qual a autora evidencia como as mulheres são subjetivadas e reconhecidas

4 Thalita Rodrigues, psicóloga e mestra em psicologia pela UFMG. Integrante da Coletiva Estâmira Mulheres Psicólogas- BH/MG.

a partir do olhar masculino. Beauvoir propõe uma reflexão sobre a produção de hierarquias que subordinam as mulheres, sendo as ciências/ academia espaços privilegiados para a reprodução destas desigualdades.

Assim como Beauvoir (1949/2000), teóricas e acadêmicas estadunidenses e europeias iniciaram, a partir da década de 60, a elaboração de estratégias de ação focadas na produção de teorias e explicações contrapostas aos determinismos biológicos. Este momento histórico do movimento feminista, nomeado por algumas/alguns teóricas(os) como segunda onda⁵; apostou na construção de um sujeito político unificado – a mulher – e na investigação da origem de sua subordinação. A construção desse sujeito político baseou-se na ideia da universalidade da opressão feminina (COSTA, 2002; PISCITELLI, 2009; SAFFIOTI, 1995, 2004) e tem um importante papel no reconhecimento e fortalecimento do próprio movimento feminista por propor uma pauta política unificada.

Simultaneamente, conceitos, como gênero e patriarcado; ganharam força e, ainda hoje, são importantes estratégias de ação feminista (PISCITELLI, 2009). Um dos trabalhos clássicos neste sentido foi “O tráfico de mulheres: notas sobre a ‘economia política’ do sexo”, de Gayle Rubin (1975/1993). Nesse, a autora revisita o conceito de gênero, apresentando o “sistema sexo/gênero”. Segundo a autora:

Toda sociedade conta ainda com um sistema de sexo/gênero: um conjunto de arranjos através dos quais a matéria-prima biológica do sexo e da procriação humana é moldada pela intervenção humana e social e satisfeita de forma convencional, pouco importando o quão bizarras algumas dessas convenções podem parecer (RUBIN, 1975/1993, p. 5).

Gênero, em suas diversas formulações (COSTA, 2002; MARIANO, 2005), é utilizado como uma resposta que se contrapõe às compreensões de que as diferenças entre homens e mulheres seriam inatas, é que as desigualdades e as hierarquias sociais, por sua vez, seriam resultantes dessas diferenças sexuais, o que Piscitelli (2009) nomeia como dupla naturalização. Características, valores, comportamentos e papéis sociais diferentes (e desiguais) aos sexos

5 A compreensão da história feminista através das ondas propõe que a primeira onda consistiu nas lutas das mulheres por Direitos Cívicos e Políticos no final do século XIX e início do século XX, principalmente na Europa e América do Norte. A segunda onda teria se iniciado na década de 60 e teve como pauta a articulação pela desnaturalização das desigualdades sexuais a partir da compreensão da universalidade da opressão feminina e a construção de um sujeito político unificado, a mulher. A terceira onda, a partir da década de 80, iniciar-se-ia com as denúncias de mulheres de diversas partes do mundo, não contempladas pela centralidade das explicações de gênero/patriarcado. Tais mulheres propunham um debate também interno ao feminismo, contribuindo para visibilizar tensões e hierarquias até então silenciadas (NOGUEIRA, 2001b; PISCITELLI, 2009).

produzem estereótipos de gênero e ditam regras sociais de como homens e mulheres deveriam ser e agir no mundo. Surgem, então, ideias como “homens são mais agressivos”, “mulheres são mais recatadas”, “homens têm instinto sexual mais aflorado”, “mulheres são seres do cuidado” que colaboram para as situações de violência. As teorias de gênero têm o importante papel de evidenciar que há hierarquias e desigualdades mediando as relações sociais entre mulheres e homens que, por sua vez, culminam em hierarquização social, preconceitos e violências. Vale notar que esse é um conceito em constante elaboração e disputa e que há diversas e distintas formulações (BUTLER 2013; HARAWAY (2004), MARIANO, 2005 PISCITELLI, 2009).

As políticas públicas brasileiras de enfrentamento à violência⁶ contra as mulheres, a fim de desnaturalizar as desigualdades, utilizam o conceito:

A violência contra as mulheres não pode ser entendida sem se considerar a dimensão de gênero, ou seja, a construção social, política e cultural da(s) masculinidade(s) e da(s) feminilidade(s), assim como as relações entre homens e mulheres. É um fenômeno, portanto, que se dá no nível relacional e societal, requerendo mudanças culturais, educativas e sociais para seu enfrentamento; bem como o reconhecimento de que as dimensões de raça/etnia, de geração e de classe contribuem para sua exacerbação (BRASIL, 2011, p.20).

A compreensão desse fenômeno a partir das relações de gênero, bem como a perspectiva da universalidade da opressão feminina, consiste, portanto, em um importante passo: a explicitação de que não há nada de natural nas violências sofridas, bem como a proposição de que as violências não são apenas de ordem individual, mas sim fenômenos sociais. Essa é uma importante perspectiva por politizar as desigualdades, trazê-las para o debate na arena pública⁷ e auxiliar as mulheres a perceberem que as violências são um fenômeno psicossocial, com origens em relações de poder que dizem de suas experiências individuais, mas que não se reduzem a elas. Além disso, a perspectiva das relações de gênero visibiliza que concepções binárias e estereotipadas constroem “papéis” sexuais fixos e rígidos que contribuem para relações também rígidas e, muitas vezes, violentas. Outro ponto importante é que as relações de gênero têm um caráter histórico-cultural, regidas por

6 Quando utilizo “violência”, no singular, refiro-me aos documentos das políticas públicas brasileiras que tratam, quase sempre, da violência doméstica e intrafamiliar.

7 É sempre importante ressaltar que as Políticas Públicas para as Mulheres, incluindo aquelas referentes ao enfrentamento às violências contra as mulheres, são fruto de mobilizações e lutas de movimentos de mulheres organizadas e não “doações” políticas. Para saber mais sobre a história das lutas das mulheres brasileiras: GREGORI (1993) e SANTOS e IZUMINO (2005).

normas sociais, tanto quanto outras relações, hierarquias e desigualdades sociais. Sendo assim, são passíveis de serem modificadas, o que traz a importante dimensão de possibilidade de mudança e democratização das relações generificadas e, conseqüentemente, um horizonte de relações sociais menos violentas para as mulheres. Assim, as relações de gênero e a universalidade da opressão feminina são importantes premissas para a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher (BRASIL, 2011), para os serviços de enfrentamento à violência contra a mulher, bem como para as mobilizações e pesquisas na temática.

Durante um longo período, gênero foi reconhecido como a categoria central para se pensar as experiências das mulheres. Contudo perspectivas centradas apenas no gênero têm limitações. Todas as perspectivas de compreensão social são parciais, inclusive o debate aqui proposto, uma vez que não conseguem abarcar toda a complexidade das relações de poder. O mesmo ocorre com a centralidade que, durante muito tempo, os feminismos deram às relações de gênero, não conjugando com a mesma importância dimensões das relações de poder, como orientação sexual, raça, classe, territorialidade, idade, dentre várias outras.

A centralidade apenas na dimensão social de gênero, o essencialismo que o conceito pode vir a ter em algumas perspectivas e a universalização do sujeito político “mulher” podem colaborar para a construção de invisibilidades entre mulheres por partir de uma compreensão de um sujeito universal, tal qual se pensava em “homem” como sinônimo de “humanidade”. E quais seriam os problemas e limitações políticas na universalização desse sujeito? Como isto se relaciona com o enfrentamento às violências contra as mulheres no Brasil?

PROBLEMAS DE GÊNERO: QUAIS OS LIMITES DO SUJEITO POLÍTICO “MULHER”?

Primeiramente, é importante a reflexão sobre as elaborações do conceito de gênero. Reapropriado pelas feministas da segunda onda, ele servia como forma de desnaturalizar as diferenças sexuais e hierarquias entre mulheres e homens. Segundo Haraway:

As feministas da segunda onda cedo fizeram a crítica da lógica binária do par natureza/cultura, inclusive das versões dialéticas da narrativa marxista-humanista de dominação, apropriação ou mediação da “natureza” pelos “homens” através do “trabalho”. Mas esses esforços hesitaram em ampliar inteiramente sua crítica à distinção derivada sexo/gênero. Esta distinção era muito útil no combate aos determinismos biológicos pervasivos constantemente utilizados contra as feministas

em lutas políticas urgentes a respeito das “diferenças sexuais” nas escolas, nas editoras, nas clínicas e assim por diante. Fatalmente, nesse clima político limitado, aquelas primeiras críticas não historicizaram ou relativizaram culturalmente as categorias “passivas” de sexo ou natureza (HARAWAY, 2004, p.217-218).

Tais perspectivas, da segunda onda, apresentaram novos problemas aos feminismos por não aplicarem a crítica presente na dicotomia “natureza versus cultura” ao par “sexo versus gênero”. Judith Butler (2000; 2013) traz grandes contribuições para o debate sobre gênero, historicizando a suposta passividade da categoria sexo, evidenciando essencialismos e prescrições feministas derivadas das dicotomias supracitadas. A autora elabora a proposição da performatividade de gênero na qual o sexo seria atualizado via as normas de gênero. Tais normas operam no processo de subjetivação, ou seja, de tornar-se sujeito, reiteram a heterônornormatividade e consistem em possibilidade de reconhecimento e legitimidade de existência (BUTLER, 2000; 2006).

Assim, as normas consistem tanto em reconhecimento de experiências (humanas) quanto na exclusão de experiências (menos humanas, menos legítimas) e, portanto, abjetas. A partir do conceito de performatividade de gênero, a autora propõe que

...não se pode, de forma alguma, conceber o gênero como um construto cultural que é simplesmente imposto sobre a superfície da matéria - quer se entenda essa como o ‘corpo’, quer como um suposto sexo. Ao invés disso, uma vez que o próprio ‘sexo’ seja compreendido em sua normatividade, a materialidade do corpo não pode ser pensada separadamente da materialização daquela norma regulatória (BUTLER, 2000, p. 152).

Formulações binárias e dicotômicas de gênero alimentariam a política de representatividade feminista, nomeada por Butler como política de identidade feminista (2013). Essa compreende a ação política a partir da universalidade do sujeito mulher. A autora critica esta concepção por colonizar e reduzir as possibilidades de identidade dos sujeitos sociais:

A noção binária de masculino/feminino constitui não só a estrutura exclusiva em que essa “especificidade” do feminino é mais uma vez totalmente descontextualizada, analítica e politicamente separada da constituição de classe, raça, etnia e outros eixos de relações de poder, os quais tanto constituem a “identidade” como tornam equívoca a noção singular de identidade (BUTLER, 2013, p. 21).

Compreender gênero de maneira essencializada bem como a ação política centrada na política de identidade culmina em apagamentos de experiências que são importantes para a luta política pelos direitos de todas as mulheres. Conforme Conceição Nogueira evidencia: “Quando o gênero é construído em termos de qualidades abstratas de indivíduos, as circunstâncias e experiências de vários grupos de mulheres tornam-se irrelevantes e podem ser colocadas de lado” (NOGUEIRA, 2001a, p. 142).

Uma das consequências da crítica às concepções essencialistas de gênero, aplicadas à compreensão e enfrentamento à violência doméstica é a reificação de identidades e sujeitos (BUTLER, 2013; DEBERT & GREGORI, 2008; NOGUEIRA, 2001A). Perspectivas binárias e dicotômicas, aplicadas às análises de violência contra as mulheres, podem incorrer no risco de delimitar posições estanques de vítimas às mulheres e algozes aos homens (GREGORI, 1993; DEBERT & GREGORI, 2008). Esse é um perigo, pois dentre outras coisas, desumaniza as mulheres em situação de violência, retirando-lhes quaisquer possibilidades de ação e transformação em suas próprias vidas. Além disso, não vê possibilidades de transformação social das relações de violência e gênero, cabendo aos homens ocuparem apenas a posição de agressores (RODRIGUES; 2015).

As críticas da política de identidade feminista são consoantes às denúncias de mulheres do mundo todo que, a partir da década de 80, protagonizaram os chamados feminismos da terceira onda (NOGUEIRA, 2001b; PISCITELLI, 2009). Estas feministas, não contempladas pela perspectiva feminista centrada em concepções binárias de gênero e na universalidade da categoria mulher, trazem importantes contribuições para os feminismos, ampliando debates e possibilidades de ação política. Tendo como ponto de partida suas experiências de exclusão, opressão e resistência

Feministas negras, lésbicas, asiáticas, africanas, latino-americanas têm se esforçado na construção de importantes contribuições para a compreensão das múltiplas faces da opressão feminina que afetam as experiências de vida de muitas mulheres por todo o mundo (MAYORGA; PRADO, 2010, p. 49).

Os feminismos da terceira onda têm evidenciado as diferenças internas ao próprio movimento, “colocando em xeque não apenas a universalidade de gênero para se pensar as experiências das mulheres, mas também a necessidade de repensar este marcador social e colocá-lo em relação a outros” (RODRIGUES; MAYORGA, 2015). Sua emergência tem colaborado para a problematização das desigualdades e apagamentos que precisam ser repensados dentro do próprio movimento. As feministas negras foram um dos grupos pioneiros na denúncia da exclusão promovida pela perspectiva

universal de mulheres. Elas têm evidenciado como o racismo é uma importante opressão que atinge de maneira distinta as mulheres negras, atravessadas, entre outros, pelas relações raciais e de gênero. Bell Hooks⁴ (2004), Sueli Carneiro (2003), dentre outras autoras, evidenciaram a ausência, ainda atual, do racismo nas teorizações feministas, bem como a ausência de reflexões de gênero nos debates raciais. Este movimento de articulação entre gênero e raça tem auxiliado no enriquecimento das análises sobre as desigualdades sociais por colocar em relação, dinâmicas até então analisadas separadamente e por auxiliarem no enegrecimento do feminismo (CARNEIRO, 2003).

Spivak (2012) e suas contribuições sobre a diversidade que a categoria subalternas/os congrega e o silenciamento sistêmico a elas/eles destinado problematiza o papel das intelectuais pós-coloniais, destacando que deveriam questionar tanto a maneira como os discursos de poder e as hierarquias se constroem quanto a possibilidade de uma epistemologia dos pós-coloniais de falarem pelas/os colonizadas/os.

Gloria Anzaldúa (2005/1987) lança novos olhares para as relações de gênero, de sexualidade, étnico-raciais a partir das fronteiras de sua experiência. A autora problematiza o fato de ser mulher, lésbica, chicana, ativista e acadêmica nos Estados Unidos e propõe uma nova consciência para a produção de conhecimento e para a ação política, uma consciência mestiça que não se prenda a apenas um eixo de poder.

Propostas como essas que visibilizam questões, como raça, sexualidade, localização geopolítica, contribuem para a reflexão de como as hierarquias e opressões se constroem e se articulam. As denúncias destas feministas evidenciam como há múltiplas violências e violações de direitos que não eram reconhecidas como tal e a necessidade de nos atentarmos a elas a fim de garantir, cada vez mais, maior equidade de direitos às mulheres, contemplando tanto as opressões de gênero quanto outros eixos de poder e desigualdades bem como suas conexões e cruzamentos.

Os dados de pesquisas recentes corroboram o que as feministas da terceira onda e tantas/os outras/os teóricas/os e ativistas há muito denunciam: há diversidades dentro da categoria mulher que precisam ser analisadas com mais atenção. O “Mapa da violência 2015: homicídios de mulheres” (2015) evidencia peculiaridades importantes sobre quais são as mulheres que têm morrido mais no Brasil, em quais localizações geopolíticas do país, as diferenças decorrentes de territorialidade (residentes ou não em grandes centros), de qual faixa etária, etc.

O estudo aponta um aumento de feminicídios entre as mulheres negras, que passou de 1864, em 2003, para 2875, em 2013, o que representa um aumento de 54,2%. Enquanto isso, os homicídios de mulheres brancas caiu de 1747 vítimas, em 2003, para 1576, em 2013. (WASELFISZ, 2015, p. 30).

O mapa chama a atenção também para o preocupante fato de que as maiores taxas de assassinato de mulheres, no Brasil, concentram-se em municípios de pequeno porte, espalhados pelo território nacional. Há dificuldades tanto das políticas públicas, concentradas nos centros urbanos, atingirem estas realidades (uma vez que estão difusas pelo interior do país), quanto de coleta e registro destas informações:

Considerando o universo dos 5.565 municípios, os 100 municípios com as maiores taxas médias no quinquênio foram responsáveis por 429 homicídios femininos, do total de 22.252 registrados no período de 2009 a 2013. Isto é, menos de 2% desses homicídios aconteceram nos 100 municípios com as maiores taxas (WAISELFSZ, 2015, 26).

Outra constatação do mapa é de que a taxa de crescimento dos homicídios de mulheres entre as regiões brasileiras é diferente. Os dados, também referentes ao período compreendido entre 2003 e 2013, apontam que a porção norte do país apresenta taxas de crescimento do número de homicídios elevadas: enquanto o Nordeste tem uma taxa de crescimento de 79,3% dos homicídios de mulheres, a região Norte conta com uma taxa de 53,7%. As regiões Sul e Centro-Oeste apresentam baixo crescimento da taxa de homicídios de mulheres, enquanto que a Região Sudeste evidencia uma queda pela metade no período, devido à significativa retração dos índices de homicídios de mulheres em São Paulo, Rio de Janeiro e em Belo Horizonte (que apresenta uma retração não tão significativa) (WAISELFSZ, 2015, p.20).

Sempre há que se perguntar o que os dados não conseguem abarcar, uma vez que há subnotificação das violências contra as mulheres no Brasil e no mundo, mas, ainda assim, eles explicitam a complexidade da realidade social e a necessidade de realizarmos análises e enfrentamentos que conjuguem vários eixos de poder.

E então, sendo necessário pensarmos sobre diferentes dinâmicas de opressão e suas articulações, perguntamos: e as mulheres indígenas, cujas tribos têm sido massacradas ao longo de toda a colonização brasileira tanto quanto no processo de urbanização e que sofrem ainda com a violência doméstica e intrafamiliar? E a lesbofobia que invisibiliza e mata mulheres cotidianamente? E o racismo que atinge as mulheres negras, contribuindo para que tenham uma inserção social subalterna, ocupando baixos cargos e recebendo os piores salários? E tantas outras violências e violações de mulheres como as de situação de rua, as em situação de prisão, as que têm sofrimento mental, as mulheres com deficiência? Como lidar com tamanha multiplicidade e complexidade que as experiências das mulheres possuem?

INTERSECCIONALIDADE: AMPLIAÇÃO DO OLHAR SOBRE AS MULHERES E AS VIOLÊNCIAS

A interseccionalidade é uma importante elaboração feminista a fim de se atentar à complexidade da realidade social. O debate, iniciado por feministas negras que vivenciam conjuntamente opressões articuladas de raça e gênero, dentre outras, tem sido uma pauta cada vez mais atual dos feminismos. Conforme evidenciam Silveira et al (no prelo), há uma longa trajetória de ação política bem como de teóricas e propostas que contribuíram para a difusão de debates que articularassem hierarquias e opressões.

Contudo, é a partir da III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas (Conferência de Durban), realizada em 2001, que o conceito de interseccionalidade, proposto por Kimberle Crenshaw, ganhou visibilidade. Para a autora, “a interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação” (p.177).

A proposta da interseccionalidade tem colaborado para ampliação da compreensão da categoria mulheres com a perspectiva de que, para além da suposta universalidade do sujeito da política da identidade feminista (BUTLER, 2013), haveria muitas experiências produzidas por cruzamentos de eixos de poder. E quais seriam os impactos desta expansão da compreensão das mulheres, dos feminismos da terceira onda e da proposta interseccional para a concepção das violências contra as mulheres?

Conforme evidenciado anteriormente, é necessário que as articulações das violações de direitos, opressões e desigualdades sejam reconhecidas como violências tanto quanto as opressões de gênero e a violência doméstica e intrafamiliar o são. Conforme evidenciam Debert e Gregori (2008), a concepção de violência é histórica, cultural e contextual. O que atualmente é considerado como violência não o foi em outro tempo histórico, bem como o que poderá ser reconhecido como tal, pode não ser na atualidade. Um importante exemplo disso é a luta política da população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, transexuais e travestis) na criminalização da homofobia⁸. Tal luta é uma tentativa de que o Estado brasileiro reconheça tanto as identidades LGBTs quanto as violações de direito as quais tal população tem sofrido. A criação da Lei 11.340/2006, de políticas públicas para as mulheres e de políticas para o enfrentamento à violência doméstica são resultado de importantes lutas sociais feministas, pela desnaturalização das desigualdades e no reconhecimento dessas como violências. A proposta interseccional contribui na luta pelo reconhecimento

8 Para ler mais sobre o assunto, cf. Prado e Junqueira (2011).

de outras violências e desigualdades por evidenciar a complexa teia que se forma pelo cruzamento e articulação entre opressões.

Esta é a proposta de Raquel da Silva Silveira com a tese “Interseccionalidade gênero, raça e etnia e a Lei Maria da Penha.” Seu trabalho apresenta um estudo consistente sobre como questões étnicas e raciais se conjugariam com as relações de gênero nos discursos jurídicos em Porto Alegre e Sevilha. A autora evidencia que há sub-representação das mulheres negras nas entrevistas realizadas e nos boletins de ocorrência, apesar da presença delas nos processos ser evidente. Em um país pautado na errônea ideia de que não existe racismo, é um desafio pensar violência contra as mulheres a partir da articulação entre gênero e raça (SILVEIRA, 2013; 2014).

A dissertação “Concepções de violência e interseccionalidade: análise em um Centro de Referência de Atendimento a Mulheres em situação de violência” (RODRIGUES, 2015) também propõe um exercício de articulação para a compreensão e enfrentamento às violências. O trabalho privilegia os marcadores sociais de gênero, sexualidade, raça e classe, tendo como campo-tema o equipamento de atendimento às mulheres em situação de violência (CRAM) e a Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres de Minas Gerais. Os resultados evidenciam que o foco da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres nas violências domésticas tem impactos na operacionalização do enfrentamento às violações e violências advindas das articulações entre os eixos de poder mencionados e outros.

O artigo “Violencias Interseccionales y Migracion”, de Ursula Cruz, realiza um debate sobre violências contra as mulheres a partir da experiência de mulheres imigrantes que vivem na Espanha. A autora visibiliza a colonização discursiva que afeta a compreensão das violações às quais as mulheres imigrantes estão sujeitas, passando pela hierarquização cultural de países desenvolvidos versus desenvolvidos; o racismo e xenofobia que elas enfrentam ao chegarem ao norte global, bem como as violências institucionais que o Estado realiza ao impossibilitá-las de ter acesso a direitos. Em outras palavras, “Se analizan discursos que señalan a la cultura o’al patriarcado como causa de la violencia contra las mujeres migradas, así ocultan o niegan los distintos sistemas de opresión y sus intersecciones de género, clase, raza y procedencia” (CRUZ, 2015, 1).

Conforme evidenciam os trabalhos apresentados, a interseccionalidade aplicada à compreensão das violências contra as mulheres é uma importante ferramenta analítica e política para visibilizar que a organização social ainda violenta, e muito, as mulheres de diversas formas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consiste em uma significativa vitória conseguirmos visibilizar através de conceitos, como gênero e patriarcado, que há hierarquias e desigualdades

entre homens e mulheres, e que a violência cometida por homens contra as mulheres não deve e nem pode ser naturalizada. Contudo precisamos também avançar na percepção de que existem outros sistemas de opressão que também violentam as mulheres e que estes sistemas articulam-se, produzindo violências também articuladas. Este é um dos grandes e complexos desafios da luta política feminista atual e, como bom desafio que é, não há respostas prontas. Sigamos na tentativa de operacionalizar realidades mais democráticas e menos violadoras para todas e todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ANZALDUA, G. La conciencia de la mestiza: rumbo a uma nova consciência. *Rev. Estud. Fem.*, v.13, n.3, 704-719, 2005.
- BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo". In: LOURO, G. L. (Org.). *O Corpo educado: pedagogias da sexualidade* (2a ed.). Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 151-172.
- _____. *Deshacer el género*. Barcelona: Paidós Ibérica, 2006.
- _____. *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres*. Brasília: autor, 2011.
- CARNEIRO, S. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: Ashoka Empreendimentos Sociais & Takano Cidadania (orgs.), *Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano, 2003, p. 49-58.
- CASTILLO, U. S. C. Violencias interseccionales y migración. *Anais do II Congresso de Estudos Pós-coloniais - III Jornadas de Feminismo Pós-colonial*. Buenos Aires: CLACSO, 2015.
- COSTA, C. L. O sujeito no feminismo: revisitando os debates. *Cadernos Pagu*, n.19, 59-90, 2002.
- CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero (L. Schneid, trad.). *Rev. Estud. Fem.*, v.10, n.1, 171-188, 2002.
- Debert, G. G. & Gregori, M. F. (2008). Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.23, n.66, 165-185, 2008.
- GREGORI, M. F. *Cenãs e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/São Paulo: ANPOCS, 1993.
- HARAWAY, D. 'Gênero' para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *Cadernos Pagu*, n.22, 201-246, 2004.

HOOKS, B. Mujeres negras. Dar forma a la teoria feminista. In: HOOKS, B.; BRAH, A.; SANDOVAL, C.; ANZALDÚA, G. (Orgs). *Otras, inapropiables: femihismos desde las fronteras*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2004, p. 33-50. Publicado originalmente em 1984.

_____. Intelectuais negras. *Rev. Estud. Fem.*, v.3, n.2, 464-478, 1995.

MAYORGA, C.; PRADO, M. A. M. Democracia, instituições e a articulação de categorias sociais. In: MAYORGA, C. (Org.). *Universidade cindida, universidade em conexão: ensaios sobre democratização da universidade*. Belo Horizonte: UFMG, 2010, p. 47-70.

MARIANO, S. A. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. *Rev. Estud. Fem.*, v.13, n.3, 483-505, 2005.

NOGUEIRA, C. Contribuições do construcionismo social a uma nova psicologia do gênero. *Cadernos de Pesquisa*, n.112, 2001, 137-153, 2001a.

_____. *Um novo olhar sobre as relações sociais de gênero: feminismo e perspectivas críticas na psicologia social*. Braga: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001b.

PISCITELLI, A. Gênero: a história de um conceito. In: H. A. BUARQUE, H. A.; SZWAKO, J. E. (orgs.). *Diferenças, Igualdades* (Coleção sociedade em foco: introdução às ciências sociais). São Paulo: Berleandis & Vertecchia, 2009, p. 116-149.

PRADO, M. A. M.; JUNQUEIRA, R. D. Homofobia, hierarquização e humilhação social. In: VENTURI, G.; BOKANY, V. (Orgs.). *Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011, p. 51-71.

RODRIGUES, T. *Concepções de violência e interseccionalidade: análise em um Centro de Referência de Atendimento à Mulher em situação de violência*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG. 2015.

RODRIGUES, T.; MAYORGA, C. Violência contra as mulheres e os sujeitos do feminismo: reflexão sobre algumas produções brasileiras. *Anais do II Congresso de Estudos Pós-coloniais - III Jornadas de Feminismo Pós-colonial*. Buenos Aires: CLACSO, 2015.

RUBIN, G. *O tráfico de mulheres: notas sobre a "economia política" do sexo*. Recife: SOS-Corpo, 1993. Publicado originalmente em 1975.

Saffioti, H.I. B Almeida, S. S. (1995). *Violência de gênero: poder e impotência*. Rio de Janeiro: Revinter.

Saffioti, H. I. B. (2004). *Gênero, patriarcado, violência*. (Coleção Brasil Urgente). São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

SANTOS, C. M.; IZUMINO, W. P. Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil. *Estudios Interdisciplinarios de América Latina y El Caribe*, v.16, n.1, 2005. Recuperado em 05 de julho de 2013, de <http://www1.tau.ac.il/eial/index.php?option=com_content&task=view&id=358&Itemid=187>.

SILVEIRA, R. S. *Interseccionalidade gênero/raça e etnia e a Lei Maria da Penha: discursos jurídicos brasileiros e espanhóis e a produção de subjetividade*. Tese (Doutorado em Psicologia Social e Institucional), Instituto de Psicologia, UFRGS, Porto Alegre, 2013.

SILVEIRA, R. S.; SILVA, F. O.; NARDI, H. C.; MAYORGA, C.; RODRIGUES, T. *Feminismos negros e o conceito de interseccionalidade: a explicitação de tensões nos discursos de gênero*. In Neves, M. S. (orgs). *Teorias de Gênero: feminismos e transgressão*. (no prelo).

SPIVAK, G. *Pode o Subalterno falar?* Belo Horizonte: UFMG, 2010. Publicado originalmente em 1985.

WASELFISZ, J. J. (2015). *Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil*, 1ª ed. Brasília: OPAS/OMS, ONU Mulheres, SPM, Flacso. Disponível em <<http://www.mapadaviolencia.org.br>>.

MULHERES EM MOVIMENTO: UM BREVE OLHAR SOBRE AS DESIGUALDADES DE GÊNERO E RAÇA

Tayane Lino⁹

Os feminismos têm atuado de modo a desvelar a história da sociedade, atentando-se a como as mulheres passaram a ocupar, em um suposto caráter de destino, posições sociais subalternas na política, na ciência e no contexto social moderno. Para tanto, estes movimentos têm ocupado distintas esferas sociais e investigado as experiências existentes por detrás da produção de saberes e poderes. Dito de outro modo, os feminismos têm se perguntado sobre quais verdades têm angariado *status* de universal e qual projeto de sociedade está em jogo.

As reflexões que se seguem buscam contribuir para uma reinterpretação da história da sociedade a partir das mulheres atentando-se, principalmente, à presença dessas nas organizações políticas e sociais em torno do acesso à esfera pública no ocidente, com especial atenção às fronteiras entre raça e gênero no contexto brasileiro. Os tópicos a seguir buscam se aproximar do modo pelo qual as mulheres reivindicaram o reino da palavra, ou seja, a fala, a escuta social e a aquisição de direitos.

É imprescindível ressaltar que apresentar pontos desta história diz do meu desejo por reconhecimento das mulheres como sujeitos ativos na construção da sociedade e insere na cena política as contribuições das múltiplas feministas para a transformação social (Mouffe, 1995). Há nesta proposta a recusa do lugar de vítima para as mulheres e, em contrapartida, a interpretação da história como uma luta por reconhecimento social, político e científico.

FEMINISMOS NO PLURAL: A HISTÓRIA DA SOCIEDADE A PARTIR DAS MULHERES

Lançar luz sobre a história do feminismo no ocidente não é um fato novo nos estudos sobre desigualdades. Contar e recontar a história do movimento feminista é resultado de um constante exercício de contextualização e localização. Ao contextualizar, reiteramos na prática discursiva uma história que, mesmo depois de dois séculos de reflexões, ainda ocupa um lugar secundário na constituição do pensamento sobre a ciência – meu foco de estudo. São nos entremeios desta história, que tem um caráter de luta

9 Psicóloga, Mestre em Psicologia Social Pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Doutoranda pela mesma instituição.

teórica, política e social, que indivíduos emergem como sujeitos sociais, políticos e científicos que interpelam uma certa ordem na disputa por novas inteligibilidades sociais na cena pública. Deste modo, a produção de uma prática articulatória da história do feminismo contribui para a compreensão das desigualdades sociais presentes no ocidente.

Seria ingênuo pensar que esta prática articulatória se dá a partir de um olhar linear, simétrico e contínuo (Ribeiro, 2006). A constituição da trajetória feminista no mundo é contada por diversas feministas ao longo da história: feministas negras reivindicam a marcação da presença das mulheres negras na constituição de demandas sociais; feministas lésbicas exigem a explicitação das questões ligadas à sexualidade não heterossexuais; feministas latinas entrelaçam a história ao contexto específico do processo de colonização vivenciados em seus países; feministas terceiro-mundistas anunciam as hierarquias norte-sul e as feministas orientais as hierarquias ocidente-oriente. Todas essas são histórias que compõem a complexa história do feminismo. O que explicita a existência de uma disputa pela ampliação dos sujeitos da história e, conseqüentemente, que o campo da história é um campo de disputas políticas. Sendo assim, é impossível pensar em uma história do feminismo; são histórias no plural.

Se na atualidade falamos de feminismos, é porque um processo histórico de avanços e rupturas foram sendo produzidos por inúmeras mulheres em suas lutas e experiências diversas. A estruturação e a orquestração desta multiplicidade (Ribeiro, 2006) ao longo da história se manifesta-se em diferentes feminismos que, problematizando as relações entre mulheres e homens, promoveram a desnaturalização dos contextos a partir dos quais emergiam e politizaram as relações em diferentes esferas da vida (Sardenberg, 2004).

Marcado pelo questionamento de uma ordem patriarcal/machista vigente, o feminismo denuncia uma sociedade que transforma distinções sexuais em hierarquias de gênero. O feminismo é tanto um campo político quanto um campo teórico-epistemológico que se mantém em constante construção (Keller, 1985; Harding, 1987). As diversas perspectivas e interações construídas pelos feminismos explicitam que ele tem assumido diferentes orientações políticas, pode-se citar o feminismo radical, o liberal, o socialista, o marxista e o anarquista. Já no campo teórico-epistemológico, encontra-se o empirismo feminista, o ponto de vista feminista e o pós-estruturalismo feminista (Butler, 2003). Podem ser classificados pela localização geopolítica de suas proponentes, os quais constituem diferenças significativas em suas produções. São elas: feministas anglo-norte-americanas, francesas do Sul, do Norte, anglo-saxônicas, ocidentais, etc.

Das múltiplas possibilidades de abordar a história dos feminismos, escolho as ondas/correntes, não por ser a forma mais clássica, ou

supostamente simples, mas ao contrário, porque as correntes me permitiram apresentar a história com ênfase em conflitos, tensões e dilemas importantes para o meu encontro com os feminismos terceiro-mundistas, latinos, negros e lésbicos. Mesmo não sendo um modelo historiográfico consensuado, as ondas feministas são consideradas referências analíticas que apreendem os modelos teóricos explicativos, assim como as distintas formas de organização das ações e formas de enfrentamento sociais.

O feminismo da primeira onda, conhecido também como movimento sufragista, enfatiza e afirma as distinções sexuais, denuncia que estas distinções têm sido tratadas socialmente como a justificativa para a inferiorização das mulheres. O feminismo sufragista dá ênfase ao sublugar que as mulheres ocupam no campo político e baseiam no direito ao voto concedido aos homens uma marca da não cidadania das mulheres. As lutas versam em torno do direito à propriedade, ao voto e outras garantias civis. É salutar ressaltar que as pautas se deram de formas distintas nos diversos países, resultado das diferenças culturais, políticas e sociais.

No contexto latino americano, a luta sufragista, também conhecida como feminismo bem comportado, estava sob a condução das mulheres das classes alta e média que, através de ações junto aos aparelhos legislativos, logo conquistam o direito ao voto (Costa, 2005). Caracterizado como de cunho conservador, esse primeiro momento do movimento feminista apresenta pouca interpelação no que se refere à divisão sexual dos papéis de gênero, reforça estereótipos e tradições. Compreende a mulher como maternal, sentimental, uma cuidadora nata, corroborando com um essencialismo no olhar sobre a mulher. Essa foi uma das principais críticas feitas a este conjunto de feministas. Utilizavam “as virtudes” como justificativa para suas demandas. Um importante marco para a desmobilização do movimento feminista na América Latina foram as insurgências das ditaduras militares, que acabaram por silenciar vozes dissonantes aos ideais da ditadura (Sarti, 2001, 2004; Pinto, 2003).

Depois de um período de aparente desarticulação do movimento feminista, vê-se surgir uma nova onda de ações coletivas que questionam a lógica do público e do privado. O slogan “o pessoal é político” questiona os parâmetros conceituais do político, a lógica do público e do privado e amplia a ideia do que é considerado o político, o que é da esfera pública (Varikas, 1996). Há na segunda onda um questionamento dos espaços sociais relegados às mulheres, até então consideradas como pertencentes à esfera do lar – casa, família, educação dos filhos. As feministas exigem que esta esfera passe a ser passível de questionamento público, ao mesmo tempo em que as instâncias tradicionais do público, o mundo da rua – trabalho, ciência, política – sejam tidas como espaços, também, da mulher (Pedro, 2005).

Nestes termos, ao afirmar que o pessoal também é político, as feministas trazem para o espaço da discussão pública as questões que até então eram tidas como específicas do privado, rompendo assim, com a dicotomia público-privado, para apresentar ao mundo o contínuo que constroem estas duas esferas (Costa, 2005). A luta pela mudança nas relações domésticas e trabalhistas, o direito ao uso do próprio corpo, a busca pela ruptura da dominação masculina nos matrimônios são importantes questões e bandeiras do movimento (Pedro, 2005). Assim, parafraseando Costa (2005), “ao utilizar essa bandeira de luta, o movimento feminista chama a atenção das mulheres sobre o caráter político da sua opressão, vivenciada de forma isolada e individualizada no mundo do privado, identificada como meramente pessoal” (p.11). Nos termos propostos, o movimento feminista na segunda onda almejava mudar a condição das mulheres nas distintas esferas sociais e “a partir do projeto abertamente político logo surgiu um projeto intelectual – acadêmico mesmo: a teoria feminista. A teoria feminista foi, em geral entendida, pelo menos por suas primeiras autoras, como em si mesma uma forma de política – isto é, como ‘política por outros meios’” (Keller, 2006, p. 15).

No contexto latino, a segunda onda do feminismo surge em meio a um contexto de autoritarismo e repressão da ditadura militar (Pinto, 2003). Como resultado da resistência à ditadura, as mulheres começam a se organizar muito ligadas à esquerda (Sarti, 2004). O movimento lutava contra a opressão das mulheres ao mesmo tempo em que exigia a redemocratização das sociedades latinas. Mesmo não mantendo vínculo direto com a esquerda, o movimento conserva propostas ideológicas e políticas ao mesmo tempo em que lutam contra o sexismo, no interior dos movimentos de esquerda. Grupos começam a surgir em toda América, e o combate à violência de gênero e doméstica, direitos reprodutivos, e a livre vivência da sexualidade caracterizam novas bandeiras (Costa, 2005; Sarti, 2001; Matos, 2010; Alvarez, 1998).

Durante a onda seguinte, segundo Costa (2005), multiplicam-se as modalidades de organização e identidades feministas. Mulheres das camadas populares articulam-se nas associações de moradores, centrais sindicais, partidos políticos (Teles, 1993; Alvarez *et al.*, 2003); questões ligadas à pobreza e periferia aparecem como bandeiras de luta. As organizações de mulheres negras crescem, ampliando a agenda política do movimento.

O feminismo da terceira onda é marcado pelo questionamento da homogeneização da mulher no interior do movimento feminista, que se reflete nas demandas sociais do grupo, na luta por direitos, na produção intelectual e no questionamento da ciência hegemônica. Há, por parte das feministas não brancas, não heterossexuais, não ricas, o questionamento

de que a forma de organização do movimento tem tido como resultado a caracterização desse como um movimento de mulheres brancas, de classe média e intelectualizadas (Azeredo, 1994). Nesse cenário de conflitos internos e denúncia da reprodução de desigualdades sociais no interior do movimento, começam a ganhar força produções teóricas que marcam a localização geográfica, social, racial entre outras. Feministas, sobretudo negras, lésbicas e latinas, realizam diversas críticas ao movimento feminista denunciando a invisibilidade destas no movimento e a necessidade de ampliação da plataforma de ação feminista. O tratamento secundarizado das questões destas outras feministas (Bordo, 2000) é questionado nas ações e na produção teórica onde aparecem como 'sujeitos implícitos.'

Ainda no âmbito político-social, duras críticas são feitas a um sujeito feminino a partir da denúncia de que as mulheres (negras, lésbicas, terceiro-mundistas, latinas, do oriente) continuam a ocupar o lugar subalterno, tanto internamente ao movimento quanto na esfera pública, sendo nestes espaços reiteradas condutas racistas, homofóbicas, coloniais, entre outras. Assim, mesmo com duras interpelações às teorizações que tomaram como sujeito e objeto paradigmático o homem, um homem essencial e universal, as feministas incorreram igual risco ao transformar as mulheres em uma 'mulher universal'. Se o feminismo trouxe para a cena a impossibilidade de um universal masculino, as teóricas negras, lésbicas, latinas e etc., trouxeram a impossibilidade de uma homogeneização do sujeito do feminismo. Assim, o humano é constituído da multiplicidade, não existindo nem um homem nem uma mulher "universal", "e sim homens e mulheres que as relações sociais de gênero, de classe, de raça e a cultura tornam social e politicamente desiguais" (Arrazola, 2002, p.70).

Os estudos sobre a interseccionalidade, proposta pelo movimento feminista negro, discorrem justamente sobre as hierarquias que estão também internas ao movimento, e que é imprescindível que nos atentemos a estas diferenças nas análises e teorizações da realidade social. Estes se mostram como uma saída das feministas negras à invisibilidade e secundarização. Os sujeitos passam a ser abordados em uma relação direta entre classe, de gênero, de raça/etnia e geração orientação sexual, origem.

As proposições de Gloria Anzaldúa, teórica feminista lésbica e chicana, trazem à tona conflitos internos ao movimento e à hierarquização de demandas sociais ao afirmar que "é preciso uma enorme energia e coragem para não aquiescer, para não se render a uma definição de feminismo que ainda torna a maioria de nós invisíveis" (Anzaldúa, 2000, p. 231).

O feminismo, assim revisitado, tem assumido variadas tendências e vem problematizando a estrutura social e a si mesmo, ao longo dos tempos, em permanente (des)construção. Não há dúvidas de que mudanças significativas aconteceram do século XIX até os dias atuais. Sem o anseio de

nomear uma como a mais significativa, afirmo que as mudanças no processo reflexivo se fizeram sentir tanto no âmbito social quanto teórico. A passagem dos estudos sobre a mulher para a problemática das relações de gênero muito contribuíram para a percepção de um sistema de opressão de gênero. Como aponta Costa e Sardenberg (2002), essa transformação teórica tem estabelecido novas fronteiras, permitindo novos espaços discursivos e uma profunda reflexão sobre a “mulher”.

MULHER OU MULHERES: LOCALIZANDO FALAS

As discussões acerca da multiplicidade de mulheres e suas demandas por equivalência trazem consigo o ímpeto de nós questionarmos sobre a mulher como categoria social. O que me conduziu para uma busca pela definição da categoria mulher ou mulheres. Então, atentei-me à construção de um corpo como feminino e diretamente vinculado à categoria em questão.

Ser homem ou ser mulher resulta em uma apropriação de significados materializados no corpo, através da incorporação de experiências sociais, históricas, linguísticas e, portanto, culturais e políticas. Os corpos masculinos e femininos são resultado da produção social, cultural e histórica. Nestes termos, a mulher é uma categoria discursiva, imersa em significados, sendo produto e efeito do poder e do saber (Nicholson, 2000). O que vale reforçar é que o está em jogo é a construção social do corpo e suas resultantes no direito ou não de fala pública.

Nesse contexto, parte-se da afirmativa, em concordância com Nelly Oudshoorn (2000), de que não há *a priori* uma verdade natural ou biológica sobre o corpo, ele é significado na cultura. Assim, um corpo é sempre um corpo carregado de sentido, dito de outro modo, o corpo torna-se feminino através da mediação da linguagem.

É sabido que o processo de “fabricação” de sujeitos é contínuo. Aprender a ser homem e aprender a ser mulher são lições que fazem parte do cotidiano dos sujeitos desde o nascimento por processos, estratégias e práticas culturais variadas. Distintas instituições legislam sobre os corpos e produzem os discursos, ao mesmo tempo em que as expressam e/ou significam e re-significam as representações sobre a mulher (Nicholson, 2000; Laqueur, 2001; Butler, 2003):

O teórico Michael Foucault (1997) chama a atenção para o interesse sobre o corpo e aponta que o desejo sobre a compreensão do corpo está na sociedade desde a época clássica, sendo um objeto alvo de poder e que, “em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações” (Foucault, 2004, p. 126). O corpo, nessa interpretação, é reiterado como uma superfície em que se inscrevem acontecimentos biológicos, sociais e culturais, e não

como algo dado *a priori*, como se ele fosse dotado de essências biológica, histórica ou transcendental (Machado, 1979). Essa compreensão do corpo se distancia de uma matriz biológica dada, fixa e perpétua e se aproxima da definição do corpo uma interpretação social que se dá na cultura mediante as relações de poder (Laqueur, 2001). São as relações entre homens e mulheres, mulheres e mulheres, homens e homens que instituem uma verdade sobre o corpo. No mesmo caminho, foram construídas as verdades sobre o corpo negro, lésbico, latino americano, oriental. E a articulação entre estas verdades produziram sujeitos falantes e sujeitos emudecidos.

Anibal Quijano (2002) afirma que um dos eixos fundamentais do atual padrão de poder mundial é a classificação social da população de acordo com a ideia de raça que, ainda segundo ele, seria uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial. Deste modo, a codificação da diferença entre colonizadores e colonizados, na ideia de raça, pode ser entendida a partir de uma suposta distinção biológica que garantiria alguns em uma situação natural de inferioridade em relação a outra(s). Sendo assim, a raça foi umas ferramentas para a classificação e hierarquização social da população. Nestes termos, pode-se dizer que alguns sujeitos entram em desvantagem na busca por legitimidade e igualdade no contexto social. Munida pelas discussões apresentadas pelas feministas negras, pós-coloniais, latinas, do oriente, lésbicas, pós-estruturalistas que trouxeram contribuições significativas para a compreensão da pluralidade de mulheres que se inserem na categoria mulher, proponho pensar a mulher como uma categoria múltipla construída e significada socialmente.

As mulheres indígenas, negras, latinas, pobres, faveladas, das periferias e muitas outras visibilizam as ausências que a compreensão da categoria mulher como homogênea, transcultural e trans-histórica produz. A constatação dessas ausências vai muito além de nomeação destas "outras" mulheres como "mulheres de verdade", e aqui está a politização da relação entre mulheres e suas consequências nas dinâmicas de poder (Clínico, 2009).

Nesta perspectiva, pensar as demandas das mulheres exige que vislumbremos suas aproximações e especificidades a partir de suas diversas interseções, como a raça, a origem étnica e a classe. Assim, nos termos propostos por Butler (2003):

(...) se alguém é uma mulher, isso certamente não é tudo que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da "pessoa" transcendam a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais

de identidades discursivamente constituídas. Resulta que se tornou impossível separar a noção de gênero das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida (Butler, 2003, p.20).

As teóricas feministas negras, como visto, têm tratado da construção das relações assimétricas baseada na associação entre negritude e fêminilidade em textos políticos, literários e acadêmicos. Ao investigar a criação de estereótipos do corpo feminino negro, Patrícia Hill Collins (1991) afirma a existência de diferenças contextuais inerentes às significações do corpo feminino negro e o corpo feminino branco, assim como o corpo das mulheres afro-americanas, das moçambicanas, entre outros, mas que há consequências sociais, culturais e políticas que se baseiam na cor da pele. Se o corpo feminino está determinado por sua vida interna e visceral, guiados por órgãos reprodutivos e hormônios, entendimento constante na história da biologia, da medicina (Rohden, 2008) as mulheres de pele escura vivenciam processos de “coisificação” de seu corpo, normalmente, conjugada com a hipersexualização do corpo negro. O que as retira do campo do pensamento e as aproxima do primitivo e irracional (Collins, 1991). São tidas como mais sexualizadas e influenciadas pela natureza. Nesta perspectiva, a impossibilidade de uma fala que resulte em escuta de outras destas mulheres é o resultado de um sistema de sanções e de censuras específicas ligadas à representação do corpo feminino negro a partir de uma voraz e incontrolável natureza primitiva.

A interpretação social do corpo foi transformada em materialidade biológica desse e é contestada tanto por Collins (1999) quanto por Rohden (2008), que direcionam as discussões para os mecanismos que fazem com que as características biológicas atuem a serviço de uma justificativa para desigualdades e posicionamentos na esfera pública. Os significados culturais, sociais, científicos e históricos atribuídos às características biológicas produzem os sujeitos, oferecem reconhecimento e os distinguem socialmente.

Evidenciar a busca de uma desnaturalização e desessencialização do ser mulher procura visar à pluralidade da categoria mulher. As mulheres são de muitas formas, etnias, classes, orientações sexuais, religiões, identidades, tempos e culturas distintas, e estas diferenças resultam em diferentes formas de produzir ciência. Em outras palavras, durante toda a sua formação como sujeitos sociais, serão constituídos diferentemente não somente em gênero, mas também em classe, raça e etnia (Reis, 2003).

Tomaz Tadeu da Silva (2005), ao discorrer sobre a representação social, afirma que essa não é um reflexo de uma realidade anterior, ela é nomeada e significada no discurso. A partir desta afirmativa, a representação é uma constante produção de sentidos que são imersos em relações de poder

(Silva, 2005): Neste contexto, a representação da mulher como parte da vida doméstica e do como portador de uma maior força física em detrimento da capacidade intelectual afasta as mulheres negras da representação de um(a) cientista. Enquanto a representação do cientista como o homem e branco, veiculada no contexto social, produz efeitos na constituição dos sujeitos, delimitando e ensinando quem pode produzir ciência. Em outras palavras, o modo como falamos das coisas as constitui, ou seja, o modo como representamos a cultura científica produz os sujeitos da ciência.

Nesta direção, os preconceitos e representações acerca das mulheres e do negro dificultaram o acesso dessas ao conhecimento, o que corrobora para uma produção científica e intelectual masculina e branca. Levando em conta tais entendimentos, ao operar com a ideia de mulheres na ciência, tentei manter um olhar que abarcasse essa diversidade e compreendesse a categoria mulher a partir da resultante entre gênero, sexo, raça e classe, colocando-me contra a naturalização do feminino e do masculino. Assim, a relação entre sujeitos não pode ser tomada como algo dado naturalmente. Deve ser interpretada na história de modo que se possa visibilizar como as instituições agem no sentido de manter um estado de coisas (Bordeiu, 2002). Nestes termos, o que na história é tido como natural e eterno é não verdade eternizado e naturalizado por diversas instâncias sociais.

Vale ressaltar que não se trata de um discurso da vitimização das mulheres, principalmente das mulheres negras, mas da materialidade às desigualdades a que mulheres estão submetidas. O caminho proposto requer que se leve em consideração os contextos e as relações de poder que constituem a experiência das mulheres no campo social. Assim, as desigualdades não são naturais, muito menos, são resultado de uma essência feminina de passividade ou propensão ao campo do privado, nem inerentes às diferenças sexuais e/ou biológicas entre corpos de homens e mulheres, o que tem como fim o desenvolvimento de habilidades diferentes e fixas, mas sim que são desigualdades discursivamente construídas e que são passíveis de mudança. E essas só podem acontecer a partir do momento em que reconhecermos o caráter político da ciência e sua contribuição, atualizando e reiterando normas de gênero e lugares de subalternidade.

DAS FRONTEIRAS ENTRE RAÇA E GÊNERO

É certo que as lutas feministas combatem o silenciamento das mulheres na política e o anulamento de mulheres em espaços participativos e produtivos. Historicamente, as mulheres são inibidas a dizer o que pensam, a otimizar o que desejam, a fazer o que sabem e de participarem das instâncias públicas; é certo que em algumas mais do que outras, e um pouco que eu gostaria de abordar neste texto. Mas será que todas nós,

mulheres, temos as mesmas demandas? Nós, mulheres, negras, brancas, indígenas, rurais, urbanas, pobres, ricas, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, portadoras de necessidades especiais temos as mesmas demandas? Acessamos as políticas do mesmo jeito? Precisamos da mesma atenção do Estado? Vivenciamos as mesmas opressões e violências? Essas são as primeiras questões que gostaria de trazer para pensarmos. Gostaria que estas perguntas guiassem as reflexões deste texto.

Falar dos direitos das mulheres é também falar das desigualdades históricas que foram construídas na sociedade brasileira, desigualdade essas que, rapidamente, conseguimos perceber que ocorrem entre homens e mulheres, mas também entre mulheres e mulheres. O que nos impõe um árduo debate sobre nós, mulheres, e nossas relações com outras mulheres. E por sua vez, como essas relações podem se estabelecer a partir de diferenças, desqualificações e inferioridades. Este não é um debate fácil e rápido. Na atualidade, há certo consenso em dizermos que mulheres são biologicamente diferentes de homens, mas que essas diferenças não justificam uma diferença de tratamento social. E as diferenças entre nós, mulheres? Sempre tratamos essas diferenças como distinções ou também, por vezes, abordamos como motivo de desqualificações? Lembrando que a omissão também é desqualificadora. Nossas concepções sobre o que é ser mulher, no singular, impedem nossa percepção de que, na verdade, somos mulheres, no plural, e que nem sempre compactuaremos dos mesmos caminhos em busca de direitos.

As lutas das feministas não brancas propõem um novo olhar sobre as experiências das mulheres, que ressalte as diferenças entre mulheres em contraponto a “uma homogeneização que, por vezes, invisibiliza as condições específicas das mulheres quando se articulava a raça, etnia, classe, orientação sexual e outras categorias” (Bairros, 1995, p.462).

Pensando como essas diferenças podem se materializar em desigualdades, trago alguns dados de mulheres, no plural, e sua relação com a saúde, a educação, o trabalho, a violência doméstica e intrafamiliar, a sustentabilidade entre outros. O que é crucial para se compreender as demandas específicas de mulheres e, deste modo, superar as desigualdades sociais que atingem as mulheres, no plural, que impossibilitam a ascensão social dessas na sociedade brasileira.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2002) evidencia que as desigualdades entre a população brasileira referenciam, principalmente, as questões de raça e gênero e permitem, assim, identificar uma hierarquia social que coloca os homens brancos no topo, seguidos por mulheres brancas, homens negros e mulheres negras, que sofrem dupla discriminação: de raça e gênero. A mulher negra continua na base desta pirâmide.

No mercado de trabalho, por exemplo, a situação de negros e mulheres brancas em praticamente todos os indicadores analisados piorou, embora elas tenham um ano a mais de estudo do que os homens. Os dados evidenciam ainda a dupla discriminação que atinge as mulheres negras. Vítimas do racismo e do sexismo, elas ocupam os piores postos de trabalho, recebem os menores rendimentos e sofrem com as relações informais (como a falta de carteira assinada). No caso, as empregadas domésticas, pescadoras, as mulheres quebradeiras de coco e entre outras que trabalham na ilegalidade, mas que os ajuntamentos de sindicato, associações e cooperativas trazem um pouco de justiça social ao trabalho (Bento, 1995).

A mulher negra, na sociedade brasileira, vem enfrentando disparidades em que é colocada em um tripé da desigualdade, permeando o racismo, a questão de gênero e classe econômica. É possível ligar essas três esferas de forma a compreender sua situação na sociedade atual, os principais fatores para a sua má qualidade de vida e bem-estar físico, mental e social, assim, provocando sua situação precária de saúde.

No que se refere aos cuidados com a saúde da mulher negra, a violência obstétrica - que se caracteriza pela apropriação do corpo e processos reprodutivos das mulheres pelos profissionais de saúde, através do tratamento desumanizado, abuso de medicalização e patologização dos processos naturais, causando a perda de autonomia e a capacidade de decidir sobre seus corpos e sexualidade - marca a experiência de muitas dessas mulheres, principalmente quanto associado à classe social e local de origem.

Dados da pesquisa "Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado", realizada pela Fundação Perseu Abramo (Venturi & Godinho, 2013), revelou que 25% das mulheres relataram algum tipo de violência durante o atendimento ao parto. Aqui estão incluídos xingamentos, realização de procedimentos dolorosos sem aviso e/ou consentimento, gritos, impedimento da presença do companheiro/a, entre outros. Ao falarmos apenas da rede pública, a violência obstétrica é citada por 74% das mulheres (Venturi & Godinho, 2013).

Segundo a Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher, hoje, a mortalidade materna fica na razão de 78 a cada 100 mil partos. Diferente do que pode parecer, esse número não é baixo. Prova disso foi a afirmação da Organização Mundial de Saúde (OMS) de que o Brasil ainda é responsável por cerca de 20% das mortes de grávidas que ocorrem todos os anos na América Latina e no Caribe (Brasil, 2009). O Ministério da Saúde assumiu que essas mortes são evitáveis em 92% dos casos, e que mulheres negras possuem mais chances de morrer por causas relacionadas à gravidez, parto ou pós-parto. A mortalidade materna de mulheres negras está 65% acima da de mulheres brancas (Brasil, 2009). Ou seja, o racismo institucional hierarquiza a vida dessas mulheres e reproduz na área da saúde as desigualdades tão profundamente

enraizadas que atingem diretamente a qualidade do atendimento recebido. Além das negras, este cenário fica cada vez mais hostil para mulheres solteiras, indígenas e que vivem em regiões pobres.

— Será que, hoje, conseguimos pensar, a partir de um esforço que tem também a ver com a alteridade, as transversalidades de raça, etnia, classe social, orientação sexual e outros nas políticas públicas de gênero? É a partir das diferenças que construímos a diversidade, que é bem-vinda e é produtora de inovação e, principalmente, de justiça social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As dinâmicas de articulação do racismo, xenofobia e sexismo, no Brasil, seguem sendo invisibilizadas, e as mulheres negras faveladas têm sido um dos grupos sociais fortemente atingidos, ainda que nos últimos anos estejam sendo delineadas políticas públicas relevantes para desenvolvimento da igualdade racial e de gênero. O índice alarmante de mortes de travestis negras, as guerras frias declaradas contra jovens negros periféricos e a hipersexualização de jovens negras pela mídia são alguns dos vários aspectos que marcam experiências de corpos localizados nas periferias do gênero.

No cenário brasileiro atual, sistemas de privilégios, tais como o de raça, o de gênero e o de território foram historicamente alinhados e justapostos, podendo se referir a eles com hierarquias próprias e relações legitimadas, mas não explicá-los por causalidades lineares. É inegável que o movimento feminista caminhou bastante, principalmente no sentido das reflexões teóricas rumo ao desenvolvimento de um campo de estudos significativamente amplo e útil, que visa a produzir saberes que contemplem as lutas das mulheres por outro mundo possível (Costa & Sardenberg, 2002). Nas palavras de Keller (2006), “a mudança social que o feminismo produziu forneceu novos ângulos, novas maneiras de ver o mundo, de ver mesmo as coisas comuns, abriu novos espaços cognitivos” (p.30).

A tentativa de tecer os fios que compõem a história do movimento feminista, abarcando sua pluralidade de mulheres, perspectivas e teorias, mostrou-se bem desafiadora e exigiu um deslocamento dos centros para as periferias do movimento. Na busca por igualdade e equidade de gênero; na luta por espaços inclusivos e por maior participação de mulheres na política; a equiparação de salários entre homens e mulheres e entre mulheres; no enfrentamento aos crimes de ódio, ao preconceito e à discriminação as mulheres em sua pluralidade e a autonomia e o poder de decisão de mulheres na vida pública.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alvarez, Sonia. (1998). Feminismos Latinoamericanos. *Revista estudos feministas*, n.2/98, v. 6, pp. 265-284.

Alvarez, Sonia; et al. (2003). Encontrando os feminismos latinoamericanos e caribenhos. *Revista Estudos Feministas*, n.2, v. (11), pp. 541-575.

Anzaldúa, G. (2000). "Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do Terceiro Mundo". *Revista Estudos Feministas*, v.8, n. 1, pp. 229-236.

Arrazola, Laura Susana Duque (2002). Ciência e crítica feminista. Em: Costa, Ana Alice; Sardenberg, Cecília M. B. (org.). *Feminismo, Ciência e Tecnologia* (pp. 67-77), Salvador: NEIM/UFBA: Redor.

Azerêdo, Sandra. (1994). "Teorizando sobre gênero e relações raciais". *Revista Estudos Feministas*, número especial (2), pp. 203-216.

Bairros, Luiza (1995). "Nossos feminismos revisados". *Revista Estudos Feministas*, n. 3, v. 2, pp. 458-463.

Bento, Maria Aparecida Silva (1995). A mulher negra no mercado de trabalho. In: Estudos Feministas. Rio de Janeiro. Vol. 3. n. 2. IFCS/UERJ e PPCIS/UERJ. p. 479-489.

Bordo, Susan (2000). A feminista como o Outro. *Revista Estudos Feministas*, v. 8, n. 1, p. 10-29.

Bourdeiu, Pierre (2002). A dominação Masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Brasil (2009). Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher – PNDS 2006: dimensões do processo reprodutivo e da saúde da criança/ Ministério da Saúde, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. – Brasília : Ministério da Saúde, 2009.

Collins, Patricia Hill (1991). Em Black feminist thought. Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment. NewYork, Routledge.

Costa, Ana Alice A. (2005). O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. *Gênero*. v. 7. Niterói, v. 5, n. 2, pp. 9-35.

Costa, Ana Alice; Sardenberg, Cecília M. B. (2002). Introdução. Em: Costa, Ana Alice; Sardenberg, Cecília M. B. (org.). *Feminismo, Ciência e Tecnologia* (pp. 11-24), Salvador: NEIM/UFBA: Redor.

Foucault, Michael. (2004). "Os corpos doces". *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 29ª ed. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 125-152.

Harding, Sandra. (1987). Is there a feminist method? Em: *Feminism and methodology*. Bloomington: Indiana University Press, pp. 1-14.

IBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) (2002). Síntese dos Indicadores Sociais. Estudos e Pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica 11.

Laqueur, Thomas (2001). Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

Machado, R. (org.). (1979). Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal. (Edição com base em textos de Michel Foucault)

Matos, Marlise (2010). Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global?. *Revista Sociol. Polit.*, Curitiba, v.18, n.36, pp. 67-92.

Pagu, n. 16, pp. 31-48.

Pinto, C. R. J. (2003). *Uma história do Feminismo no Brasil*. São Paulo, SP: Editora Fundação.

Reis, Jandira Gualberto dos (2003). *Relações de gênero no cotidiano escolar: visões e concepções do corpo discente*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo: Vitória.

Rohden, Fabíola (2008). O império dos hormônios e a construção da diferença entre os sexos. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15, supl., p.133-152.

Sardenberg, Cecília M. Bacellar (2004). *Estudos Feministas: Esboço Crítico*. Em: Amaral, Célia Chaves Gurgel do (Org.). *Teoria e Práxis dos Enfoques de Gênero* (pp. 17-40). Salvador, BA: Redor.

Sarti, Cynthia A. (2001). Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. *Cadernos*

Sarti, Cynthia A. (2004). O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 12(2): 264, pp. 35-50.

Varikas, Eleni. (1996). "O pessoal é político": desventuras de uma promessa subversiva. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 2, nº. 3, pp. 59-80.

Venturi, Gustavo & Godinho, Tatau (org.) (2013). *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Edições Sesc SP.

Butler, Judith. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. (trad. Renato Aguiar). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Keller, Evelyn F. (2006). Qual foi o impacto do feminismo na ciência? *Cadernos Pagu*, (27), p.13-34.

Mouffe, C. (1995). *Democratic politics and the question of identity* (pp. 33-45). In: Rajchman, J. (org.). *The identity in question*. New York: Routledge.

Nicholson, Linda. (2000). Interpretando o gênero. *Revista Estudos Feministas*, 8(2), 9-41.

Pedro, Joana Maria (2005). Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*, São Paulo, 24(1), 77-98.

Quijano A (2002). Colonialidade, poder, globalização e democracia. *Novos Rumos*, 17 (37).

Reis, Jandira Gualberto dos. (2003). *Relações de gênero no cotidiano escolar: visões e concepções do corpo discente*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES.

Ribeiro, Matilde. (2006). O feminismo em novas rotas e visões. *Revista Estudos Feministas*, 14 (3), 801-811.

Silva, Tomaz Tadeu da (2005). *Documento de Identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica.

SAÚDE MENTAL E MULHER NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

Marisa Sanabria¹⁰

As mudanças são companheiras iniludíveis do caminhar para o encontro de uma vida adulta e autodeterminada. Somos uma sociedade que amadurece e envelhece, ao mesmo tempo em que cultiva, insistentemente, padrões de juventude, vitalidade e *performance* difíceis de alcançar.

Na mulher, o fantasma da maturidade, marcado pela fronteira da menopausa, determina medo, ruptura e exclusão. Não estamos preparados institucionalmente para reconhecer nem dar valor à experiência, à trajetória de vida nem à serenidade nos posicionamentos.

Exigimos sempre um desempenho on-line medido por critérios de eficiência.

A meia-idade, chamada de segunda metade da vida, para as mulheres, é um momento intenso de reformulação de propósitos, mudanças de protagonismos e elaboração de projetos novos, abandono e desapego das demandas sociais, solicitações familiares e ilusões afetivas. Este ciclo inicia o caminho para o envelhecimento, entender e elaborar mágoas, ressentimentos e frustrações faz parte do equilíbrio e da saúde psíquica e emocional. Plantar e construir seu próprio jardim interno é uma tarefa iniludível que está vinculada ao respeito e à dignidade por si própria e à maneira como se entende a perspectiva de futuro.

Amadurecer é uma nova etapa de colheita, aprendizado e respeito pela vida. Podemos constatar um triângulo que se configura a partir de três aspectos: existência, tempo e transformações. Esta forma geométrica dinâmica está estreitamente articulada, e seus pontos são inseparáveis. O movimento desta estrutura é interessante porque, na juventude, queremos acelerar mudanças, criar situações de desafio e assumir propostas que nos responsabilizem na vida; à medida que nos aproximamos da maturidade, tentamos frear, sem muito êxito, o tempo, com saudade de momentos que já se foram, e apreensão por um futuro com algumas incógnitas. Nesta tarefa perdemos grandes oportunidades de viver cada etapa com o seu dinamismo, de aprender com novas situações e de desapegarmos do que já não nos interessa. Se soubermos encontrar a cadência deste processo, podemos descobrir e viver quem realmente somos com equilíbrio e alegria.

Deter o tempo é uma missão impossível, mas essa atitude demanda energia, disposição e nos faz estrangeiros de nossa vida, interdita-nos o protagonismo da própria história e nos transforma em pessoas que olham

10 Psicóloga CRP. 04-5350, mestre em Filosofia UFMG, especialista em Psicologia e Gênero, conselheira membro da comissão "Mulheres e Questões de Gênero"

o transcurso dos acontecimentos sem entender e sem querer saber como as mudanças nos exilam do nosso território.

“Não vi meus filhos crescerem... Quando acordei, já eram rapazes...” “Meu divórcio aconteceu sem eu perceber... Quinze anos de um casamento difícil que suportei, achando que as coisas poderiam melhorar...” “Trabalhei anos... O tempo foi passando... nunca juntei dinheiro, hoje preciso de um teto para morar...” “Como o vento nas navegações, na metáfora de assumir o timão da nossa vida, precisamos aprender a navegar com a brisa a favor, e não contra. Qualquer marinheiro de primeira viagem descobre rapidamente que o vento contra é perigoso e pode até quebrar o leme do barco.

As mulheres vivem o passar do tempo com angústia, medo e, muitas vezes, carregada de ressentimento e mágoa, e a passagem à maturidade torna-se um fantasma que assombra a realidade de muitas profissionais, mães de família. Enfim, mulheres comuns que vão sentindo, sem entender, uma enorme fragilidade pessoal acompanhada de uma exclusão institucional.

Utilizaremos a menopausa simplesmente como uma fronteira para o envelhecimento, ela não é a única provocadora de todas estas transformações, mas, socialmente, determina que a mulher perde seu valor de troca, não pode mais parir, quer dizer, não produz, não cria cidadãos. Portanto, é excluída das trocas “comerciais” que a civilização nos impõe. A falência ovariana é um dos aspectos de um leque de sensações, sentimentos e mudanças corporais que invadem a mulher como uma avalanche que não se pode conter. Este momento é vivido como um episódio privado, fácil de identificar, mas difícil de entender, processar e elaborar.

Muitas coisas serão colocadas em questão nesse momento: a relação com os filhos adultos, os vínculos afetivos, o casamento, as amizades, as transformações do corpo, a vivência da sexualidade. Enfim, a forma como cada mulher encara e vive esse período terá efeitos profundos e de longo alcance, não somente para ela, para as pessoas a sua volta e para a sociedade como um todo.

Se lembramos que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a expectativa de vida da brasileira está em torno dos 75 anos, isso significa que teremos mais 20 ou 25 anos para viver depois da última menstruação, que acontece por volta dos 50 anos.

As mulheres que hoje estão na menopausa viveram sua juventude a partir de códigos sociais bastante definidos e aceitos sem grandes questionamentos. Alguns teóricos do feminismo¹¹ definem a juventude como a “primeira vida”, na qual casamento, maternidade e a possibilidade de construir uma família estável se impunham e, para a sociedade, era um atestado do êxito e da

11 Disponível em www.ibge.gov.br. Expectativa de vida-dez.2013.

realização feminina. Os anos 1960 trouxeram um marco importante nesse modelo; a pílula e os anseios de liberdade individual, laboral e sexual criaram possibilidades e perspectivas com as quais suas avós nunca sonharam.

A “segunda vida” inaugura um momento especial de dúvidas, inquietações, perguntas sobre si mesma e outros projetos de futuro. Preparar-se para viver a maturidade com saúde, disposição e novas propostas de relacionamentos e trocas é um desafio, sobretudo individual, uma vez que as instituições não estão equipadas para receber essa mulher que não tem mais tarefas sociais e se dispõe a viver sonhos e desejos de uma forma renovada.

Em nossa sociedade, uma mulher é útil enquanto procria e é atraente enquanto sua sexualidade ligada ao ciclo menstrual inspira atração e medo. A possibilidade de viver uma transformação na qual se perde aquilo que a caracteriza é vivida como algo perigoso e indesejável.

Podemos entender por que, então, a menopausa transforma-se sócio-culturalmente em “medo/pausa”, um momento acompanhado de dúvidas diante da mudança clara do protagonismo social afetivo e sexual que a mulher desempenhava até o momento.

Somos estimuladas a permanecer na juventude; a mulher sempre donzela, infantilizada, e celebramos a primeira menstruação, quando alguém diz: “Você agora já é uma mulher”. Isso quer dizer: será desejada e poderá exercer sua sexualidade, parir, etc.

Na menopausa, a voz institucional diz: “Você já não é mulher”, então, agora será invisível, não desejada e abandonada. Esse momento é tratado do ponto de vista médico como carência: de hormônios, de menstruação e de capacidade reprodutiva. Em termos metafóricos, as bruxas, nos contos de fadas, são as mulheres na menopausa, mostradas sempre como ressentidas, feias e escondidas, simbolizando o lugar que a sociedade determina para quem vive essas transformações.

Alguns dicionários norte-americanos definem a menopausa como “mudança de vida”, reconhecendo que se trata de uma alteração decisiva e permanente. Analisar esse momento como um câmbio exclusivamente biológico, tratá-lo como uma doença tem feito com que esta transição seja abordada com medicamentos e remédios psiquiátricos, tornando-a um problema para a medicina, e não uma grande oportunidade de repensar, transformar e definir, a partir de outros conceitos, a vida das mulheres.

Ana Mankowitz¹² diz que o fatalismo com que a sociedade trata a menopausa dramatiza os sintomas, desconhecendo que muitas mulheres podem viver esse período de forma natural, sem grandes desconfortos. Ela é um reflexo do desprezo que o patriarcado sente ante as mulheres que vão

12 MANKOWITZ, Ann. *Menopausa, tempo de renascimento*. São Paulo: Paulus, 1998.

amadurecendo e que não ficam estáticas na imagem dos 18 anos, ao mesmo tempo em que existe uma impaciência e irritação com pessoas maduras que exigem seus direitos, determinam seus objetivos e colocam limites nas suas vidas. O preconceito em relação à mulher que envelhece é uma das tantas formas de violência social e institucional que se manifesta quando os modelos estabelecidos são desafiados.

A Dr^a Cristiane Northup¹³ diz que existe muito mais, nesse momento, do que transtornos hormonais; na verdade, o envolvimento da mulher com os cuidados da prole se modificam e é possível, então, viver uma grande libertação das funções coletivas, situações de abuso e exigências sociais, podendo, assim, dar lugar a projetos postergados, vocações não exercidas e cuidados pessoais abandonados. Em síntese, é também um grande momento de libertação, de recuperar quem somos, de saber para onde nos dirigimos e de nos colocarmos em primeiro lugar na ordem de prioridades, um tempo de avaliação, de entendimento e de reconciliação com os problemas e as situações difíceis da nossa história. É a primeira oportunidade, depois da puberdade, que a mulher tem para se perguntar quem ela é realmente e formular os propósitos que idealizou para si, o que exige tempo, pausa e pede uma reorientação, um reposicionamento interno, um exercício de vontade e um esforço de disciplina junto com uma atitude de tolerância e respeito por aquela mulher que somos hoje na vida.

Sylvia Shneider¹⁴ afirma que estamos no momento de redefinir o que entendemos por menopausa, porque este tal conceito sempre foi determinado à revelia da mulher. Essa transformação está deixando de ser uma via morta para se converter em uma travessia, uma ponte, uma passagem para novos papéis e diferentes atitudes vividas pela mulher madura. Educadas como seres para os outros, a menopausa marca a fronteira e o fim de muitas disposições e preocupações e a retomada do controle do seu bem-estar e do curso da vida.

Intelectuais espanholas, como Anna Freixas¹⁵ são muito expressivas ao enunciar: "*Sim regla y sim reglas*" – sem ciclo menstrual (*la regla*) e sem normas (*las reglas*) – para falar da liberdade e da não obediência a preceitos que determinam o que uma mulher deva ou não fazer. Esse momento também está acompanhado de vivências difíceis, a raiva dos abusos suportados, as queixas das oportunidades perdidas, o medo e as incertezas do futuro, a vergonha em relação às transformações do corpo, etc. É uma enorme constelação de sentimentos e emoções que, sem dúvida, está estreitamente vinculada à maneira como conduzimos a primeira metade da nossa vida.

13 - NORTHUP, Cristiane. *A sabedoria da Menopausa*. São Paulo: Gaia, 2005.

14 - SCHNEIDER, Sylvia. *Menopausia la outra fertilidad*. Barcelona: Urano, 1999.

15 - CORIA, Clara; FREIXAS, Anna; COVAS, Susana. *Los cambios en la vida de las mujeres, temores, mitos y estrategias*. Barcelona: Paidós, 2005.

Trata-se, então, de considerar a menopausa não somente como um fenômeno biológico de perda de funções, senão como um momento biológico, psicológico e emocional muito amplo de transformação. O portal para a segunda vida, um ciclo de liberdade e esplendor para viver o que Margareth Meed¹⁶ chamou de “Entusiasmo Pós-Menopáusico” (EPM) pela vida que escolhemos, e que Jean Shinoda Bolen¹⁷ considera o grande momento da mulher madura, fresca e esplendorosa, que tem algo sereno como a suavidade da primavera.

É um grande aprendizado sobre as oportunidades e o amor que está no interior de cada uma de nós, sabemos que o amor solicita um outro, que pode ser um parceiro, um projeto, uma obra de arte, a espiritualidade. Cabe a cada mulher adulta escolher aquilo que lhe possibilitará viver apaixonada, e, assim, recuperar sua vontade de estar na vida:

A partir desta fronteira, iniciamos, em nossa sociedade, o caminho para o envelhecimento. Em nossa cultura, associamos envelhecimento à deterioração, ao descuido e à feiura e não temos imagens e modelos de mulheres maduras e elegantes desempenhando seu papel com esplendor.

Ana Freixas (2005)¹⁸ define “Edadismo” como todas as condutas, sentimentos e atitudes de rejeição que expressamos em relação às pessoas de qualquer sexo que não são jovens e afirma que este preconceito se acentua muito quando tratamos de mulheres. É famosa a frase popular que todos conhecemos: “Os homens amadurecem, enquanto as mulheres envelhecem.” Ela é transparente em relação a esse olhar diferenciado e, assim, enfrentamos dois preconceitos que fragilizam e expõem uma população considerável: o “edadismo” (a segregação pela idade) e o “sexismo”, ou seja, a exclusão pelo fato de ser mulher.

Essas atitudes discriminatórias reduzem a autoestima e dificultam a própria noção de identidade, não reconhecendo às mulheres nenhum protagonismo possível depois que acaba seu período fértil; a mulher idosa, então, passa a ser tratada com desdém e ironia.

A estrutura patriarcal construiu para a mulher uma subjetividade definida a partir da necessidade dos outros e acorrentou a uma ditadura cultural de ter corpo e comportamento desejável para o sexo masculino. A consequência de tal comportamento foi a construção de uma imagem passiva e estática que aparece como a definição do que é a identidade da mulher.

Os estereótipos da nossa cultura nos fazem esperar este momento com enorme apreensão e desesperança: como será o futuro? Viver sozinha? Ter pouco

16 SHINODA BOLEN, Jean. *Las diosas de la mujer madura, arquetipos femeninos a partir de los cincuenta*. Barcelona: Kairós, 2005.

17 *Op. cit.*, p. 63.

18 *Op. cit.*, p. 66.

dinheiro? Existe e é claramente perceptível uma expectativa negativa da vivência dos próximos anos, as angústias e os desencantos em relação ao futuro.

Vivemos mais é um fato, mas não temos modelos nem referências de como será nossa vida aos 60,70,80 anos. Qual a forma dos relacionamentos? Como dispor do tempo? Como viver a sexualidade? E outros tantos questionamentos, que ficam escondidos sob uma grande cortina de medo, rejeição, exclusão e insegurança:

“Estou agora convivendo com esta pessoa difícil, mas que outra perspectiva tenho? Viver sozinha e doente?”

“Meu pai está morto... era meu ídolo... Minha sensação de solidão é avassaladora, só me resta chorar.”

“Não me reconheço... sempre gostei de casa cheia, cozinhas, preparava, fazia a festa para todo mundo... Agora não quero nem escutar falar... quero um tempo para mim e não me preocupa o que os outros vão achar.”

Nossa sociedade nega o envelhecimento e propõe a imagem fictícia de uma mulher situada corporal e emocionalmente nos 20 anos, isso nos faz chegar a maturidade sem nenhum preparo psíquico nem afetivo, fragilizadas e desorientadas em relação aos nossos direitos como cidadãs e mulheres maduras que reivindicam espaços para sua existência.

Existem neste momento de perplexidade alguns sentimentos como pano de fundo, por exemplo: a raiva. Treinadas desde a infância a serem encantadoras, dóceis e suaves, as mulheres mascaram a raiva atrás de muitas manifestações: as doenças, as depressões, a fadiga crônica, a tensão pré-menstrual, e outras mais, é, em geral, aquele eterno sorriso de boneca esconde, na verdade, um vulcão interno com uma lava incandescente acumulada durante anos de submissão e concordância.

A fúria é um sentimento feminino e diz respeito à dissimetria de poder e ao abuso a que a mulher sempre foi submetida na estrutura patriarcal. Muitas vezes, sabendo que nosso sentimento é genuíno, não nos permitimos expressá-lo e não nos reconhecemos com uma vivência afetiva de uma ordem incontrolável. Assim, nós nos dissociamos dessa raiva, escondendo a tensão no pescoço, ou na mandíbula, e nos tornamos mulheres maduras controladoras, exigentes, exageradas ou ansiosas.

É imprescindível reconhecer e assumir esse sentimento, porque ele nos possibilita tomar decisões, mudar vínculos, explicitar reivindicações, sobretudo articular a trama da nossa história como um caminho próprio, entendendo causalidades importantes no momento do nosso amadurecimento. Costurar a trajetória pessoal traz a libertação do fardo de fracassos ou equívocos, e essa atitude é importante para uma maturidade serena e em harmonia.

O envelhecimento está acompanhado também pela sensação de medo, para a psicóloga Clara Coria é frequente neste ciclo medo da morte das

doenças incapacitantes da solidão e do empobrecimento, entendendo que essas situações são muito comuns nas sociedades ocidentais estruturadas a partir de relações hierárquicas e de desempoderamento da mulher.

As mulheres, somos os pobres do mundo e, no envelhecimento, a situação de vulnerabilidade social torna-se extrema, acompanhada de profundos sentimentos de fragilidade e exposição. A mulher envelhecida perde a capacidade de negociação institucional, aparentemente não têm nada para oferecer, e isso a torna alvo de abusos e desrespeitos.

A melancolia e o entristecimento podem acompanhar este momento da vida, a saudade de quem fomos e, neste sentido, é fundamental manter vínculos de afetos e res-significar propostas para a existência.

Sabemos pouco sobre a subjetividade na terceira e na quarta idade, como construir um enredo de sentido para esse momento da vida com uma sociedade "que nos proíbe ser viejas y tener poças ganas de complicarnos. La vida...deseamos el disfrute tranquilo de La conversación y del silencio."¹⁹

Se durante anos as mulheres foram obrigadas a ser eficientes mães, trabalhadoras inesgotáveis e amantes cordatas e complacentes, a maturidade aparece como uma possibilidade de recuperar a liberdade e o desejo próprio, um tempo de reflexão para costurar a história, um espaço de entendimento para um novo desempenho que só poderá ser escolhido por cada uma.

Associamos envelhecimento à doença, morte e decrepitude, trata-se, sem dúvida, de um processo que reestrutura todas as dimensões da vida, é importante poder chegar a esse momento com o sentimento de ter feito o que foi possível dentro dos limites e fazer da idade uma fonte de conciliação interna, celebração e bem-estar. Amadurecer é uma oportunidade de avaliar o tempo transcorrido, os êxitos alcançados e os propósitos que não foram possíveis realizar. Para as mulheres a diminuição das demandas externas possibilita um trabalho de reflexão com quem somos hoje, depois de toda essa travessia.

Vivemos uma tendência contemporânea que medicaliza o corpo que envelhece, mas entrar na maturidade não é uma doença ou uma enfermidade, incorporamos a ideia de que mantendo uma atividade febril e uma dieta balanceada poderemos ser os "sem idade". Esse pré-conceito que forma parte de uma atitude "idadista" ignora a sabedoria, a experiência, a sobriedade e a liberdade que se ganha com o transcorrer da vida, trata-se de uma guerra com um inimigo para derrotar uma ordem rigorosa que não nos deixa entender o passo dos anos como uma conquista.

Em relação ao corpo da mulher, esta exigência de esconder o amadurecimento adquire contornos sórdidos, existe uma obsessão para que os signos da idade fiquem camuflados; dietas, cirurgias e ginásticas obrigam-

19 Farré, Freixas, Anna. *Tan frescas Las nuevas mujeres mayores Del siglo XXI*. Barcelona: Paidós, 2013.

na a uma dedicação permanente para que o coletivo não se sinta incomodado com os sinais físicos que a história pessoal vai deixando.

Vilhena Novaes²⁰ lembra que as mulheres têm o dever ético de estarem bonitas em qualquer idade, e não interessam os investimentos, abusos e esforços que esse resultado possa exigir. Isso mantém a mulher ocupada, indisposta consigo mesma sem reconhecer que o corpo muda com a idade de forma inevitável, como se transforma também nossa percepção da vida, do trabalho e dos relacionamentos. O pré-conceito social em relação ao corpo envelhecido isola as mulheres e as faz vítimas de um sentimento constante de vergonha e inadequação, é preciso uma adaptação e aceitação dessa nova forma física que nem sempre percebemos com nitidez e que localizamos no olhar dos outros. A experiência nos permite escolher entre permanecer sedutoras eternamente ou viver com conforto e saúde.

Somos uma sociedade que envelhece. As mulheres que hoje estão com 60 anos, as do *Baby Boom* são a geração da longevidade, um exército de mulheres maduras com energia, disposição e curiosidade para descobrir novas possibilidades, e isso representa uma realidade socioeconômica e institucional desconhecida até o momento. Não temos experiência, história nem trajetória como país para os desafios que esta nova situação impõe, e isso determina uma reflexão sistemática e detalhada sobre aposentadorias, políticas de saúde e reinserção.

Existem pesquisas²¹ sustentando que apesar de as mulheres, na maturidade, viverem algumas situações estressantes, a maioria delas manifesta altos índices de satisfação vital e avaliam positivamente sua vida, considerando que existem ganhos em relação à confiança, maturidade, serenidade e às conquistas na vida. Esta conclusão pessoal diferencia-se da ideia do envelhecer como uma vivência inevitável de tristeza, solidão e abandono.

As pessoas, na maturidade, são resilientes. Elas têm conseguido viver muitos desafios, e a possibilidade de enfrentar dificuldades aparece como uma capacidade imprescindível para este momento da história. A vivência de controle e condução da sua vida são fundamentais e possibilitam uma organização adequada às mudanças e transformações.

“La vida después de los 50 es outro país”, diz Gloria Steinem²² La consciência da finitude da existência nos proporciona outro olhar sobre as coisas. Apesar de não termos uma cultura que nos permita uma aceitação natural da morte, passamos a incluir esta reflexão no dia a dia, o que torna relativos os sofrimentos e desgastes cotidianos.

20 Vilhena Novaes, Joana. O intolerável peso da feiúra sobre as mulheres e seus corpos. R.J. Puc Garamond Ltda, 2006.

21 Farré, Freixas, Anna. Tan frescas las nuevas mujeres mayores Del siglo XXI. Barcelona, Paidós 2013.

22 Coriá, Clara; Freixas, Anna; Covas, Susana Op. Cit.

Envelhecemos sem referências nem modelos de uma forma muito diferente do que foi a velhice das nossas avós e mães. Sem respostas definitivas, é imprescindível entender que não existe uma forma única nem homogênea, esta etapa do ciclo vital não está organizada e vai depender de como as pessoas viveram sua juventude.

É um fato evidente a feminização do envelhecimento. As mulheres, vivemos mais, mas isso não sempre é garantia de uma maturidade com qualidade de vida. Em síntese, é chegar à etapa da colheita, e vai depender do que foi plantado.

“Hay algo deliciosamente escandaloso en La frase: mujer mayor fresca y esplendorosa” Jean Shinoda Bolein²³.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Coria, Clara; Freixas, Anna; Covas, Susana. *Los Cambios en la vida de las Mujeres, temores, mitos y estrategias*. Barcelona: Paidós, 2005. p. 63, 66.

Farré, Freixas, Anna. *Tan frescas las nuevas mujeres mayores del siglo XXI*. Barcelona: Paidós 2013.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: www.ibge.gov.br. Expectativa de vida acesso 2013

Mankowitz, Ann. *Menopausa Tempo de Renascimento*. São Paulo: Paulus, 1998.

Northrup, Cristiane. *A Sabedoria da Menopausa*. São Paulo: Gaia, 2005.

Schneider, Sylvia. *Menopausia la outra Fertilidad*. Barcelona: Urano, 1999.

Shinoda Bolein, Jean. *La Diosas de la Mujer Madura – Arquetipos femininos a partir de los cincuenta*. Barcelona: Kairós, 2005.

Steinem, Gloria. *Ir más allá de las palabras*. Rompiendo las barreras del género edad, sexo, poder, dinero, músculos. Barcelona: Paidós, 1999.

Vilhena Novaes, Joana. *O intolerável peso da feiúra: sobre as mulheres e seus corpos*. R.J.PUC: Garamond Ltda., 2006. Artigo Publicado na revista: *Políticas Públicas em Saúde Mental: abordagens e desafios*. Universidade do Estado de Minas Gerais - Campus Belo Horizonte. Barbacena: Ed UEMG, 2014

AFINAL, QUEM SÃO ELAS E POR QUE SÃO ELAS AS PRESAS?

Daniela Tiffany Prado de Carvalho²⁴

RESUMO

Apesar de representar menos de 6% da população prisional mineira, o número de mulheres presas aumenta significativamente nos últimos anos, em Minas Gerais. A partir das características sociodemográficas que geralmente caracterizam a população prisional feminina (jovens, não brancas, com Ensino Fundamental incompleto e baixo *status* socioeconômico), serão analisados neste artigo alguns fatores que têm contribuído para este crescimento vertiginoso, enquanto reflexos de processos de opressão, marginalização e criminalização que condenam estas mulheres à prisão.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultante de um intenso processo de elaboração do meu mestrado em Psicologia Social, concluído formalmente no ano de 2014, na Universidade Federal de Minas Gerais²⁵. Digo que ele foi concluído formalmente porque apesar de eu ter cumprido os ritos exigidos para a titulação, o compromisso assumido com as mulheres presas me mantém vinculada não apenas ao tema, mas à necessidade de contribuir para que essa questão ganhe visibilidade minimamente proporcional ao crescimento da população prisional feminina no Brasil, em particular, neste estado. Para que possamos dimensionar, vale destacar que em 2003 contávamos 238 mulheres presas em Minas Gerais, condenadas ou aguardando decisão judicial. Atualmente, já ultrapassamos o número de 3.000 mulheres em privação de liberdade, o que representa um crescimento de mais de 1.200%, e de acordo com as informações do Ministério da Justiça, a média nacional de crescimento da população prisional feminina foi de 256% nos últimos 12 anos (Brasil, 2011).

Minas Gerais é o segundo estado brasileiro em número de pessoas presas, ficando atrás apenas do estado de São Paulo, que apresenta uma média de 480 pessoas presas por 100 mil habitantes. Em Minas, estimamos 260 pessoas presas por grupos de 100 mil habitantes, totalizando uma população prisional com mais de 60.000 pessoas, número que vem crescendo exponencialmente, agravando o *deficit* de vagas e a precarização das condições de custódia, segurança e atendimento às pessoas presas. Vale

24 - Psicóloga e Mestre em Psicologia Social Pela Universidade Federal de Minas Gerais.

25 - Carvalho, Daniela Tiffany Prado. (2014). *Nas entre-falhas da linha vida: experiências de gênero, opressões e liberdade em uma prisão feminina*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG.

ressaltar que essa população de cativos (as) é composta, predominantemente, por jovens (18 a 24 anos), não brancos (as), com baixa escolaridade, presos (as) por crimes contra o patrimônio (roubo) e/ou tráfico de drogas.

Em se tratando das mulheres, podemos observar a significativa predominância de condenações relacionadas ao tráfico de drogas (60%), sobretudo a partir de 2006, ano em que passou a vigorar a Lei 11.343/06, que prevê o aumento de pena e caracteriza o tráfico de drogas como crime hediondo. A consequência de uma política de aprisionamento massivo de mulheres contribui mais para superlotação das carceragens do que para a efetividade do combate à violência e à criminalidade. Isso porque foram presas em atacado mulheres que endolavam e/ou vendiam drogas no varejo, sendo as frágeis pontas de um real esquema de tráfico que permanece estruturado e atuante, mesmo quando elas são capturadas pela polícia. O diálogo estabelecido com as presas no Complexo Penitenciário Estevão Pinto, possibilita-nos refletir sobre o perfil dessas mulheres, suas histórias e trajetórias, sobre a experiência nefasta da privação da liberdade. Muitas delas chegaram condenadas perante o juiz e hoje cumprem suas sentenças em penas que parecem perpétuas.

AS MULHERES EM PENITÊNCIA: A ORDEM, A MORAL E A CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA

No Brasil, a prisão enquanto instituição corretiva e a ideia de conservar uma pessoa enclausurada até que ela modificasse a sua conduta tiveram origem no período imperial (Martins, 2011, p. 99). Presas por embriaguez, por brigas, pela prática da prostituição ou por apresentarem comportamentos “masculinizados”, mulheres não eram apenas capturadas pela polícia, mas denunciadas por qualquer pessoa que solicitasse a sua prisão, ou quisesse constrangê-las pela prática de uma determinada conduta.

Até o início do século XX, as mulheres ficavam custodiadas em prisões junto com os homens, e a necessidade da separação deu-se em decorrência de um projeto de modernização do sistema penal brasileiro, mas também para assegurar a tranquilidade dos estabelecimentos masculinos, já que se considerava que os presos ficavam agitados pela sexualidade exacerbada e promiscuidade das presas (Faria, 2010).

O crescente número de mulheres presas para averiguação a partir da promulgação do novo Código Penal de 1940 foi considerado pelos governantes como uma ameaça social (Faria, 2010), apesar de as questões da criminalidade feminina ainda serem identificadas mais como um problema de costumes do que de segurança pública. Em decorrência dessa concepção, a primeira penitenciária feminina do Brasil, inaugurada em 1941, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, foi entregue para ser administrada pela Congregação

de Nossa Senhora do Bom Pastor de Angeles, devendo funcionar nos moldes de um internato ou convento (Faria, 2010), a fim de *“inculcar nas prisioneiras sentimentos femininos e orgulho doméstico”* (Angotti, 2012, p. 25). O modelo de tratamento penal que seria oferecido às mulheres presas no Brasil foi, então, orientado por preceitos religiosos, com ênfase no fortalecimento de laços afetivos e familiares, especialmente na preparação para o cuidado dos filhos, ênfase na saúde física (sobretudo ginecológica) e mental e em programas laborais que privilegiavam a educação e/para o trabalho doméstico.

Entretanto as mulheres pobres, de maneira geral, não se enquadravam nas características consideradas adequadas ao sexo feminino: *“submissão, recato, delicadeza e fragilidade”* (Sohiet, 2006, p. 367). A disseminação e crença nesses valores veiculados sobre *“A Mulher”* contrastavam com a vida e as práticas das mulheres de camadas populares que precisavam transitar pelas ruas e espaços públicos, trabalhar e sobreviver. O modo de vida dessas mulheres acabava servindo como justificativa para a repressão.

A precariedade econômica a que estavam historicamente submetidas as colocava em uma situação de maior vulnerabilidade frente aos *“agentes do desvio”*, que buscavam punir, esconder e trancafiar todos aqueles que não se adequavam à paisagem urbana emergente. Nota-se, portanto, que a instituição prisional feminina foi concebida como um espaço para a redenção e a recomposição de mulheres pobres identificadas como desviantes, de modo que essas pudessem aprender, a partir dos ensinamentos educacionais e religiosos, posturas e comportamentos específicos, em conformidade com as normativas de um *“dever ser”* feminino (Angotti, 2012:181).

Lemgruber (1979), fazendo uma análise sociológica sobre as situações de mulheres presas no Estado do Rio de Janeiro, na década de 1970, observa que desde o advento da prisão enquanto instituição punitiva, a população de cativos é, quase em sua totalidade, *“composta por indivíduos oriundos dos mais baixos estratos sociais”* (Lemgruber, 1979, p. 25), condenados pelo Estado por terem encontrado nas práticas tipificadas como criminosas um meio de sobrevivência. De acordo com relatório da Organização dos Estados Americanos, o perfil da mulher presa, na atualidade, é: *“jovem, mãe solteira, afrodescendente e, na maioria dos casos, condenada por tráfico de drogas ou entorpecentes”* (Centro pela Justiça e pelo Direito Internacional et al, 2007, p.15).

Koerner (2006, p. 222) afirma que *“as condições das prisões correspondem à forma de estruturação das relações sociais sob um aspecto mais geral”*. Conseqüentemente, um estudo sobre as prisões é também um estudo sobre a sociedade, sobre poder, sobre mecanismos de disciplina e de segurança que, em consonância com outros sistemas opressivos, perpetuam lógicas e práticas de subordinação e de opressão. Portanto, torna-se importante questionar o mito do direito penal enquanto direito dos iguais que, atualmente, sustenta a

ideologia penal da defesa social. O direito penal não pode ser considerado um sistema estático de produção e aplicação das normas, mas sim analisado como um sistema dinâmico que distribui desigualmente a responsabilização criminal, conforme a *“hierarquia dos interesses fixada no sistema socioeconômico e conforme a desigualdade social entre os indivíduos”* (Baratta, 2002, p.161).

AS MULHERES DA “CASA ROSA”

Margeado pelo Ribeirão Arrudas, ao lado dos trilhos do metrô e vizinho a dois Centros Socioeducativos para menores em conflito com a lei, o Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto (CPFEP), que pela estrutura do seu prédio lembra um antigo educandário, é também conhecido como a “Casa Rosa”, pela cor das paredes e muros que separam as mulheres da liberdade. O estabelecimento prisional, que foi se tornando um Complexo Penitenciário Feminino, localiza-se no Bairro do Horto, na capital mineira, e atualmente responde pela custódia de aproximadamente 400 mulheres em diversos regimes de cumprimento de pena: fechado, semiaberto, aberto e provisórias.

São encaminhadas para o Complexo Penitenciário mulheres de todas as regiões do Estado de Minas Gerais e também todas aquelas que cometeram crimes considerados de grande repercussão pública, sejam elas condenadas ou não. A partir do momento em que ingressam no estabelecimento prisional, as mulheres são cadastradas no sistema de informações penitenciárias, INFOPEN. O número gerado a partir desse cadastro será uma espécie de identidade para as presas, onde ficarão registrados o seu histórico de passagens pelo sistema e suas características pessoais: cor da pele, altura, peso e demais medidas, tatuagens, cicatrizes e traços comportamentais identificados. Depois de serem medidas e caracterizadas, recebem um *kit* básico composto por chinelo, escova de dente, sabonete, prato, caneca, talher de plástico e as peças do uniforme vermelho: camisa, bermuda, calça e agasalho. Iniciam, assim, o período de vida na prisão.

MAS, AFINAL, QUEM SÃO ELAS?

Quando analisamos o perfil sociodemográfico das mulheres presas no CPFEP, percebemos que as presas são, em sua maioria, mulheres com até 30 anos de idade (43%), não brancas (66,2%), solteiras (66,0%), procedentes de áreas urbanas (95%), com Ensino Fundamental incompleto (56%), em cumprimento de sentença condenatória de, em média, até oito anos, em decorrência, sobretudo, de crimes vinculados ao tráfico de drogas²⁶.

26 Os dados utilizados nessa análise foram retirados da Relação Geral de Presos que me foi disponibilizada pelo Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto no dia 13/01/2014, realizada com base nas informações cadastradas no INFOPEN. Constavam nessa relação as seguintes categorias: duração da pena, estado civil, escolaridade, idade, procedência e tipo de crime.

Apesar de encontrarmos variações no perfil das presas, quando identificamos, por exemplo, uma condenada com 70 anos, presas estrangeiras e/ou mulheres com tempos de sentença superiores a 20 anos, o crescimento no número de prisões relacionadas ao tráfico de drogas, sobretudo, a partir da promulgação da Lei 11343/06²⁷, contribuiu para maior regularidade nas características das condenadas. Tais informações levam-nos a refletir que a “guerra” contra o Tráfico é também um combate a um público específico que se torna o alvo prioritário das ações repressivas do Estado (Karan, 2011).

Para além das acusações relacionadas ao tráfico de drogas²⁸, os crimes contra o patrimônio, roubo (artigo 157 do Código Penal Brasileiro – 14,8%) e furto (artigo 155 – 9,2%), respectivamente, são os que mais conduzem as mulheres à prisão. Muitos desses crimes são cometidos por motivação econômica e também para a manutenção do consumo de drogas. Dentre os cometidos contra pessoas (9,2%), o homicídio (artigo 121) representa 9% do total das acusações imputadas às mulheres presas no CPFEP, e são os praticados contra crianças, sobretudo quando as vítimas em questão são os próprios filhos, que costumam provocar as maiores recriminações às acusadas, tenham sido elas formalmente condenadas, ou não. Há também outros crimes desta natureza, tais como os relacionados à incitação ou exploração da prostituição (artigo 288) e lesão corporal (2%).

A distribuição do tempo de sentença das mulheres presas no CPFEP pode ser assim representada, em termos percentuais: 8% foram condenadas a penas iguais ou inferiores a 4 anos, 19% entre 4 a 8 anos, 12% entre 8 a 12 anos, 11% entre 12 a 20 anos e 2,5% receberam penas superiores a 20 anos de reclusão. Algumas dessas mulheres terão mais anos de prisão do que de escolarização formal: 56% das mulheres que estão atualmente presas não completaram o Ensino Fundamental, 4,2% não sabem ler e/ou escrever e 2,7% não foram sequer alfabetizadas; 9,1% chegaram a completar o 2º grau e, antes de serem presas, 3,9% chegaram a ingressar no Ensino Superior, mas apenas 1,4% o concluíram.

27 De acordo com o artigo 33 da Lei 11.343/06, o Tráfico de Drogas pode ser assim caracterizado: “Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar”.

28 Observa-se que 53% das mulheres presas em Minas Gerais foram acusadas por crimes relacionados ao tráfico de drogas, entretanto elas estão distribuídas em diferentes unidades prisionais do Estado. No CPFEP, na data de coleta dos dados para a realização desta pesquisa, janeiro de 2014, 17% das presas respondiam por pelo menos uma condenação relacionada ao tráfico, 2% por uso de drogas e 34% ainda não tinham definida a tipificação criminal, provavelmente porque estavam aguardavam a sentença.

O que as estatísticas indicam, mas não revelam, é a precariedade das condições de vida da grande maioria dessas mulheres antes de terem chegado à prisão com históricos de múltiplas ausências, de abusos e violências. A partir do diálogo com elas, é possível constatar que muitas das condenadas à pena privativa de liberdade são tão criminosas quanto são vítimas de processos de criminalização e privações reiteradas, conforme analisado por elas mesmas:

“Eu acho que são vítimas da sociedade como um todo, vítimas, às vezes, da família, vítimas, às vezes, do governo, que não propicia condições de estudo, condições de alimentação, de saúde, pra pessoa; vítimas de sentimentos doentios. Entendeu? Vítimas de si próprio [sic], igual eu falei, do deslumbramento, da ganância, vítimas da ganância, eu acho que é isso, a maioria, é, esses 92% do sistema carcerário feminino não são criminosos, e eu acho que isso deveria ser analisado de uma forma mais profunda... A maioria delas sempre é por causa de envolvimento com o parceiro ou deslumbramento ou um sentimento doentio, mas algumas também, por falta de oportunidade, por falta de afeto, por falta de carinho, por falta da família. Acaba ficando perdida na rua, encontra um grupo ‘Chega aí, vamos fumar que isso aqui é do bom’ e foi, acaba entrando nessa vida. Pra falar a verdade, eu acho que de 100% do sistema carcerário, no geral, no todo, feminino, eu acho que se 7 a 8% realmente for criminoso é muito...” (Elly, 27 anos).

Não tenho nenhum interesse em restringir as mulheres presas à condição de vítimas para atenuar os seus “malfeitos”, mesmo porque elas não reivindicam para si tal condição. O que a reflexão apresentada no trecho acima questiona é a periculosidade real dessas mulheres, cujas vidas ficam restritas ao cumprimento de pena. Agnês, Dona Amina, Ana, Helena, Madalena, Hellen, Elizabeth, Maria da Consolação, Catherine, Giovana, Bárbara. Mulheres, jovens, idosas, vítimas, mães, assassinas, traficantes, estudantes, artesãs, filhas, avós, artistas, dependentes químicas, revoltadas, religiosas, agressivas, submissas, lésbicas, rivais, prostitutas, generosas, amigas, negras, pardas, brancas, altas, baixas, interessantes, maltratadas, inteligentes, bonitas, alegres, sofredas. Mulheres que as estatísticas mal representam, que as palavras parcialmente retratam, mas que, apesar de tudo, lutam e sobrevivem para que o sistema não as restrinjam a uma única condição: de presas.

E POR QUE SÃO ELAS AS PRESAS?

O crime, em sua definição formal, é uma violação a uma lei penal. Mas o crime não deixa de ser também, em sentido mais amplo, uma violação a uma lei moral. Mais do que proteger bens jurídicos, individuais ou coletivos (inviolabilidade do direito à vida, direito à propriedade, etc.), os códigos penais,

historicamente, buscam regular, através das leis, comportamentos e condutas humanas, impondo às minorias, tidas como discrepantes, determinados padrões da moralidade coletiva. As primeiras mulheres oficialmente condenadas à pena privação de liberdade foram aquelas classificadas como libertinas, perigosas, prostitutas e homossexuais (Faria, 2007). Atualmente, acusadas, sobretudo por crimes relacionados ao tráfico de drogas observamos um número cada vez maior de mulheres sendo colocadas nas prisões. E as presas continuam sendo aquelas mulheres comumente identificadas como inadaptáveis, rebeldes, indesejáveis, pobres, subversivas e marginais.

Para muito além da prática de atos ou ações criminosas ou violentas, muito do que a justiça pune e a prisão contém são modos de vida. Julga-se a conduta, a trajetória, o gênero, a etnia, a classe social e as perspectivas de vida. Julga-se a prática de um ato, mas, sobretudo quem o pratica. Existe uma seletividade penal que eleger algumas em detrimento de outras para serem capturadas pela Polícia, condenadas pela Justiça e custodiadas pelo Sistema, antes mesmo que se conclua o julgamento formal. Desde a abordagem policial até que seja promulgada a sentença, fatores objetivos; impregnados de subjetividade, vão definindo quem são elas e determinando por que serão elas as presas.

No decorrer da pesquisa, fui compreendendo que muitas dessas mulheres que hoje estão presas já chegaram condenadas perante o juiz. Antes de ocuparem os bancos dos réus, a grande maioria das presas foi vítima de processos de privação e de criminalização caracterizados pela pobreza, fragilização ou ruptura dos vínculos familiares, abusos sucessivos, violências, baixa escolaridade, empregabilidade precária, pouca ou nenhuma qualificação profissional (Silva, 2013). A perda formal da liberdade foi a confirmação de privações reiteradas.

E mesmo para aquelas que se reconhecem culpadas, permanece a constatação de que a pena privativa de liberdade e o seu cumprimento em uma instituição prisional sempre conseguem exceder a medida da razoabilidade. Apesar de já terem sido oficialmente sentenciadas, ao longo do cumprimento da cadeia, as presas continuarão, indefinidamente, submetidas às formas mais variadas de julgamento, classificação e condenação, seja por elas mesmas, seja pelas funcionárias da Unidade Prisional, representantes do Sistema. Tornam-se juízas e algozes dentre elas mesmas.

De acordo com Foucault (1979), a privação da liberdade enquanto pena é a expressão máxima de uma manifestação do poder no seu estado bruto:

Prender alguém, mantê-lo na prisão, privá-lo de alimentação, de aquecimento, impedi-lo de sair, de fazer amor etc., é a manifestação de poder mais delirante que se possa imaginar...

A prisão é o único lugar onde o poder pode se manifestar em estado puro em suas dimensões mais excessivas e se justificar como poder moral. 'Tenho razão em punir, pois vocês sabem que é desonesto roubar; matar...' (p. 73).

O grande problema é que a pena tende a ultrapassar a sentença, não em tempo, mas em consequências para as mulheres presas. Com o passar dos anos, tudo o que as mulheres contabilizam são perdas sem possibilidades de despedidas, os abraços não dados, os sonhos interrompidos e as humilhações guardadas. Agarram-se às cartas que recebem como se fossem a tábua para a salvação dos seus afetos. Sonham com os amores desfeitos e com aqueles que nem chegaram a existir. Mas nem por isso deixam de acalentar a esperança de que um amor as aguardam do lado de fora, uma nova chance, uma oportunidade sequer. Acreditam que podem se tornar pessoas melhores, por elas e pelos parentes que cumpre com elas suas penas.

Compreender as dimensões do aprisionamento para essas mulheres é tão ou mais importante do que atuar em consonância com o tratamento penal comumente prescrito para elas. A Psicologia, que teve a sua atuação legitimada no sistema prisional pela função técnica de classificar presos e presas, tem o dever ético de também contribuir com intervenções e reflexões que questionem os efeitos nocivos desse sistema. Herdeiros que somos de perspectivas criminológicas e cientificistas clássicas, positivistas e/ou tradicionais, nos acostumamos a tentar explicar o aprisionamento feminino a partir de definições, muitas vezes, estereotipadas ou patologizantes, sobre quem são, de onde vêm e como se comportam as criminosas. Muitas vezes, sem perceber, acabamos reproduzindo discursos e práticas de exclusão, controle e contenção para aquelas que foram historicamente marginalizadas.

Ao examinar indivíduos tentando classificá-los e prever seus comportamentos, a Psicologia contribuiu substancialmente para a consolidação de formas maciças de padronização, possibilitando a administração da multiplicidade, a sua organização e a coordenação das trajetórias laterais e horizontais, verticais e piramidais que mantêm as hierarquias que sustentam – e caracterizam – os sistemas disciplinares e também os sistemas de segurança pública (Foucault, 2008, p. 17). Em busca da consolidação de uma “científica”, no sentido mais positivista do termo, fizemos dos sujeitos nossos objetos de exame e, a partir de múltiplos sistemas de classificação, definimos os “bons” e os “maus”, distribuindo-os entre categorias de “normal” ou “patológico”, “criminosos natos ou eventuais”, “perigosos” ou “recuperáveis”, e assim por diante (Bandeira, 2012).

O Conselho Federal de Psicologia vem atuando nos últimos anos na tentativa de estabelecer normativas e diretrizes que nos permitam superar a prática de classificação e normalização de condenados, buscando orientar os profissionais para uma atuação pautada na ética e no compromisso social.

Entretanto precisamos avançar muito na nossa prática e atuação dentro do sistema prisional, para que consigamos atender aqueles e aquelas que se encontram em privação de liberdade com respeito e dignidade. Precisamos reconhecer a prisão enquanto campo que precisa ser melhor compreendido e pesquisado, enquanto um importante contexto para a intervenção social.

Parece ser necessário que encontremos respostas capazes de promover transformações efetivas em um sistema que reproduz práticas de segregação social e produz subjetividades que acabam sendo classificadas como alienadas e/ou criminosas. Como recurso para a compreensão de situações complexas, é fundamental que reconheçamos, inclusive, que não podemos pressupor ideias consensuais que caracterizariam "A Psicologia", tornando impossível a elaboração de uma única proposta de atuação para os profissionais dessa área.

É necessário, também, que reconheçamos as limitações da Psicologia enquanto área de produção de conhecimento para a compreensão do tema das prisões. Torna-se imperioso, conforme tem ocorrido, o diálogo entre a (s) Psicologia (s) e as diferentes áreas das Ciências Sociais – o Direito, a Sociologia, a Antropologia, dentre outras – para que consigamos nos situar perante tamanha problemática e ampliar os nossos olhares sobre essa perspectiva de individualização dos fenômenos sociais a que estamos tradicionalmente restritos. Portanto, para além de tentarmos compreender o que leva os indivíduos a cometerem crimes, em qual grau de uma escala de periculosidade ele pode ser catalogado, ou ainda quais serão as terapêuticas penais a ele impostas, acreditamos em uma Psicologia capaz de questionar seus próprios pressupostos e refletir sobre suas práticas e epistemologias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que há de mais nocivo na prisão, a meu ver, é restringir a vida dessas mulheres à condição de presas. Assim sendo, todas estarão autorizadas a tratá-las como tal, julgá-las cotidianamente, condenando-as por suas ações, por serem quem são ou quem eram. Tornam-se aquelas que vendiam drogas, que se envolveram com pessoas erradas, que foram gananciosas, que são viciadas, que roubavam ou matavam, que foram negligentes ou violentas com os próprios filhos. Tornam-se conhecidas pelo artigo no qual foram enquadradas ou pelos detalhes dos crimes que as conduziram à prisão. Restritas ao tratamento que lhes é conferido, tornam-se efeitos e resultados do próprio sistema.

O desafio que se apresenta é ir além os números atribuídos a elas: INFOPEN, estatísticas, artigo do crime, tempo de sentença a fim de não apenas identificá-las, mas nomeá-las, reconhecê-las. O efeito é o encontro mais próximo e verdadeiro com aquela que tem história, afetos e anseios.

Ao se sentirem ouvidas é ao falarem sobre si mesmas; essas mulheres têm a possibilidade de se reconectarem com as próprias narrativas, podendo superar as condições que as restringem e os discursos que as classificam. E para além das questões pessoais ou intrapsíquicas, é necessário que dialoguemos com elas sobre o machismo, racismo, sexismo, capitalismo e todas as suas intersecções, que criam as teias que as enfraquecem e as capturam.

A luta pela superação das opressões é uma luta pela ampliação das condições para a liberdade, igualdade e direito das mulheres, nas mais diferentes condições e situações, em que se encontram. E é necessário que possamos incluir em nossas pautas as demandas daquelas que não podem colocar suas reivindicações nas ruas, que mal podem expressá-las dentro das grades a que estão cativas. Somos, enquanto sociedade, responsáveis pela violência e criminalidade que se reproduzem, que consomem e roubam a vida de um número cada vez maior de mulheres. Precisamos também nos responsabilizar pela promoção e garantia da liberdade daquelas que se encontram na prisão, ainda esquecidas e invisibilizadas. Esta luta exige que reconheçamos que Elas são partes de Nós.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Angotti, Bruna. (2012). *Entre as leis da Ciência, do Estado e de Deus: o surgimento dos presídios femininos no Brasil*. São Paulo: IBCRIM.

Bandeira, Maria Márcia Badaró. (2012). *Sistema prisional: contando e reconhecendo histórias – as oficinas de leitura como processos inventivos de intervenção*. Curitiba: Juruá.

Baratta, Alessandro. (2002). *Criminologia crítica e crítica do Direito Penal: introdução à Sociologia do Direito Penal*. (3ª ed. Santos, J.C. dos, trad.) Rio de Janeiro: Editora Revan: Instituto Carioca de Criminologia.

Brasil. (2011) Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. Sistema Nacional de Informação Penitenciária – InfoPen. Relatórios Estatístico-Analíticos do Sistema Prisional de cada Estado da Federação. Recuperado em 14 de dezembro de 2011 de <http://portal.mj.gov.br/main.asp?View={D574E9CE-3C7D-437A-A5B6-22166AD2E896}&Team=¶ms=itemID={2627128E-D69E-45C6-8198-CAE6815E88D0}&UIPartUID{Quebra da Disposição de Texto}={2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26}>

Centro pela Justiça e pelo Direito Internacional et al. (2007). *Relatório sobre mulheres encarceradas no Brasil*. Brasília, DF. Recuperado em 12 de janeiro de 2013 de <http://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2013/02/Relato%CC%81rio-para-OEA-sobre-Mulheres-Encarceradas-no-Brasil-2007.pdf>

Faria, Thaís Dumê (2010) A mulher e a criminologia: relações e paralelos entre a história da criminologia e a história da mulher no Brasil. In *XIX Encontro Nacional*

do *COMPEDI* (p 6067-6076). Fortaleza, CE. Recuperado em 10 de maio de 2012 de <http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/fortaleza/3310.pdf>

Foucault, Michel. (1979). *Microfísica do poder*. (R. Machado, trad.). Rio de Janeiro: Graal.

Foucault, Michel. (2008). *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes.

Karan, Maria Lucia. (2010). *Drogas: legislação brasileira e violações a direitos fundamentais*. Recuperado em 7 de março de 2014 de <http://www.leapbrasil.com.br/textos>.

Koerner, Andrei. (2006). Punição, disciplina e pensamento penal no Brasil do Século XIX *Lua Nova*, 68, pp. 205–242. Recuperado em 12 de março de 2013 de <http://www.scielo.br/pdf/ln/n68/a08n68.pdf>.

Lemgruber, Julita. (1979). *Cemitério dos vivos*. Dissertação 'de' Mestrado, Instituto de Pesquisas Universitárias do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Martins, Eduardo. (2011). *A invenção da vadiagem: os termos do bem viver e a sociedade disciplinar no império do Brasil* Curitiba: CRV.

Secretaria de Estado de Defesa Social. (2014). *Defesa Social apresenta dados de 2013 e anuncia divulgação de estatísticas mais detalhada em 2014*. Recuperado em 15 de abril de 2014 de https://www.seds.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=2634&Itemid=71

Silva, Lidiston. (2013). Articulador social: contribuições aos estudos das estratégias nas relações entre produção de vida e a inclusão social. In *O Egresso do Sistema Prisional: do estigma à inclusão social*. Belo Horizonte: Instituto Elo.

TRABALHO E ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO: IMPLICAÇÕES PARA AS PSICÓLOGAS

Letícia Gonçalves²⁹

O problema permaneceu mergulhado, intacto, durante vários anos, na mente da mulher americana. Era uma insatisfação, uma estranha agitação, um anseio de que ela começou a padecer em meados do século XX, nos Estados Unidos. Cada dona de casa lutava sozinha com ele, enquanto arrumava camas, fazia as compras, escolhia tecido para forrar o sofá, comia com os filhos sanduíches de creme de amendoim, levava os garotos para as reuniões de lobinhos e fadinhas e deitava-se ao lado do marido, à noite, temendo fazer a si mesma a silenciosa pergunta: «É só isto?» (FRIEDAN, 1971, p.16).

Betty Friedan (1971) descreve em seu livro “Mística feminina” um mal-estar não nomeado, compartilhado por mulheres da classe média, nos Estados Unidos, pós segunda guerra mundial. Mesmo seguindo normativas e manuais de como serem “boas mulheres”, localizando-se no interior de um projeto que considerava ideal ter marido, filhos e uma casa para cuidar, sentiam-se não realizadas. Para aquelas que optavam por estudar e seguir alguma carreira profissional, a recusa a esta “mística” era obrigatória. Ainda que o trabalho desta autora reflita uma realidade muito bem localizada, de mulheres norte-americanas, brancas, de classe média, os apontamentos são interessantes para pensarmos como, historicamente, este projeto de vida descrito nos termos de uma “mística feminina” ainda permanece, e o quanto o trabalho no âmbito público apresenta-se como concorrente.

A inserção crescente das mulheres a postos de trabalho remunerados é considerada uma importante conquista de direito nas últimas décadas do século XX. Este fenômeno responde a uma histórica reivindicação do movimento feminista: acesso das mulheres aos espaços públicos e emancipação, na medida em que podem produzir a própria vida sem, obrigatoriamente, dependerem de tutela, seja do pai, do marido ou seja do Estado. Representa um processo de mudança na concepção de finalidade da vida das mulheres e acesso a outros projetos de existência. Entretanto, sendo recentes, ao incidir sobre uma massa significativa de mulheres as

29 Psicóloga e mestra em Psicologia pela PUC Minas, doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva em associação das IES UFRJ, Fiocruz, UERJ e UFF. Vice-presidente do Sindicato das (os) Psicólogas (os) de Minas Gerais e atuante na Coletiva Estamira de Mulheres Psicólogas.

discussões que articulam gênero e trabalho têm se pautado na constatação e discussão de elementos recorrentes. Dentre esses, os mais debatidos referem-se à luta, ainda, pelo acesso e por condições dignas de trabalho, tais como igualdade de salário em relação aos homens, não discriminação e divisão dos trabalhos domésticos. Com um aprofundamento das distintas realidades de vida das mulheres e inserção da noção de interseccionalidade, as discussões têm oscilado entre dimensões mais universalizantes, que se referem a toda classe trabalhadora e os contextos de exploração e outras mais localizadas nas diversas formas de opressão, marcadas por gênero, raça, classe, escolaridade, geração, dentre outras.

Como assinalado, este campo de luta e de discussões tem também se pautado na constatação histórica de divisão da vida em âmbitos supostamente distintos e polarizados, o privado e o público, que se sustentam em outros binarismos, tais como natureza e cultura, reprodutivo e produtivo. Por influência de autores contratualistas, tais como Hobbes, Locke e Rousseau, que defenderam a existência de acordos ou contratos consensuais entre as pessoas e na relação com o Estado como possibilidade de manutenção de convívio social, produziu-se uma lógica de divisão do trabalho como um campo amplo de produção e manutenção da vida em sociedade, pautada na divisão biológica entre homens e mulheres. Carole Pateman (1993) critica a lógica dos contratualistas, apontando para a existência velada de um contrato sexual/social, que pelo argumento do consensual, invisibiliza o patriarcado. Na lógica que a autora propõe, a exploração do corpo e da sexualidade das mulheres é contabilizada como força de trabalho. Na experiência das mulheres com o trabalho, o corpo é, portanto, elemento central, assim como o estereótipo a ele associado.

Uma leitura pelo viés do estereótipo de gênero indica potencialidades para compreensão da dimensão do trabalho na vida de (nós) mulheres, assim como dos impactos nas profissões consideradas femininas, como é o caso da Psicologia. Judith Butler (2008, 2010) é outra autora que nos auxilia a desnaturalizar tais estereótipos que sustentam desigualdades e explorações.

MULHERES, TRABALHO E ESTEREÓTIPO DE GÊNERO

Butler (2010) problematiza a lógica identitária de sujeito universal, fortemente embasada pelas discussões de Michel Foucault, questiona teorias biologizantes e essencializantes, partindo para uma compreensão de produção de subjetividade. Radicalizando a noção de gênero como definidora dos sujeitos, aponta para o efeito da produção de normas que, repetidas reiteradamente, produzem estereótipos de gênero. Butler (2010) propõe a noção de performatividade, recusando uma compreensão de gênero como reflexo da cultura, enquanto sexo seria da natureza e,

portanto, uma fatalidade. Pela ótica do estereótipo de gênero, existem, por determinação biológica, comportamentos e características distintas de mulheres e homens. Definindo a experiência normativa de ambos, além da identificação com cada estereótipo, a heterossexualidade, e no caso das mulheres (cis³⁰) a maternidade compulsória.

A proposta de compreensão teórica dessa autora nos auxilia a desnaturalizar os destinos pré-discursivamente produzidos para as mulheres (e os homens). Este projeto de vida, apresentado por Betty Friedan, pode ser questionado como o único ainda legitimado para as mulheres. Localizo essa como uma questão crucial, uma vez que a divisão do trabalho doméstico ainda se apresenta como grande pauta, também porque o âmbito privado carece de desconstruções importantes. No mesmo sentido, a ruptura com a noção de que existem características inatas atravessa a experiência das mulheres, pois as características associadas a elas (nós) se vinculam ao cuidado, ao voluntariado, à servidão "incansável" em oposição à ideia de qualificação para uma tarefa que associamos aos homens, o que se manifesta nos estereótipos no campo do trabalho.

No que se refere às profissões tidas como "femininas", podemos localizá-las referindo-se mais a uma performance de gênero, do que a uma procura natural de mulheres por determinados cursos. Neste sentido, considero importante questionarmos desde a divisão entre trabalho produtivo e outro que não o é, enquanto apenas reprodutivo que, neste caso, se relaciona tanto à reprodução humana quanto às tarefas que sustentam e possibilitam as atividades tidas como produtivas, tornando evidente a hierarquia que se cria. Mesmo na lógica contratualista, ambos os trabalhos são essenciais para a manutenção da sociedade, seriam, portanto, produtivos. Daí podemos localizar, no interior de uma sociedade capitalista e patriarcal, a remuneração de apenas um deles. O trabalho doméstico é remunerado, desde que não seja aquele localizado no interior de uma relação (heterossexual) e familiar, em que o trabalho das mulheres é autorizadamente explorado, tendo como suporte os estereótipos de gênero.

Os efeitos de captura do tempo pautado no estereótipo de gênero é outro elemento importante. Conforme Ávila e Bezerra (2005) sinalizam, o acesso ao mercado de trabalho é uma pauta de reivindicação das mulheres, ao mesmo tempo em que resulta na inserção em um sistema de exploração, marcado por lógicas de relação capitalista. Este sistema implica em valorizar e remunerar apenas o tempo dedicado a produção de trabalho ou mercadoria que produz mais-valia, ou seja, possibilita acumulação de lucro a um pequeno número de pessoas. A divisão entre trabalho produtivo

30. Pessoas cujo "sexo" designado ao nascer se alinha à identidade de gênero.

e trabalho reprodutivo, também utilizado pelo movimento feminista, reflete este raciocínio hierarquizado.

Marx já incluía em sua análise que o trabalho doméstico, assim como de reprodução humana e cuidado com membros da família, é considerado como necessário para a manutenção do trabalho tido como “produtivo”, entretanto não remunerado. Toda a captura de tempo com trabalhos que envolvam lavar, cozinhar, passar, organizar o cuidado com filhos e filhas, dentre diversas outras tarefas, recai, sobretudo, na lógica das relações heteronormativas, sobre as mulheres. (ÁVILA, 2005; FERREIRA, 2005). Por fim, apresento aspectos diretamente relacionados ao trabalho de nós psicólogas, fortemente atravessado pelos estereótipos.

TRABALHO E MULHERES PSICÓLOGAS

Em pesquisa realizada pelo Conselho Federal de Psicologia (2013), constatou-se que a Psicologia no Brasil, é composta 89% por mulheres. Dessas, 67% são mulheres brancas, e, 3% mulheres negras. Podemos afirmar, então, que se trata de uma profissão produzida, sobretudo, a partir de um estereótipo de feminilidade, que inclui escuta, cuidado, inserção em campos tradicionalmente marcados pelo mesmo estereótipo de dedicação a outras pessoas, como saúde, educação, clínica e assistência social.

Andrade et al. (2013) localizam a identificação da Psicologia, como profissão eminente feminina, como o principal definidor de desvalorização, não só em termos salariais. De acordo com a pesquisa do CFP mencionada, 52% das mulheres psicólogas recebem até cinco salários mínimos mensais, com referência ao salário vigente em 2012, de R\$622,00 (seiscentos e vinte e dois reais), e 23% das entrevistadas afirmam que a sua renda mensal não é suficiente para sustentarem a si e a família (considerando que 59% têm filhas (os) e/ou enteadas(os)).

As profissões tidas como femininas exploram o estereótipo de gênero, ao mesmo tempo em que desqualificam as mulheres. Conforme Ferreira (2005) sinaliza, são construídas sobre qualidades, supostamente inatas, no caso das mulheres, e aposta de qualificação, no caso dos homens. Assim, acompanhamos o crescimento da inserção das mulheres no campo do trabalho, sobretudo, nos postos mais precários.

Quanto aos trabalhos domésticos, segundo a pesquisa do CFP, a maioria das mulheres psicólogas dedica, no máximo, duas horas diárias para trabalhos domésticos, sendo que com os(as) filhos(as) gastam quatro ou mais horas diárias. Segundo dados do IBGE (2007), a maior parte das mulheres gasta cerca de três horas por dia com as tarefas de casa, e a maior parte dos homens, cerca de $\frac{1}{4}$ de horas. Conforme ANDRADE, et al. (2013) apontam, esta sobrecarga de trabalho para as mulheres reforça a invisibilidade das tarefas

domésticas, já que não entram na divisão e contribuem, significativamente, para o adóecimento psíquico das mulheres.

Além da divisão desigual dos trabalhos de produção e manutenção da sociedade, pautados nos estereótipos de gênero e da localização de algumas profissões como mais próximas de um ou outro estereótipo, sendo esse um eixo importante de valorização, existe uma série de processos de discriminação que ocorrem no interior das relações de trabalho e que impactam, cotidianamente, a vida das mulheres. Destaco, de forma breve, alguns mecanismos de dominação amplamente mapeados pelos movimentos feministas e de mulheres, coletados no último encontro de mulheres da CUT³¹, ocorrido em 2015: Invisibilização do trabalho; Silenciamentos; Ridicularização; Cobranças excessivas; Afastamento dos espaços decisórios e processos reflexivos. Ainda que não seja objetivo explorá-los no texto, nomeio como possibilidade de mapearmos tais mecanismos, localizando-os a partir desta matriz de opressão, dominação e exploração, invisibilizada nos cotidianos de trabalho.

Para finalizar, é importante destacar que as mulheres têm se organizado, especificamente em relação às pautas de trabalho, desde os anos de 1980, no Brasil. Como participantes de um importante movimento de trabalhadores e maior central sindical do país, mulheres sindicalistas realizaram, em 1988, o I Encontro Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT. O encontro contou com mulheres representantes de diversas categorias profissionais de todo o Brasil. Teve como alguns dos eixos centrais demandas por creche e descriminalização do aborto, além do compromisso com o enfrentamento das opressões sofridas pelas mulheres, principalmente no mundo do trabalho, conforme aborda Lima (2005). As limitações para o acesso aos postos de trabalho remunerado e melhores condições, no caso das mulheres, passam por reivindicações de diversas ordens do campo privado, que não têm equivalência para os homens, como aumento do número de creches, fim das violências contra as mulheres e legalização do aborto são algumas delas e aparecem também como forma de possibilitar que as mulheres trabalhem.

ALGUMAS CONCLUSÕES

Há um risco de incoerência que se apresenta com esta discussão proposta, que se refere ao limite entre as lutas identitárias e as lutas pela ruptura com uma leitura que universaliza a experiência das mulheres. Entretanto, tal como problematizado por Butler (2010), talvez sejam justamente as opressões que aproximam a experiência das mulheres.

Existe, na dimensão do trabalho na vida das mulheres e nas reivindicações, dois eixos que destaco: como produtor de emancipação e como

31 No qual estive presente como delegada, representando o Sindicato da(os) Psicólogas (os) de Minas Gerais.

produtor de sobrecarga e domínio do tempo. Mesmo para Marx, o trabalho não era localizado apenas pela via operativa, mas enquanto produtor mútuo do/a homem/mulher e mundo. Produção de relações horizontais de gênero implicam mudanças na ocupação dos espaços público e privado, mas também das normas de gênero, que ainda localizam as mulheres como responsáveis por determinadas tarefas, sobretudo, as centradas no cuidado. As definições normativas, pautadas nos estereótipos de gênero; limitam a possibilidade de existência das mulheres no âmbito privado e público, sobretudo, tornando o casamento heterossexual e a maternidade como representantes do projeto de vida hegemônico. Não que esse não seja legítimo, o risco está em ser normativo. Assim, a inserção no âmbito do trabalho remunerado pode representar um avanço na produção de igualdade entre homens e mulheres, mas talvez ainda contribua pouco para a desconstrução de elementos simbólicos que continuam impactando a vida das mulheres.

Tal como discutido por Boaventura (1989), os Direitos Humanos no Brasil não seguem a mesma linearidade que países centrais, avançando, progressivamente, a partir de três gerações: direitos civis e políticos, direitos sociais e econômicos e, por fim, direitos culturais, pós-materialistas. Vivemos reivindicações por direitos das três gerações ao mesmo tempo. Isso significa enfrentar as três formas de desigualdade que se produzem em um contexto capitalista: a política, que se manifesta pela via da dominação; a socioeconômica, expressa pela exploração e a simbólico-cultural, produzindo a alienação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANDRADE, Darlene Silva Vieira; SANTOS, Helena Miranda dos; CAMPOS, Marta. Algumas reflexões sobre gênero e participação feminina no mundo do trabalho e na psicologia. In: ANDRADE, Darlene Silva Vieira e Helena Miranda dos Santos (orgs.). Gênero na psicologia: articulações e discussões. – Salvador: CRP-03, 2013. 196 p.

ÁVILA, Maria Betânia. Tempo, trabalho e cotidiano: questões para a democracia. In: ANDRADE, Darlene Silva Vieira e Helena Miranda dos Santos (orgs.). Gênero na psicologia: articulações e discussões. – Salvador: CRP-03, 2013. 196 p.

BUTLER, Judith P. Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y Discursivos del sexo. 2ª ed. - Buenos Aires: Paidós, 2008.

BUTLER, Judith P. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade; tradução, Renato Aguiar. – 3ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. (Sujeito e História).

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Quem é a Psicóloga brasileira?: Mulher, Psicologia e Trabalho. Brasília: 2013.

SILVA, Carmen; FERREIRA, Verônica. Percurso metodológico de uma experiência educativa sobre mulher e trabalho. In: ANDRADE, Darlene Silva Vieira e Helena

Miranda dos Santos (orgs.). Gênero na psicologia: articulações e discussões. Salvador: CRP-03, 2013. 196 p.

FERREIRA, Verônica. O novo e o velho no trabalho das mulheres. In: ANDRADE, Darlene Silva Vieira e Helena Miranda dos Santos (orgs.). Gênero na psicologia: articulações e discussões. – Salvador: CRP-03, 2013. 196 p.

FRIEDAN, Betty. Mística Feminina. Editora Vozes Limitada: 1971.

LIMA, Maria Ednalva Bezerra de. Mulheres na CUT: uma história de organização e conquista. In: ANDRADE, Darlene Silva Vieira e Helena Miranda dos Santos (orgs.). Gênero na psicologia: articulações e discussões. – Salvador: CRP-03, 2013. 196 p.

PATEMAN, Carole. O contrato sexual. Tradução Marta Avancini. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

SANTOS, Boaventura de S. Os direitos humanos na pós-modernidade. In: Direito e sociedade. Coimbra, nº 4, mar. 1989.

SUPORTAR O INSUPORTÁVEL: REFLEXÕES SOBRE PSICOLOGIA E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Carina Freitas Passos³²

Este artigo propõe-se a problematizar sobre a atuação dos profissionais da Psicologia frente ao impasse apresentado no atendimento a mulheres que vivenciam violência afetivo-conjugal e os limites que o perpassam, por entender a situação de violência com um fenômeno multifacetado. A condição de desamparo e sofrimento dessas mulheres se coloca como um engodo para a profissão que apresenta a maioria de profissionais mulheres e que, portanto, se veem confrontadas com sua própria condição de mulher, logo, passível de vivenciarem tal violência, fato que fortalece a busca por estabelecer a noção de cuidado de si para o cuidado do outro. Nesta perspectiva, considera-se a implicação da Psicologia com um compromisso ético e social com ações que alcancem a sociedade de forma mais abrangente na luta pelo fortalecimento de políticas públicas para as mulheres.

Palavras-chave: Psicologia; atuação profissional; violência contra a mulher; cuidado.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

"Lutar contra toda e qualquer forma de violência é um exercício de cidadania."

Miriam Grossi, 1998, p.295

Destacadamente, a frase com que se inicia este artigo, da cientista social Miriam Pillar Grossi, responsabiliza-nos, enquanto cidadãos e profissionais, em relação ao papel ocupado no enfrentamento a "toda e qualquer forma de violência."

A violência contra a mulher tem adquirido lugar de destaque por se apresentar como um impasse, por um não saber-fazer frente a este fenômeno que avança. De acordo com o Mapa da Violência da ONU (Organização das Nações Unidas) Mulheres, o Brasil encontra-se em 5º Lugar no ranking mundial de assassinatos de mulheres (ONU, 2015).

32 Psicóloga pela PUC-MG. Especialista em Trabalho Social com Famílias pela FCU. Mestranda em Psicologia pela UFU com ênfase em Psicanálise e Cultura. Coordenadora do GT Mulheres e questões de Gênero da Subsele Triângulo do CRP/MG. Atua como Psicóloga na ONG SOS Mulher e Família de Uberlândia. Ativista no enfrentamento à violência contra a mulher.

Grossi (1998), em seu texto "Rimando amor e dor: Reflexões sobre a violência no vínculo afetivo-conjugal" ressalta que dados quantitativos de vários anos de estudo apontavam para o crescente número de boletins de ocorrência em delegacias da mulher, enquanto dados qualitativos, obtidos por entrevistas com profissionais de diversas áreas, como assistentes sociais, psicólogas, advogadas e mulheres vítimas de violência, mostravam "um impasse nas soluções propostas até o presente, no Brasil, para a superação deste grave fenômeno social" (p.293).

Dezessete anos se passaram, desde a publicação desse texto, e ele ainda continua trazendo dados atuais. Houve alguns avanços, porém o que a realidade tem nos mostrado é que ainda há um "impasse" que se presentifica por um número crescente de mulheres que, mesmo com o apoio do Estado, "não conseguem sair dessa situação de extremo sofrimento"(p.294), como apontado por Grossi, em 1998.

Dentre os avanços obtidos, destacadamente, a promulgação da Lei 11.340, em 2006, apresenta-se como um marco. A citada lei que se tornou popularmente conhecida como "Lei Maria da Penha", tem por objetivo salientar e diferenciar o crime em relação à violência contra a mulher, porém apresenta um ponto de relevância para discussão. Diferentemente de leis como a Lei 8.069, de 1990 (ECA) e da Lei 10.741, de 2003 (Estatuto do Idoso), que trazem, respectivamente, nos artigos 227 e 95 a palavra "crimes", seguida do termo "ação pública incondicionada", coloca em questão a condicionalidade do crime cometido contra a mulher, que necessita da condição da "pessoa que sofre" em "representar criminalmente" contra o autor da violência sofrida. Nesse momento, cria-se um impasse.

Por ser um fenômeno multifacetado, a violência afetivo-conjugal envolve aspectos emocionais, econômicos, de relações de poder, entre outros. Santos & Moré (2011), citando pesquisas realizadas pelo Ministério da Saúde e por Silva, Coelho & Capone, demonstram que vivenciar história de violência entre os pais, crença de que o parceiro irá mudar, incapacidade de viver sem o parceiro, medo de perder os filhos e ter que sair de casa são apontados como possíveis motivos para a mulher continuar na relação em que há violência. Dentre esses fatores, há também o medo, a culpa, a vergonha, a baixa autoestima, que fazem com que as mulheres minimizem o problema, desejando acreditar que o parceiro "não é tão violento quanto parece" (Santos & Moré, 2011, p.228).

Atualmente, profissionais da Psicologia e do Serviço Social têm atuado na rede de enfrentamento à violência contra a mulher por serem reconhecidos que há, para além da esfera jurídica, fatores psicológicos e sociais que envolvem a situação de violência e que podem apresentar diversas facetas na complexidade dos casos com

demandas muito específicas e, por isso, necessitam ser pensados inter e multidisciplinarymente. Contudo, para Lisboa & Pinheiro (2005),

O grande desafio no enfrentamento da violência contra a mulher é a efetivação de uma rede de serviços que agregue os diferentes programas e projetos, consolidando uma política social de atendimento. Os serviços existentes ainda não conseguem atender as mulheres de forma integral (Lisboa & Pinheiro, 2005, p.200)

Nota-se que dez anos se passaram desde o estudo apontado, e continuamos sem a efetivação de uma rede que “funcione”. É certo que abordar a violência doméstica perpetrada contra a mulher requer estratégias e táticas muito peculiares pelo fato de o fenômeno apresentar-se, muitas vezes, de forma naturalizada, inclusive sustentado pelas próprias mulheres, que encontram no silêncio uma forma de proteção. Contudo o silêncio nos diz muito, e uma das formas de ser lido é que o imaginário de mulheres em situação de violência é permeado por ideais e ameaças que as paralisam frente à violência por acreditarem que irão conseguir promover a mudança de que necessitam para a relação, visto que se sentem responsáveis pelo fracasso do relacionamento.

A PSICOLOGIA E O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Compreender ainda é uma forma de resistir.

Carlos Roberto Drawin

A psicologia tem se ocupado de espaços diversos que ampliaram a possibilidade de atuação profissional, contudo há que se pensar nos avanços rumo à qualidade do fazer. Compreender a noção de violência e os desafios que se colocam para a profissão na atuação de fenômenos sociais complexos requer um olhar atento, principalmente à noção da ética do fazer, tendo sempre, no horizonte, a noção de cuidado, da profissão, de si, do outro, da sociedade.

Como já mencionado, a violência apresenta-se como um fenômeno multifacetado e que não se esgota em perspectivas teórico-metodológicas para sua compreensão. Contudo faz-se necessário que haja uma noção de onde se parte como pano de fundo para a discussão a que este artigo se pretende.

Com Gregori (1993), entendemos que nas relações em que a violência está presente, fica claro que ambos os parceiros “provocam ou mantêm estas situações” (p.183), inconscientemente, ou impensadamente, ou seja, como um

contrato em que algumas atitudes constantes estimulam a violência sem a intenção ou vontade. Com isso, a autora destaca que o fenômeno é objeto da psicologia por ser compreendido como um fenômeno que produz não-sujeitos.

Há muitos desafios para a prática em psicologia no atendimento a pessoas que vivenciam violência afetivo-conjugal. Digo pessoas, visto que a prática tem me mostrado que colocar o foco apenas no dualismo de cuidar da “vítima” e punir o “agressor” não é uma prática que seja efetiva ou que se sustente.

Gregori (1993) aponta que

É preciso se indignar e se opor à violência. Mas não tenhamos a ilusão de que o caminho mais profícuo parta da pressuposição de uma dualidade entre vítima e algoz – em que o primeiro termo esteja associado à passividade (ausência de ação), e o segundo, a uma atividade destruidora e maniqueistamente dominadora. (p.184)

Entendemos com Gregori que a ação está presente no panorama da relação em que há violência, visto que a submissão é também compreendida como uma ação para a passividade.

Grossi (1997) apresenta dois paradigmas em que as pesquisas sobre a problemática da violência contra a mulher parecem remeter. A autora salienta que, por mais diferentes que sejam as pesquisas sobre o tema, estão centradas na teoria do patriarcado ou na perspectiva da violência como contrato na relação afetivo-conjugal, como um impasse da comunicação entre o casal.

Tratar a violência coloca-se como uma tarefa árdua por termos que sair da comodidade de nossas “certezas” teóricas para a busca de outros saberes, além dos saberes “psi”, na tentativa da compreensão do fenômeno. Drawin (2011) destaca que as “especialidades” favorecem que os profissionais recuem, cada um em seu conhecimento, para guetos especializados e, desta forma, se abstenem de pensar o todo da complexidade que envolve a violência. Ressalta ainda que,

Essa modéstia epistemológica pode bem transformar-se em indiferença e, o que é pior, pode significar que, na prática, podemos tomar a parte pelo todo uma vez que na teoria ninguém pode se considerar autorizado a falar do ponto de vista da totalidade. Talvez seja esse o grande desafio do saber contemporâneo: os problemas que nós desafiam e nos atingem efetivamente vêm da exterioridade do que podemos compreender com os modestos recursos de nosso conhecimento. No entanto, não podemos nos refugiar sossegados em nosso nicho científico e profissional justamente porque somos afetados pela complexidade que não podemos ou não queremos pensar. (DRAWIN, 2011, p.13)

É preciso avançar. Minerbo (2000) aponta uma diferença entre saber e SABER. Para a autora, “saber é ter conhecimento intelectual; SABER é incorporar, assimilar, introjetar, integrar e se apropriar de um conhecimento através da experiência vivida, viva e vivida” (p.166). Entendo, com Minerbo, que o saber está ligado às produções teóricas que cada um adquire através da busca por conhecimento. Já o SABER relaciona-se com a sabedoria, com a prática, com o viver, com a ousadia para sair de sua confortável convicção para conhecer o novo e construir novas formas de olhar os fenômenos.

Sobre a atuação profissional da Psicologia no enfrentamento à violência contra a mulher, cabe destacar que, independente da ação a ser desenvolvida, essa deve sempre estar pautada em princípios éticos e no cuidado.

Brasil (2004) pondera sobre a necessidade do psicólogo ter uma visão integrada das instâncias bio-psico-social e cultural dos sujeitos que encontra em sua prática para que perceba as contradições que surjam e possam, desta forma, contribuir para os processos de humanização e desalienação de sujeitos, grupos e instituições. Segundo esta autora,

Observa-se que muitos dos impasses vividos por esses profissionais (da Psicologia); especialmente em instituições públicas de saúde, são decorrentes do modelo teórico-metodológico que elegem, e também da falta de flexibilidade e adaptação às realidades encontradas. Muitas vezes, neste caminho, estão ausentes também suas habilidades e competências na interface que promova a educação e saúde. (BRASIL, 2004, p.183)

No que tange ao cuidado, é evidente que toda a práxis em psicologia requer o cuidado como sustentáculo da ação. Para Boff (2005), o cuidado possui uma dimensão ontológica e “é aquela energia que continuamente faz surgir o ser humano” (p.34). Esta noção de cuidado deve estar para além do cuidado do outro. A dimensão do cuidado é bilateral no sentido que sem o cuidado de si não é possível cuidar do outro, da sociedade.

Para Boff (2002), citado por Silveira & Vieira (2005), o acolhimento oferece a dimensão do cuidado e está representado no rosto pelo olhar e fisionomia daquele que acolhe. Compreende também a possibilidade de responsabilização visto que “torna impossível a indiferença” (p.139), marcando, para quem é acolhido, esta dimensão do cuidado.

Desde o acolhimento, priorizado pela escuta qualificada, com a aposta no estabelecimento do vínculo, é que será possível pensar em formas de intervenção pela responsabilização do sujeito em sua própria condição, norteando o trabalho pela busca de autonomia para o enfrentamento de sua própria condição.

Cabe à Psicologia estabelecer ações, como o acolhimento Psicológico, atendimento Psicológico Clínico Continuado, oficinas de intervenção

psicossocial, grupos reflexivos, grupos terapêuticos e estratégias de prevenção, promoção e intervenção junto às comunidades, espaços de formação continuada junto a profissionais de áreas e formações diversas para o avanço tanto em produção de saberes quanto de fazeres efetivos para o enfrentamento à violência.

Entre a ética da profissão e a ética do desejo há um longo trajeto a ser percorrido. Dentre os princípios fundamentais que norteiam o “Código de ética profissional do psicólogo”, destaca-se que o psicólogo “baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade”, devendo “promover a saúde e a qualidade de vida” e contribuir para “a eliminação de quaisquer formas de violência” (CFP, 2005). É, portanto, dever do profissional de psicologia deter conhecimentos que visem a esclarecer as pessoas atendidas sobre seus direitos e, especialmente, sinalizar sobre a violação desses, contribuindo para a promoção dos sujeitos.

Contudo, conforme previsto na Lei 11.340, fazer a representação criminal depende da condição da mulher querer realizar a denúncia, e o psicólogo, por mais que presentifique que houve direitos violados, fica diante de um impasse. O artigo 2º do Código de ética estabelece que, no exercício de sua profissão, é vedado ao psicólogo, alínea a, “praticar ou ser conivente com quaisquer atos que caracterizem negligência”, e na alínea b, “induzir a convicções políticas, filosóficas, morais, ideológicas, religiosas, de orientação sexual ou a qualquer tipo de preconceito, quando do exercício de suas funções profissionais” (CFP, 2005). Neste momento, estabelece-se a sutil diferença entre elucidar sobre o direito violado para que a mulher possa ponderar sobre o que é melhor para ela, decidir sobre o que quer fazer; e fazer uma imposição de que a mulher precisa fazer a representação criminal.

Entre a gestão (do trabalho, do caso) e o cuidado (de si e do outro) está o profissional da psicologia que necessita “suportar o insuportável” que a violência provoca e convoca. Escutar (para além de ouvir) sobre a violência do outro nos remete à nossa própria condição de sujeitos, passíveis de sofrermos violência e, logo, de sentirmos horror, mal-estar, náusea diante do que nos é narrado. É a ética do desejo que move a profissão para além da ética profissional, que se faz presente nestes momentos em que o “insuportável” presenciado pela escuta vai possibilitar o sujeito a se reconhecer detentor do saber sobre aquilo que sofre. Para isso, faz-se imprescindível deixar em suspensão nossos valores morais que colocariam em questão não só a ética profissional, mas a ética do desejo, desejo que é do outro, de como escolhe sua forma de ser e de viver na complexa teia das relações humanas.

Com isso, para pensar nas modalidades possíveis de intervenção de profissionais da Psicologia no enfrentamento à violência contra a mulher, temos que ampliar o campo de visão sobre intervenções possíveis que

contribuam tanto na promoção da autonomia da mulher quanto em mudanças de posicionamento e atitudes da sociedade em relação à problemática. Ações na comunidade com reflexão como forma de prevenção e promoção trazem benefícios tanto para mulheres quanto para homens que vivenciam a violência e podem encontrar, a partir destes espaços, novas formas de se relacionar em que consigam lidar com os conflitos de forma não violenta. Contribuem, ainda, para que profissionais se mobilizem e se atentem para a qualidade do atendimento que “se prestam” e a “quem” prestam, promovendo reflexões sobre os lugares que ocupam e o quão podem estar reforçando a violência com valores morais que interferem no atendimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O saber aprendemos com os mestres e com livros.

A sabedoria aprendemos com os humildes.

Cora Coralina

A Psicologia, enquanto ciência e profissão, possibilita uma visão mais ampliada para pensarmos nas relações humanas em que está presentificada a violência. A grande questão que se lança como desafio é que os profissionais precisam refletir sobre a questão ética de sua atuação na singularidade do caso a caso. Só assim será possível construir junto com as mulheres em situação de violência, e nesta parte incluo-nos por sermos 89% das profissionais registradas no CFP/MG e, por sermos seres biopsicossociais, estamos em algum tipo de relacionamento, saídas possíveis, desvinculadas dos discursos religiosos, machistas/sexistas que colocam essas mulheres em condição de extremo sofrimento e menos valia, de desamparo e desilusão frente às inúmeras possibilidades de escolha por viver sem violência.

É pelo exercício da prática e por meio de muitos estudos e pesquisas, de forma inter e multidisciplinar, com reflexão crítica, que a Psicologia, encarnada em suas/seus profissionais podem construir novas práticas como resposta pela preocupação e posicionamento frente ao enfrentamento como expressão da responsabilidade social da profissão.

O momento exige ações para a desconstrução da naturalização e banalização da violência contra as mulheres, ações pautadas na reflexão e saber que cada mulher atendida traz consigo ao falar da violência sofrida para avançarmos na busca por políticas públicas mais efetivas na garantia dos direitos das mulheres. Ocupar espaços que deem maior visibilidade à profissão como ação importante no enfrentamento à violência contra a mulher faz-se necessário. Para a participação efetiva da profissão na construção de políticas públicas, é preciso mais do que sustentação teórica, é preciso diálogo reflexivo aliando teorias com a prática pautada em uma

escuta qualificada, valorizando a sabedoria que se apresenta na fala do sujeito que sofre e em outros saberes, para o desenvolvimento de ações que se tornem mais efetivas e sejam eficazes, com construções propositivas tanto para os sujeitos quanto para a sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BOFF, Leonardo. O cuidado essencial: princípio de um novo ethos. *Inclusão social*, Brasília, v.1, n.1, p.28-35, out./mar. 2005.

BRASIL, Angela Maria R.C. Considerações sobre o trabalho do psicólogo em saúde pública. *Integração*. Abr./mai./jun., 2004, Ano X, n. 37. p. 181-186.

Conselho Federal de Psicologia. Código de Ética Profissional do Psicólogo. Brasília: CFP, 2005. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>. Acesso em: 12 de dez. 2015.

DRAWIN, C.R. O paradoxo antropológico da violência. In: ROSÁRIO, A.B. NETO, F.K., MOREIRA, J.O. (Orgs) *Faces da violência na contemporaneidade: sociedade e clínica*. Barbacena, EdUEMG, 2011.

GROSSI, Miriam Pillar. Rimando amor com dor: reflexões sobre a violência no vínculo afetivo conjugal. In: Pedro, Joana Maria e GROSSI, Miriam Pillar (orgs.). *Masculino, feminino, plural: Gênero na interdisciplinaridade*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

LISBOA, T.K. PINHEIRO, E.A. A intervenção do Serviço Social junto à questão da violência contra a mulher. *Katálysis*, v.8 n.2 jul./dez. 2005. Florianópolis-SC. P.199-210. Disponível em

MINÉRBO, Marjón. *Estratégias de investigação em psicanálise: desconstrução e reconstrução do conhecimento*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

ONU – Organização das Nações Unidas Mulheres. 2015. Disponível em <http://www.onumulheres.org.br/noticias/em-acao-dos-16-dias-de-ativismo-pelo-fim-da-violencia-onu-projeta-dados-sobre-feminicidio-no-museu-nacional/>. Acesso em 18 de dez. 2015.

SANTOS, A.C.W. MORÉ, C.L.O.O. Repercussão da violência na mulher e suas formas de violência. *Paidéia*. Mai-ago/2011, Vol.21, n.49, p.227-235.

SILVEIRA, D.P. VIEIRA, A.L.S. Reflexões sobre a ética do cuidado em saúde: desafios para a atenção psicossocial no Brasil. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, UERJ, RJ, ano 5, N.1, 1º.Semestre de 2005.

A DES (CONHECIDA) VIOLÊNCIA NO PARTO

Cláudia Natividade³³

Leticia Gonçalves³⁴

Cássia Beatriz Batista³⁵

INTRODUÇÃO

O título do artigo sugere que a violência no parto pode ser ainda desconhecida e, ao mesmo tempo, uma íntima conhecida, especialmente se tomamos como parâmetro a experiência das mulheres que, para além de sofrê-la, aprenderam, historicamente, a naturalizá-la. Se de um lado identificamos que as mulheres são afetadas por várias formas de violência no parto, que caracterizaremos mais à frente, e que essa guarda referência com outras violências sofridas pelas mulheres em suas trajetórias de vida, por outro lado, verificamos também um ofuscamento da experiência da violência no parto de forma que essa, muitas vezes, não é significada como uma violação de direitos em si, ou, em melhores palavras, uma violência contra as mulheres, baseada nas desigualdades de gênero.

Esta discussão localiza-se no interior de uma política ampla de Saúde da Mulher que, apesar de todas as críticas e avanços, ainda reconhece como central a maternidade, de forma naturalizada, na vida das mulheres (GONÇALVES, 2013), o que traz implicações importantes para a assistência voltada para o pré-natal e parto. A violência no parto será discutida neste artigo a partir de uma perspectiva crítica, ou seja, enquanto um tipo de (não) relação que sugere um apagamento do sujeito mulher e, por isso, nos amparamos nos estudos de gênero enquanto fontes analíticas que podem desvendar sistemas de poder desiguais entre os sujeitos sociais. A primeira parte do artigo, portanto, será dedicada a esta tarefa, mesmo que de forma sintética, por reconhecermos a imensidão dos estudos de gênero e suas várias perspectivas.

Em um segundo momento, caracterizaremos a violência no parto, dialogando com as produções acadêmicas já existentes para que, num terceiro passo, possamos argumentar a favor da nomeação da violência no parto enquanto uma violência contra as mulheres, baseada nas desigualdades de gênero.

33 Psicóloga, professora Dr^a, no curso de Psicologia da Faculdade Ciências Médicas de Minas Gerais.

34 Psicóloga, doutoranda em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva, em associação das IES UFRJ, Fiocruz, UERJ e UFF.

35 Psicóloga, professora Dr^a no Curso de Medicina pelo Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei (DPSIC/UFSJ).

OS ESTUDOS DE GÊNERO E AS MULHERES

Os estudos de gênero têm uma longa história, no entanto, a partir da segunda metade do século XX identifica-se uma ampla produção na área. Numa época marcada pela reformulação das ideias sobre subjetividade e identidade e sobre o que é ser um humano³⁶, as teorias sobre gênero floresceram no campo acadêmico. Impulsionados também pelo Movimento Feminista, que mudou radicalmente os papéis e o *status* das mulheres, tais estudos começaram a desvendar as amarras sociais que, de forma diferente e desigual, suportavam (suportam ainda) a existência de homens e mulheres.

A partir dos anos 60 e 70, os estudos de gênero sobre as mulheres começaram a explorar a questão da diferença entre homens e mulheres de três formas diferentes e, em todos os casos, criando uma moldura teórico-analítica que dialogava diretamente com as construções de moralidade e a agenda política (STIMPSON e HERDT, 2014). A primeira explorava as consequências na vida das mulheres da dominação dos homens organizada pela estrutura hierárquica, patriarcal e pelo falocentrismo. Num segundo momento, os estudos de gênero sobre as mulheres revelaram “o que as mulheres tinham feito e continuam a fazer a despeito da dominação masculina, para a qual a publicação de Carol Gillian “In a different voice”, de 1981, deu o impulso” (STIMPSON e HERDT, 2014, p. 13). No terceiro conjunto teórico, a diversidade entre as mulheres é realçada a partir, especialmente, do cruzamento das análises de gênero com aquelas sobre raça, classe, geração, religião, sexualidade, nacionalidade e territorialidade. Neste sentido, as análises tomam uma nuance mais contextualizada se distanciando das perspectivas universalizantes e considerando os atravessamentos que as mulheres tinham em suas trajetórias de vida e, conseqüentemente, em suas subjetividades.

O que os estudos de gênero sobre as mulheres, a partir de uma perspectiva crítica, vão explorar são os efeitos de ser mulher, ou, numa concepção dinâmica, os jogos de poder envolvidos nesta posição de subjetividade. Tornando as análises, de forma complexa, articulada com a historicidade, sociabilidade e culturalidade, os estudos de gênero vão descrever e desvendar os mecanismos sociais e/ou intersubjetivos que suportam ou subvertem as posições de subalternidade, e não reconhecimento das mulheres que foram organizadas tradicionalmente. Os estudos de gênero, portanto, organizam análises sobre os atravessamentos desses sistemas de poder entendidos aqui como um preenchimento inescapável das relações.

36. Vários acontecimentos históricos contribuíram para tais reflexões e reformulações sobre a condição dos sujeitos que passaram a ser considerados históricos e socialmente posicionados. A Segunda Guerra Mundial e as lutas por direitos que se seguiram são alguns exemplos dos eventos históricos que produziram essas propostas teóricas.

Dizer que as relações que estabelecemos no mundo são relações de poder significa admitir que o exercício desse é realizado por e entre sujeitos deslocando-se da ideia de que poder é algo que se tem para o entendimento do poder enquanto um exercício, uma ação. (ARENDETT, 2009).

Se o poder é um sustentáculo das relações, a violência, por sua vez, destitui a condição de ator de pelo menos um dos polos da relação, pois processa uma operação de apagamento e a-sujeitamento. Segundo Arendt (2009), poder e violência são condições e estados intercambiantes nas relações, contudo “a violência sempre pode destruir o poder” (ARENDETT, 2009, p. 70). Isso significa dizer que a violência aparece onde o poder está se esvaindo e, por isso, toma o lugar desse, desfazendo-o e, por vezes, aniquilando-o. Neste sentido, a violência é um preocupante preenchimento das relações que, diferentemente do poder, paralisa momentaneamente a agência do sujeito.

Ao falar de violência, seria melhor afirmar no plural, pois cada contexto e atores supõem organizações diferentes de ações violentas. Minayó e Souza (1998) analisam a complexidade de se definir a violência e comentam que as teorias que versam sobre o tema equivalem ao objeto em si, pois definem um fenômeno polissêmico, controverso e com diversas causas.

De forma mais contextualizada, os estudos sobre as mulheres, ancorados na perspectiva de gênero, exploram como a posição de sujeito mulher vive e sofre violências, já que elas (nós, mulheres) participam (participamos) da dinâmica social imersas em sistemas de poder, muitas vezes, desiguais. É o caso dos estudos sobre a violência doméstica contra as mulheres que, numa concepção crítica, vê este tipo de violência como baseado em sistemas machistas e sexistas, sendo, portanto, uma ação de apagamento e não reconhecimento das mulheres.

No caso da violência no parto, por exemplo, ela toma nuances diferentes de uma violência doméstica já que esta última é perpetrada por um agente que partilha da intimidade da mulher, geralmente parceiro/a em situação de namoro ou conjugalidade. No entanto o fato de a violência no parto ser perpetrada por um agente não íntimo, subvertendo, portanto, o sentido de proximidade e partilhamento de experiências de vida, como no caso da violência doméstica, não invalida análises de gênero. Pelo contrário, a violência no parto tem como direcionalidade exclusiva as mulheres e, por isso, investigar os sistemas de desigualdades mantidos ou subvertidos, neste momento e nesta relação, nos parece fundamental. Seguiremos agora com as definições sobre este tipo de violência.

VIOLENCIA NO PARTO, VIOLENCIA CONTRA GESTANTES, VIOLENCIA CONTRA AS MULHERES

Conforme dados da Fundação Perseu Abramo (2010), uma em quatro brasileiras afirma ter sofrido algum tipo de violência no parto. Trata-se de um

tipo de violência institucional, praticada por profissionais de saúde, as quais as mulheres se submetem por desconhecimento do processo de parto e pela relação de poder estabelecida (WOLF e WALDOW, 2008).

As pesquisas sobre a violência na gestação e no nascimento (incluindo parto e puerpério) têm margeado mais recentemente as produções científicas diante da ampla difusão do parto humanizado que preconiza o parto natural e, portanto, como menos intervenções médico-hospitalares. Entre diversas nomeações tais como violência institucional, violência no parto, violência obstétrica e violência no nascimento, notam-se publicações pulverizadas sobre a questão.

Borba (2012) apresenta uma revisão integrativa sobre violência institucional na parturição e demonstra que sua maior ocorrência é no momento do pré-parto, sendo o tipo de violência mais relatado a negligência, e a categoria médica a maior responsável pela promoção dessa. Os tipos de violência encontrados nos artigos analisados pela autora são comportamentos grosseiros, experiências de desconfortos e ausência de informação às parturientes e objetificação nos procedimentos de assistência, sendo este último resultado de padronizações de procedimentos médicos-hospitalares sem, portanto, respeitar a singularidade das mulheres.

Segundo D'Oliveira e Schraiber (1999) os tipos de violência experienciados pelas mulheres englobam negligência, discriminação social, violência verbal como ameaça e humilhação, violência física e abuso sexual (incluindo recusa à prescrição de analgésicos quando necessário tecnicamente), abandono, falta de cuidado e de frequência das visitas técnicas, falha ou ruptura na comunicação entre equipe de assistência e as mulheres, tratamento grosseiro e brutalidade no momento dos exames (AGUIAR, 2010). Mais recentemente, violências racistas também têm sido identificadas e nomeadas como tal.

As expressões da violência são diversificadas no contexto em questão, e uma das causas refere-se ao abuso das tecnologias no parto de forma irracional e danosa, gerando altos índices de morbimortalidade materna e perinatal. Segundo a OMS (1996), deve existir um motivo médico consistente para interferir no processo natural do parto. A hospitalização do parto ou sua medicalização com abuso de tecnologias médicas levam, por vezes, a procedimentos desnecessários na assistência ao parto, como a indicação indiscriminada de cesarianas, a permanência no leito, o uso de ocitocina, da episiotomia, da lavagem intestinal, o rompimento deliberado da bolsa e o jejum alimentar e de água. Segundo pesquisa de Natividade, Batista e Gonçalves (2015), procedimentos tais como a episiotomia o uso do fórceps e das manobras de Kristeller ainda são práticas não baseadas em evidências que persistem nas maternidades. Apesar de estudos apontarem o uso da

episiotomia como necessário em alguns casos, o problema é quando se constata o uso indiscriminado de tal prática.

A escolha da posição durante o trabalho de parto e de utilização de métodos não-farmacológicos para dor são opções que as mulheres devem saber e ter acesso, se desejarem. Os direitos das mulheres envolvem também a escolha de acompanhante durante o processo de parto e de amamentação e permanência com seus bebês (HELMAN, 1994). Estes aspectos e elementos estão previstos no Plano de Parto, instrumento da mulher parturiente para planejar e escolher a forma do nascimento de seu filho. Contudo, mesmo com a existência deste instrumento, poucos são os serviços e os profissionais que conhecem ou fazem uso efetivo desse.

Em sua revisão sobre violência em maternidades, Aguiar (2010) aponta que essa é resultante de condições precárias no trabalho em saúde. Além disso, a postura dos profissionais de pouco respeito ou desconhecimento em relação aos direitos reprodutivos e sexuais das mulheres e conduta pautada por normas e valores depreciativos compõem a trama da violência institucional contra mulheres. Franco e Merhy (2013) têm produzido interessantes estudos e discussões sobre o processo de trabalho e cuidado em saúde, contribuindo para pensarmos lógicas de captura, por exemplo, procedimental e técnica, que reduzem as possibilidades de compreensão de demandas simbólicas e subjetivas, produzindo violências. Os protocolos de saúde da mulher, baseados nas linhas guias do Ministério da Saúde, ao mesmo tempo em que intenciona assegurar assistência mínima e padronizada para todas as mulheres do Brasil, incorrem no risco de limitar a percepção das mulheres, ainda atrelada à naturalidade da maternidade, e de desconsiderar aspectos que se produzem no encontro entre profissional e mulher usuária; o que os autores chamam de trabalho vivo em ato.

Problematizando o que é violência institucional, Aguiar (2010) demonstra a dificuldade encontrada pelos profissionais para defini-la e a presença entre eles da prevalência da máxima que os fins justificam os meios nas intervenções de assistência às mulheres. E mais, a autora aponta a banalização do desrespeito e a invisibilidade da violência, como questões a serem aprofundadas na prática em saúde.

De acordo com a revisão de Giffin (1999), os maus tratos vividos pelas mulheres grávidas por parte de profissionais são práticas discriminatórias de gênero correlacionadas também à etnia e classe social, fundada em noção ideológica que naturaliza a mulher reprodutora em sua condição social e biológica e baliza um lugar inferior da mulher, tanto físico quanto moral, que justifica controlar a sexualidade e o corpo feminino.

Estudos em diferentes países demonstram que esse controle da sexualidade e dos corpos das pacientes mulheres se faz pelo uso arbitrário

do saber e da autoridade dos profissionais de saúde, geradora de violência institucional, causada pelos serviços de saúde. Grande parte desse tipo de estudos está concentrada no campo da reprodução feminina e da assistência à sexualidade (Aguilar, 2010).

A discriminação e o tratamento grosseiro que gestantes sofrem em maternidades não podem ser esperados pelas pacientes e encarados como algo natural. Por isso a necessidade de se discutir como se dá essa violência, em quais momentos da vida dessas mulheres acontece, quem a pratica e com quais estratégias. Observa-se ainda que a violência no parto não deve ser compreendida como um problema exclusivamente hospitalar. É preciso identificar as lacunas desde a Atenção Primária, envolvendo o processo de pré-natal, parto e puerpério, em um exercício de compreensão dentro da rede de atenção à saúde da mulher.

APONTAMENTOS FINAIS: VIOLÊNCIA NO PARTO BASEADA NAS DESIGUALDADES DE GÊNERO

Nomear violência no parto ou violência institucional ou violência obstétrica é certamente insuficiente. Seguindo nossa concepção, a diversidade de nomeações encontrada até o momento é parcialmente aceitável para denotar o fenômeno que se quer marcar. Apesar de o sintagma ter ficado extenso – violência no parto baseada nas desigualdades de gênero – é importante que se tenha em mente que esse tipo de violência tem marcações históricas, sociais e culturais importantes.

É necessário marcar que este tipo específico de violência é perpetrado contra as mulheres e, amparadas na perspectiva crítica das relações de gênero, não poderíamos deixar de contextualizar a posição de sujeito que mulheres são reiteradamente colocadas a partir da lógica da desigualdade. As desigualdades nas relações de gênero dizem respeito ao controle, à participação, à conscientização, ao acesso e ao bem-estar diferenciado (entenda-se desigual) que homens e mulheres partilham na cena social, conceitos esses que serão explicitados à frente (ANTOLÍN, 1997).

De forma contextualizada e de acordo com o tema do artigo, os níveis de controle e participação se traduzem em oportunidades de escolha e tomada de decisões práticas sobre o processo do parto. Mais do que oportunidades, deveríamos também falar da autorização e do protagonismo (ou da não autorização e do não protagonismo) que mulheres têm de tomarem decisões sobre seus partos, ou como as várias estratégias de violência no momento do parto tiram delas (nós) esta oportunidade. Em uma perspectiva de igualdade de gênero participação significa tomar decisões, definir estratégias e ações (ANTOLÍN, 1997). O controle, por sua vez, se dá a partir da participação dos meios de produção e, conseqüentemente,

usufruto dos benefícios provenientes desses. Como vimos na parte três deste artigo, a bibliografia sobre violência no parto aponta para a pouca ou quase nenhuma agência das mulheres no processo do parto e, por isso, a importância de marcar este fato como fruto das desigualdades de gênero.

O nível da conscientização diz respeito à medida que homens e mulheres têm noção de sua condição de gênero como socioculturalmente construída e, por isso, passível de modificação. O fato marcante nesse nível de desigualdade é a forma com a violência no parto vem sendo invisibilizada, promovendo, portanto, sua não conscientização tanto por parte das mulheres como dos profissionais de saúde.

O nível de acesso diz respeito à disponibilidade de informações, serviços especializados e tecnologias benéficas que são oportunizadas às mulheres, ou seja, elementos que propiciem participação nas ações no momento do parto. Isso implica em ser informada sobre os procedimentos a serem tomados pela equipe de saúde e, acima de tudo, compartilhamento e criação de um clima de consentimento informado. Este nível se conecta também com o do bem-estar já que esses conteúdos trazem situações de conforto e satisfação. Novamente, o que a bibliografia indica, enquanto característica da violência no parto, aponta para o desapossamento das mulheres, criando, portanto, uma distância de gênero no processo do parto e nascimento.

Finalizamos afirmando a necessidade de se considerar a violência no parto como fruto das desigualdades de gênero, pois essa só ocorre num contexto de negação da participação, do controle, da autorização e do reconhecimento das mulheres. Por fim, reconhecemos a Política de Humanização do Parto como uma saída pertinente para as escolhas de saúde das mulheres e chamamos a atenção sobre ela não poder ser construída por meio da idealização de processos biológicos como norma e nem enquanto um conjunto técnico orientado. Pelo contrário, há que se construir uma prática humanizada que sustente a singularidade das mulheres em suas diferenças e complexidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AGUIAR Janaina Marques de. *Violência institucional em maternidades públicas: hostilidade ao invés de acolhimento como uma questão de gênero*. Tese de Doutorado apresentado à Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Departamento de Medicina Preventiva. São Paulo 2010.

ANTOLÍN, Luisa. *Cooperación en salud con perspectiva de género*. Federación de Planificación Familiar de España. Dpto. de Salud Internacional Escuela Nacional de sanidade. Septiembre, 1997.

ARENDDT, Hannah. *Sobre a violência*. Tradução de André Macedo Duarte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BORBA, Camila. *A violência institucional durante a parturição*. Monografia de Enfermagem. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

D'OLIVEIRA, Ana Flávia Pirês Lucas; SCHRAIBER, Lília Blima. Violência de gênero, saúde reprodutiva e serviços. Em: Giffin, KM. (org.) *Questões da saúde reprodutiva*. RJ: Fiocruz, 1999. p.337-355.

FRANCO, Túlio Batista; MERHY, Emerson Elias. *Trabalho, produção do cuidado e subjetividade em saúde*. Textos reunidos. Hucitec: São Paulo, 2013.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. *Gravidez, filhos e violência institucional no parto* 2010. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br/galeria/gravidez-filhos-e-violencia-institucional-no-parto>>

GIFFIN, KM. (Org) *Questões da saúde reprodutiva*. RJ: Fiocruz, 1999.

GONÇALVES, Letícia. Etnografando práticas de saúde da mulher em Belo Horizonte: um olhar sobre os atravessamentos biopolíticos e de gênero. Dissertação de Mestrado. PUC Minas. Belo Horizonte, 2013.

HELMAN, Cecil G. *Cultura, saúde e doença*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

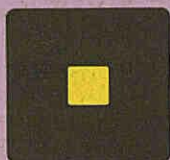
MINAYO, Maria Cecília e SOUZA, Ednilsa Ramos. Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. *Revista História, Ciência e Saúde*, Manguinhos, v. IV (3), p. 513-531, nov. 1997 – fev. 1998.

NATIVIDADE, Cláudia; BATISTA, Cássia Beatriz e GONÇALVES, Letícia. *Relatório do PET-REDES Humanização da gestação e do parto: Prevenção à Violência no Parto em instituições de saúde em Belo Horizonte MG*. Ministério da Saúde. Agosto de 2015.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). *Gravidez, parto, pós-parto e cuidados com o recém-nascido: guia para a prática fundamental*. São Paulo: Roca, 2007.

STIMPSON, Catharine e HERDT, Gilbert. *Critical terms for the study of gender*. University of Chicago Press, 2014

WOLFF, Leila Regina e WALDOW, Vera Regina. *Violência consentida: mulheres em trabalho de parto e parto*. *Saúde soc.* [online]. 2008, vol.17, n.3, pp. 138-151.



CONSELHO
REGIONAL DE
PSICOLOGIA
MINAS GERAIS

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-98515-16-8



9 788598 515168